

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
TESE DE DOUTORADO

**Avaliação do processo de escolaridade de pessoas surdas
em sua interação no contexto social**

Anizia Costa Zych

Orientador: Professor Dr. Carlos Alberto Vidal França

Campinas, 2003

© by Anizia Costa Zych, 2003.

**Catálogo na Publicação elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/ UNI CAMP**

Bibliotecário: Gildenir Carolino Santos - CRB-8ª/5447

Zych, Anizia Costa.

Z99a Avaliação do processo de escolaridade e de pessoas surdas em suas interações no contexto social / Anizia Costa Zych. -- Campinas, SP: [s.n.], 2003.

Orientador : Carlos Alberto Vidal França.

Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas,
Faculdade de Educação.

1. Surdez 2. Educação. 3. Comunicação. 4. Identidade. 5. Cidadania.
I. França, Carlos Alberto Vidal. II. Universidade Estadual de Campinas.
Faculdade de Educação. III. Título.

02-0259-BFE

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida por Anizia Costa Zych e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: ____/____/____

Assinatura: _____
(orientador)

Comissão julgadora:

DEDICATÓRIAS

Dedicatória de honra

A todas as pessoas surdas, presenças memoráveis na minha realização profissional, pela excelsa acolhida, concedendo-me a oportunidade de comungar intimamente de seu quinhão cultural.

Em especial a cada surdo com quem tive o privilégio de aprender a aprender, sendo sabiamente conduzida na apropriação de suas linguagens, de seus saberes e suas emoções.

Dedicatória Fraterna

Às beneméritas famílias e mais especificamente aos abnegados pais, pela afetividade e respeito à minha condição de aprendiz. Diante dos quais sinto-me pequena, talvez grande seja apenas o desejo de aprender com todos o que eu não sei sobre os surdos e, maior ainda é a admiração que sinto ao contemplá-los na edificante tarefa de compreender seus filhos.

DEDICATÓRIAS ESPECIAIS AOS EDUCADORES

Pela sublimidade de cooperação e dignidade profissional.

Ana Maria Dlugosz – Diretora da Escola Pequeno Duque.

Dimas de Lara Freitas – Professor do CAEDA.

Doraci Cardoso – Professora do CAEDA

Ineiz Lubaczeuski – Professora do CEEBJA.

Maria Inês Favette de Carvalho – Diretora da Escola EPHETA de Curitiba - PR.

Maria Osinski Ferreira – Diretora do CEEBJA.

Pe. Ricardo Hoepers – Coordenador Diocesano da Pastoral do Surdo.

Rosane Maravieski e Elza Podgurski – Professoras da equipe da Educação Especial do Núcleo Regional de Educação de Irati.

Silvio Przybysz – Professor do CAEDA.

Sueli Prado Spak – Diretora da Escola Estadual Duque de Caxias.

RECONHECIMENTO E GRATIDÃO

Ao célebre e inesquecível Professor **Dr. CARLOS ALBERTO VIDAL FRANÇA**, a minha estima e agradecimento pela presença marcante na significativa intervenção na construção do meu SER e do meu APRENDER.

AGRADECIMENTOS

Ao inesquecível colega, professor **Oscar Navarro Escobar** pela discussão, organização e sugestão dos textos.

À extraordinária colega e querida amiga **Roseli Correia Sembai** pelo apoio contínuo.

Ao esmerado professor **Artur Lourival da Fonseca Machado** pela colaboração.

À exímia professora **Édina Aparecida Cabral Bühner** pela revisão do texto.

À dedicada professora **Silmara Aparecida Thomaz** por revisar a normatização e adequação às normas da ABNT.

Aos eficientes colegas e amigos **Hercules Kuzycz Assunção** e **Paulo José Miskalo** pela cooperação técnica.

À prestimosa colega **Karla Nadal** e à acadêmica **Priscila Marina de Bonfim** pela solidária cooperação.

COLABORAÇÕES ESPECIAIS

- Escola Estadual Duque de Caxias - Ensino Fundamental e Médio e Escola Municipal Pequeno Duque - Educação Infantil e Ensino Fundamental, de Irati/PR.
- Centro de Atendimento Especializado ao Deficiente Auditivo – CAEDA, de Irati/PR.
- Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos – CEEBJA, de Irati/PR.
- Nossa Escola e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Irati/PR.
- Escola EPHETA para Surdos, de Curitiba/PR.
- Departamento de Educação Especial - (DEE) da Secretaria de Estado da Educação do Paraná.
- Professora Maria de Lourdes Canziani, renomada educadora, responsável pela implantação da Educação Especial no Paraná e, 1ª chefe do DEE da SEED/PR.
- Secretaria Municipal de Educação de Curitiba/PR.
- Professor Rubens Mattos de Azevedo, ex-diretor da Escola para Menores Surdos de Mallet/PR, já extinta.
- Ex-alunos da extinta Escola para Menores Surdos de Mallet/PR.
- Núcleo Regional de Educação de Irati/PR.
- Secretaria Municipal de Educação de Irati/PR.
- Instituto de Educação Erasmo Piloto de Curitiba/PR.
- Fundador da APAE de Curitiba Arno Glitz e sua esposa Ruth.

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

A meus queridos e saudosos **pais** pelo zelo e exemplo de vida, imperadores da luta em defesa do estudo, pela eterna vigilância e amor infinito a iluminar minha perene existência...

A meus abençoados **irmãos** pelo testemunho e grandeza de fé.

A meu amado **esposo** pelo companheirismo e colaboração.

A meus adorados **filhos** pela talentosa presença e constante ajuda.

A todos os meus **ilustres professores**, pessoas muito especiais; dos meus alfabetizadores aos benfazejos mestres ocasionais, minha gratidão por terem se mostrado guias eficientes na jornada do conhecimento, semeando dúvidas que me estimularam a prosseguir e a investigar, uma busca contínua do saber.

Aos meus pródigos **colegas de estudos**, companheiros ávidos por novos saberes e, crédulos no ser pensante, a mais sincera gratidão pela amizade, partilha e companheirismo.

Aos meus **caríssimos alunos**, pela irreverente curiosidade, alavancada pela sábia decisão de descobrir o verdadeiro sentido de ser e a razão de existir.

Aos **nobres colegas** da UNICENTRO, pelo elevado senso de colaboração, incentivo e vivência solidária na transformadora missão de educar.

A **Deus** louvores e glórias pela excelsa benção e copiosa proteção na condução do processo de minha formação e realização profissional, plenificada com o privilégio de conviver e dialogar com todas as pessoas, em especial com as que são surdas. Humildemente rendo graças,

SOU SEU SER...

MENÇÃO HONROSA

AOS MEMORÁVEIS MESTRES DA UNICAMP

Grandes e inesquecíveis nomes, que transcenderam o saber fazer no decorrer profissional nesta especial etapa de minha formação.

Ana Luiza Bustamante Smolka

Angel Pino Sirgado

Anita Liberalesso Neri

Luci Banks Leite

Luiz Enrique Aguilar

Maria Teresa Eglér Mantoan

Regina Maria de Souza

Ulisses Ferreira de Araújo

Wilmar D`Angelis

AOS BENEMÉRITOS FUNCIONÁRIOS

Especiais baluartes que com eficiência e sabedoria sustentaram esta exitosa experiência.

Gislene Gonçalves

Jacy Darcy Salgado

Nadir Gomes Camacho

Rita Cristina Preza

Wanda Fátima dos Santos

RESUMO

O presente estudo busca avaliar o processo de escolaridade das pessoas surdas através de suas interações no contexto social. Constitui-se numa investigação da relação existente entre a formação escolar e a promoção pessoal conquistada no exercício da cidadania pelas pessoas surdas. A escola como instituição formadora de idéias e opiniões, representa a força para estimular a consciência da cidadania plena, absoluta, voltada para o desenvolvimento da multiplicidade de relações. As pessoas surdas precisam usufruir de uma educação que lhes permita transpor a barreira sociocultural existente entre o ouvintismo e a inaudibilidade. Assim sendo, a escola como toda sociedade, precisa estar melhor instrumentalizada para estabelecer uma comunicação mais efetiva com os surdos, ampliando a extensão do conhecimento e proporcionando maior significado às suas relações. A dimensão humana se constituirá no fundamento de toda formação social no itinerário educativo do surdo, assegurando-lhe a apropriação, a difusão e o domínio dos conteúdos socioculturais legados à humanidade. Portanto, a verdadeira função da educação dos surdos precisa ser potencializada no seu compromisso de conscientizar o aluno do significado e valor do conhecimento e do saber.

ABSTRACT

This research intends to evaluate the school process of deaf people through the interaction at school context. It is an investigation about the connection between school education and personal development of deaf people as citizens. As an institution the school build people ideas and opinions up. It also represents a kind of strength that is responsible for stimulating the awareness of citizenship where the main concern is develop as many relationships as possible among all the people inside and out of it. The deaf people need an education that allows them to cross the social cultural barrier between persons that are physically unable to hear anything and those that are able. Then the school as a society must be prepared for bridging a communication with deaf people increasing their knowledge and the importance of their relationships as well. The deaf will have their rights as human being when the school assures them to acquire, dominate and spread the sociocultural contents that were found out by the humanity. From this reason it is important to know that the education of deaf people have to assure its commitment to aware the students about the meaning and value of knowledge and knowing.

SUMÁRIO

RESUMO.....	xix
ABSTRACT	xix
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	9
1.1. A educação inclusiva como processo a ser construído	33
1.2. Os novos paradigmas educacionais.....	37
CAPÍTULO II A EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO ESTADO DO PARANÁ.....	41
2.1. A educação dos surdos em Irati	55
2.2. Experiências referentes à inclusão dos surdos	62
CAPÍTULO III PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	67
3.1. Objetivos	67
3.2. Tipo de pesquisa.....	67
3.3. População e sua caracterização	68
3.4. Caracterização dos sujeitos	70
3.5. Coleta de dados	72
3.6. Procedimentos utilizados para a coleta de dados	73
3.7. Procedimentos para análise e interpretação dos dados	73
CAPÍTULO IV ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DEPOIMENTOS.....	81
4.1. A Identidade	82
4.2. A Comunicação	86
4.3. A Escolaridade	89
4.4. O Trabalho.....	95
4.5. A Autonomia.....	98
4.6. A Amizade.....	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
BIBLIOGRAFIA	119

INTRODUÇÃO

O presente trabalho constitui-se numa pesquisa qualitativa, investigação de caráter exploratório, que será desenvolvido, junto à comunidade surda de Irati. Este visa avaliar o papel da escola e a influência da mesma na vida das pessoas surdas, bem como, propõe-se a analisar a força da escola como instituição socializadora do saber historicamente acumulado e, o modo como os saberes e as linguagens por ela disseminados, atuam na personalidade das pessoas não-ouvintes, fundamentando o direcionamento de suas ações, na capacidade de tomar decisões e, no fato de agir com autonomia e determinação.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa realizada com sujeitos surdos de ambos os sexos, em idade adulta, inseridos no contexto de realização de seus projetos de vida, sob o embate de um processo de análise de caráter existencial e emancipatório na sociedade.

A fundamentação teórica, com ênfase no paradigma da concepção possibilista, busca revelar a pessoa surda sob a ótica da realização pessoal e da inserção social, priorizando a emancipação de idéias e da autonomia, catalizando os pressupostos da otimização das competências.

O estudo é composto por cinco capítulos, estruturados sob a abordagem da teoria sócio-histórica que o fundamentará, procurando de forma integradora dar sustentação aos propósitos definidos, com vistas à promoção sociocultural das pessoas surdas.

Além dos participantes diretos, pessoas surdas que se constituem os sujeitos do presente estudo, também estarão envolvidas algumas instituições de educação de surdos, mais antigas do Estado do Paraná, no sentido de resgatar a trajetória da

evolução histórica da educação do surdo no espaço paranaense, tendo em vista situar os encaminhamentos educacionais dos mesmos, empreendidos na cidade de Irati.

O capítulo I aborda as questões inerentes à surdez, destacando as inquietações de educadores, relacionadas às concepções paradigmáticas e ao processo de interação sociocultural das pessoas surdas. A educação é vista como instrumento de ação à democratização, sob o contexto sócio-histórico em que é construída a cultura surda. O processo da inclusão escolar é analisado como um movimento dinâmico que converge para a competência cidadã; é pensado como um processo na sociedade democrática que não precisa ser necessariamente igualitária.

A questão da inclusão escolar do surdo sendo vista como prática democrática da cidadania, se impõe como tendência desafiadora e, ao mesmo tempo, formadora de atitudes mais humanizantes, que permitem uma diversidade de leituras em relação à expansão do conhecimento do outro e, o respeito pela sua diversidade. Assim, a inclusão não acontece meramente por leis ou decretos, mas tem seu aporte centralizado na sociedade democrática, onde não há espaço para o paralelismo existencial. Ela tem suas exigências político-filosóficas e socioculturais. Compreende uma luta tanto comportamental quanto reflexiva, cujos princípios sustentam estratégicas mudanças de paradigmas, passando da individualização ao interculturalismo. Não basta anunciar o movimento inclusivo, é preciso comprometer-se com seus pilares fundamentais que são: a justiça, a solidariedade e a dignidade humana.

O capítulo II aborda o desenvolvimento histórico da educação dos surdos no Estado do Paraná, a partir de ações investidas pelos pioneiros educadores que se dedicaram à causa. Explicita o desenvolvimento das estratégias norteadoras que desencadearam tal processo na região de Irati, bem como sua evolução à inclusão.

Conjugada ao processo da inclusão escolar, a educação do surdo emerge como ação de vanguarda, como medida inteligente para a educação integral da coletividade. Donde advirão certamente, inovadoras alternativas para o

desenvolvimento sociocultural das pessoas surdas, contemplando a atualização na formação de professores, apensada sob a complexidade de paradigmas que emergem da escola inclusiva, ante a exigência das diretrizes que conduzem a escola e a sociedade do III milênio.

O capítulo III trata propriamente da descrição metodológica da pesquisa, como segmento do presente estudo, caracterizando a população alvo, os encaminhamentos utilizados para o registro das informações, bem como os procedimentos adotados para a análise e interpretação dos dados. As categorias definidas como significativas no discurso dos sujeitos são explicitadas formalmente, aprofundando as articulações entre sujeito e meio.

O capítulo IV refere-se à análise e interpretação dos depoimentos, com a avaliação das informações referentes às categorias levantadas no discurso dos sujeitos, exaurido de modo a estabelecer a relação entre a realização pessoal e a projeção social dos mesmos, sendo consideradas as suas conquistas na jornada das interações que se têm efetivado.

O capítulo V apresenta as considerações finais, enfocando a avaliação do processo de escolaridade das pessoas surdas e suas implicações socioculturais, como objeto de investigação, com a análise dos aspectos existenciais relacionados ao perfil sócio-econômico e cultural das pessoas surdas, egressas do sistema de Ensino Fundamental e Médio e que, tentam conquistar sua emancipação social e/ou independência econômica, em suas investidas na luta pela sobrevivência. A amplitude objetivada diz respeito às suas expectativas, realizações, nível de satisfação pessoal e, construção do próprio projeto de vida. Explicita também, as vias por elas percorridas para acessar à melhor qualidade de vida; o esforço despendido para a elevação do status social; bem como, visa apreender quais são as expectativas das pessoas surdas, quanto ao próprio futuro.

Considerado neste processo como fator de fundamental importância, tendo em vista o compromisso da escola e a qualidade da mediação docente que nela se

realiza, a formação do professor merece uma séria reflexão. Portanto, o professor será focalizado como educador e ator que praticamente constrói e realimenta o processo de intermediação escolar ou inserção social.

Trata ainda, das referências lingüísticas da pessoa surda, na comunicação com seus pares, no relacionamento familiar, como fator de identificação dos valores e da cultura, constituídos pelo surdo. A estruturação da linguagem, a comunicação das pessoas surdas com as ouvintes e o uso do bilingüismo, são algumas das questões abordadas, na multiplicidade de suas relações, como instrumento de mudança cultural na comunidade surda.

A análise da interação e da apropriação da Língua de Sinais (LS) pelo cidadão surdo e sua família, bem como dos cuidados com sua apropriação, domínio e uso pelos ouvintes, são alguns dos fenômenos que permitem, aprofundar as questões relacionadas à formação das pessoas surdas, bem como ampliar as intermediações entre elas e as ouvintes, constituindo-se ambas, surdas e ouvintes, em promotoras da inclusão.

Desta forma, o trabalho visa estabelecer a relação existente entre a formação acadêmica e a promoção pessoal, no exercício da cidadania das pessoas não-ouvintes; na expectativa de identificar até que ponto as conquistas pessoais são decorrentes da qualidade da educação que recebem. E, em que circunstância ou proporção poderão interferir no seu desenvolvimento, contribuindo ou não para o êxito na realização pessoal e, o sucesso na participação social.

Na tentativa de tomar ciência sobre as reais condições de educação das pessoas surdas, o enfoque recai sobre a instituição escolar, em razão do seu valor e contribuição para a criação de novos espaços socioculturais para as pessoas hipoacúsicas, numa união densiva, voltada à elevação da performance da cultura do grupo. Compreende-se desta forma, a necessidade de redimensionar adequadamente as perspectivas educacionais para o futuro das pessoas que, necessitam ampliar as suas oportunidades de interação, para a troca de experiências e, a manifestação de seu

potencial.

Como profissional envolvida na educação de pessoas com referências diferenciadas: surdez, deficiência mental, deficiência física, acredito ser necessário promover circunstâncias mais humanas para equalizar as oportunidades educacionais, a fim de que todas as pessoas possam ser respeitadas em suas características, com a compreensão de que todos os indivíduos são diferentes e, têm direito à singularidade. E, são estas diferenças que possibilitam ao homem ultrapassar os limites entre o que é comum e o ineditismo, transformando, criando uma nova realidade, como expressão de suas múltiplas inteligências, na grandeza da fluidez de uma alquimia antropológica cuja amálgama seja o respeito entre todas as pessoas, revitalizado pela ajuda mútua, sob a égide de um fenômeno expansionista.

A escolha pela temática abordada, advém das vivências pessoais e do compromisso profissional exercido como professora de crianças, jovens e adultos surdos, durante várias décadas. Tendo, então, aprendido a acreditar nos surdos e a reconhecê-los como pessoas talentosas e idealistas, que precisam de oportunidades reais para desenvolver suas competências e, com eles talvez tenha aprendido mais, do que penso ter ensinado. A experiência significativa de docência e pesquisa possibilitou o privilégio de viver e conviver com os surdos e suas famílias, partilhando suas lutas, seus conflitos mas, também seus sonhos e suas esperanças, suas buscas e suas inquietações, entre outras motivações. Foi nestes espaços de contradições que minhas concepções foram se construindo sob a diversidade do saber e do fazer.

À medida que era aprofundado o relacionamento com as pessoas surdas, ia se desvelando o enigma existente em relação a criaturas tão especiais com um potencial altamente revelador de uma existência que extrapola o previsível. Percebi então, que inexistem limites quando a convivência deixa de radicalizar as privações. A interação reorganiza as relações convertendo-se em surpreendentes vertedouros para ressignificar o homem novo que precisa ser conhecido. Instigada por tal paradoxo, o

interesse em conhecê-las melhor foi crescendo, conduzindo-me para uma profunda incursão no universo da surdez.

Tentando transpor a barreira cultural entre as referências ouvintistas e a inaudibilidade, para poder desmistificar as controvérsias existentes, decidi apropriar-me da LS por compreender que assim instrumentalizada, seria possível estabelecer uma comunicação mais efetiva com os surdos, podendo então compreendê-los melhor. Preocupação com a qual tento também inquietar a família das pessoas surdas para que possam dialogar com seus filhos, irmãos, netos e outros familiares surdos, proporcionando maior significado às suas relações.

Entre as expectativas observadas no contexto familiar parece que a maior preocupação dos pais refere-se à possibilidade de trabalho para seus filhos surdos. Os pais não temem a competitividade, porém compreendem que seus filhos precisam de uma boa formação que os prepare e habilite a inserir-se no mundo do trabalho. Há um fremente desejo e até ansiedade, por parte da mãe principalmente, de que eles estudem, aprendam e se preparem para uma profissão, estando então aptos à empregabilidade.

O acompanhamento destas questões, a continuidade do trabalho e o envolvimento com a causa são fatores que, têm despertado profunda reflexão sobre a responsabilidade pelo destino destas pessoas que tantos valores, sentimentos e experiências têm acrescentado à minha existência, como pessoa e como profissional, numa enriquecedora interação e significativa troca de conhecimentos. Além dos propósitos já enunciados, o trabalho poderá contribuir para a prevenção de controvérsias, face à avaliação da qualidade da educação que o surdo tem recebido.

Parece existir por parte da sociedade certa tendência para julgar os surdos como pessoas potencialmente inferiores, atribuindo-lhes características depreciativas em âmbito social e cultural. Havendo também se instalado a crença popular de que toda problemática apresentada no decorrer de seu desenvolvimento e de sua educação relaciona-se obrigatoriamente com o déficit auditivo, esquecendo-se por completo da suprema interferência da individualidade na dinâmica de suas relações.

A abrangência da pesquisa relaciona-se aos fatores que se constituem em mediadores socioculturais, atuando nos processos sócio-interativos, que de alguma maneira qualificam a aprendizagem do educando. Optou-se por um universo de estudo cujas representações envolvem a constelação familiar, a vida escolar, a vida social, o ingresso no mundo do trabalho, e as relações de amizades, face ao potencial da pessoa surda, com a capacidade para administrar estas relações. Tais escolhas são justificadas pelo seu caráter vital, como atributos formadores da elaboração de idiossincrasias e significações sócio-afetivas, que situarão o surdo na problemática escolar e no contexto sociocultural.

Trata-se de uma abordagem referente à avaliação da trajetória escolar dos cidadãos não-ouvintes, egressos do sistema educacional, em suas interações no contexto social, que requer uma referência da história da educação de surdos na região de Irati. O estudo permitirá construir uma maior fundamentação referente à causa, com um maior conhecimento dos fatos que têm interferido no processo de formação da pessoa surda, bem como na sua exclusão precoce do meio acadêmico. Se é preciso pensar a educação a partir das pessoas, certamente as suas histórias de vida constituem os fundamentos do processo.

Ignorar a história do grupo de pessoas surdas significa renegar suas próprias raízes. É a partir do conhecimento da embriologia historicista, que será possível a cada surdo, a libertação de um estigma com muitos séculos de alienação cultural.

Durante séculos, o surdo foi erroneamente considerado inabilitado para atuar com autonomia na sociedade. Com base nesta pré-concepção, teve sua existência vinculada ao atributo referente a uma suposta “identidade social” que lhe foi conferida.

GOFFMAN (1988), teoriza sobre o assunto enfatizando que:

“Por definição, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida”. (p.15)

Dessa forma, a pessoa estigmatizada pode sentir-se insegura quanto à forma de reagir às circunstâncias e, isto faz com que nem sempre as relações sejam estabelecidas tranqüilamente, pelo desconforto, dúvida e embaraço referenciais. As situações relevantes são avaliadas de modo especulativo e, no decorrer do processo interativo, quase sempre, o indivíduo estigmatizado, seja surdo ou não, acreditará estar em condição de desvantagem. Na verdade, as pessoas que de alguma forma são estigmatizadas, acabam sendo “manipuladas” em função de seus rótulos. Assim sendo, é muito comum que o surdo acabe sendo vítima da categorização conceitual referente à representatividade ideológica da surdez.

Os reflexos da imagem negativa, gerada pela força do preconceito por muitos séculos, converteu-se em dificuldade de inserção social, fazendo ecoar uma mensagem negativa, para estabelecer um código de vida na obscuridade. É emergente a necessidade de ressignificar a existência dessas pessoas, apostando no poder de realização do potencial que plenifica as origens do homem, como pessoa dotada de múltiplas inteligências, cuja natureza é aprender.

CAPÍTULO I

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O referencial teórico que fundamenta a presente pesquisa procura ressaltar as circunstâncias e os valores estabelecidos na prática social, cujos reflexos sociais e econômicos repercutem com veemência na trajetória existencial dos sujeitos, constituindo-se em fator de mudanças de paradigmas.

A base filosófica tem como alicerce as inquietações Vygotskyanas, que sustenta-se nas idéias de Lev Vygotsky e Alexander Luria, em razão da vertente sócio-histórica, defendida pelos eméritos educadores, constituir-se no paradigma adequado para a compreensão dos fenômenos psico-educacionais de interesse nesta investigação. Tanto Vygotsky como Luria procuram relacionar as interações com o meio na organização dos fenômenos biológicos (cerebrais) e construção dos fenômenos mentais.

A teoria sócio-histórica, defendida por Vygotsky, enfatiza a dimensão social do desenvolvimento humano, voltando sua atenção para as funções psicológicas superiores, que se constroem no decorrer da história social do homem. Sob um contexto sócio-histórico, com características multidisciplinares, a aprendizagem se constitui na aquisição ativa de conhecimentos e operações mentais, assegurando a difusão e o domínio dos conteúdos socioculturais legados à humanidade.

A importância psicológica da linguagem constitui o eixo condutor dos estudos de Vygotsky cuja preocupação está voltada ao estabelecimento das relações entre pensamento e linguagem e, consciência e linguagem no desenvolvimento do indivíduo.

Um desafio que se impõe aos surdos é o enfrentamento do processo

lingüístico, em razão do início de sua interatividade constituir-se num contexto plurilingüe. A base de sua comunicação vai sendo tecida em meio a uma tumultuada poluição de “evasivas” mensagens, apresentadas através do trâmite da oralização, gestualidade e/ou sinalização. Neste sentido o exercício lingüístico vai se revestindo de idiossincrasias que ativam a operacionalidade da LS. Há nesta relação, toda uma sinergia que converge para a identificação de linguagens e saberes, com a utilização da língua natural do grupo surdo. Porém o sucesso, da instauração da LS na prática do cotidiano, depende das oportunidades do uso da língua (gem). Considerando sua singularidade lingüística, o surdo necessita de um contexto sociolingüístico para explicitar sua marca e criar uma identidade no uso de “uma língua visual, exuberante no uso das mãos e do corpo, tão visível e tão pouco vista”. (SOUZA, s/d)

Entre os pressupostos básicos de Vygotsky é fato que o ser humano constitui-se como tal, na sua relação com o outro social. A cultura faz parte da natureza humana num processo evolutivo, que ao longo do desenvolvimento da espécie e do indivíduo, orienta a sua ação histórica. Ele trabalhou com a noção do cérebro como um sistema aberto, de grande plasticidade, que o capacita às novas funções. As funções mentais não estão localizadas em pontos determinados, mas atuam articuladamente. É a concepção de organização cerebral baseada em sistemas funcionais que se estabelecem num processo filogenético e ontogenético.

Para VYGOTSKY (1988), a aprendizagem provoca processos internos de desenvolvimento, no interagir do indivíduo com outras pessoas. Ela é fundamental para o desenvolvimento, desde o nascimento da criança. Portanto, ele considera a educação como elemento inerente aos processos de desenvolvimento. O processo de ensino-aprendizagem que ocorre na escola é o meio de introduzir os membros da espécie humana ao conhecimento da cultura e da ciência produzidas pela sociedade. Ação que requer a participação ativa do sujeito em interação com o objeto sob a intermediação de outras pessoas, pois a aprendizagem está relacionada às mudanças de comportamento ocasionadas pelas experiências vividas pelo aprendiz, num ambiente social.

Ainda, segundo VYGOTSKY (1989), a surdez é o fenômeno que causa maiores prejuízos ao desenvolvimento do homem, enquanto que os animais são mais afetados com a cegueira e, segundo Helen Keller, “A cegueira separa os homens das coisas. A surdez separa o homem do homem.” (In: COSTA, 1994). A aprendizagem está relacionada às mudanças de comportamento ocasionadas pelas experiências vividas pelo aprendiz, num ambiente social.

Assim sendo, a educação escolar deve privilegiar o acesso ao domínio dos instrumentos de mediação que auxiliem o surdo na internalização dos conhecimentos, entre eles a LS e as imagens. Entretanto, Vygotsky considera que os processos educativos e a escolarização podem tornar-se “artificiais”, caso não atendam às verdadeiras necessidades da criança. Segundo concepção do autor, a melhor maneira ou método para a criança aprender a ler e a escrever seria colocá-la em situação lúdica com tais atividades, encaminhando tal aquisição como um processo natural do seu desenvolvimento. As circunstâncias deveriam oportunizar à criança que a aprendizagem da leitura e da escrita transcorresse subsumida no processo natural da própria cotidianidade, envolvida em sua prática cultural habitual.

LURIA (1987), teórico clássico da literatura neuropsicológica, efetuou importantes estudos referentes à ação exercida pela linguagem nos processos psíquicos, com abordagem à sua função reguladora e ao seu desenvolvimento. Ele destaca o papel decisivo da linguagem como relevante elemento formador da consciência. Considera o problema da estruturação psicológica da linguagem, seu papel na comunicação e na formação da consciência, como um dos mais importantes capítulos da psicologia.

Segundo o autor citado, o homem se diferencia dos animais pela linguagem, como sistema de códigos, por meio dos quais designam-se os objetos externos e suas relações, que contribuem para a formação da consciência categorial. Ele destaca a capacidade do homem, através da experiência sensorial, de ultrapassar os limites do mundo sensível, abstraindo fatos, idéias, imagens e impressões, estabelecendo relações, formando conceitos abstratos, penetrando na essência das coisas e adquirindo

o domínio sobre a realidade, através da experiência abstrata racional.

De acordo com a qualidade dos intercâmbios que o indivíduo realiza, o nível das relações que estabelece com o meio, é que seu comportamento se modifica tendo também modificada sua estrutura mental. Portanto, é nas relações da conduta laboral, como atividade vital do homem, que se instalam novos motivos para a ação e se constituem novas formas de atividades psíquicas, específicas do homem como a linguagem. Sob tal postulado é que é examinada a questão da consciência e do pensamento abstrato em sua íntima relação com o problema da linguagem. As abstrações e as generalizações dos conteúdos do universo são construídos em estreita participação da linguagem, cujo elemento fundamental é a palavra, que codifica e significa nossa experiência.

Enfatiza LURIA (1987), que a palavra não é apenas instrumento do pensamento, pois além da função cognoscitiva e de instrumento de comunicação, exerce sua função pragmática ou reguladora. Em suas investigações, realizou estudos especiais relacionados à capacidade de subordinação verbal da criança à linguagem do adulto. Verificou que a partir do 3º ano de vida ela vai reorganizando seu comportamento pela influência da instrução verbal adulta, fato que segundo ele, “traz consideráveis modificações para a organização da atividade psíquica.”(p.96)

Portanto, existe concordância entre VYGOTSKY e LURIA quanto à visão sistêmica de atividade mental, na interação com o meio e, na organização das bases biológicas (cerebrais) do funcionamento mental. Assim, a grande contribuição de LURIA e VYGOTSKY consiste na revelação de que o cérebro sendo continuamente desafiado pelo meio tem maiores possibilidades de se desenvolver.

Torna-se importante neste trabalho uma abordagem referente à constituição e a interdependência entre o desenvolvimento e a aprendizagem.

Segundo PALANGANA (2001), a psicologia reconhece Piaget e Vygotsky como expoentes máximos da abordagem interacionista, que explicitam a importância da dinâmica social na construção do conhecimento. Entretanto, divergem quando

tratam da aprendizagem e do desenvolvimento. Para Vygotsky a aprendizagem é condição para o desenvolvimento psicológico. Piaget, ao contrário, afirma que o desenvolvimento é condição para a aprendizagem. Essa é uma questão polêmica entre Vygotsky e Piaget, que ainda hoje tem gerado divergentes opiniões. Como uma questão controversa na Psicologia, que continua em aberto dentro da própria ciência e constitui-se campo propício para novas investigações.

É na interação que o surdo precisa entender a situação do movimento, da comunicação e da leitura do mundo, daí a importância dada ao processo lingüístico, que se constitui fundamentado na realidade existencial. As articulações da experiência relacional com os fatos e os objetos estabelecem a base prática de sustentação entre o fenômeno lingüístico e as idéias, assegurando o poder de representação das experiências sociais.

Portanto, a aquisição conjunta da linguagem oral com a sinalizada, permite ao surdo, o estabelecimento de novas relações sociais que muito poderão contribuir ampliando, enriquecendo e transformando o seu desenvolvimento e o contato direto com o mundo. E mais, a elaboração da autonomia lingüística é muito importante para o psiquismo do ser humano, uma vez que eleva a auto-imagem e auto-estima na construção da identidade. Entretanto, o domínio da linguagem oral depende de capacidade, condições e oportunidades individuais.

FERDINAND DE SAUSSURE (1945), considerado o pai da lingüística moderna, afirmou que a linguagem falada não é natural para o homem, mas, sim, sua capacidade de constituir uma língua.

A apropriação da linguagem oral, por quem não ouve é complexa e depende de suas condições físicas e biológicas, exige cognição, inteligência e aprendizagem através de muito treinamento. Ela representa uma outra língua para os surdos e, como outra língua, pode ser considerada uma língua estrangeira, pois a LS congrega novas potências gramaticais e/ou sintáticas.

Língua se vive, se vivência e se aprende. O ouvinte apreende e também

passa a emoção e os sentimentos através da voz, sons e similares que evocam a audibilidade; enquanto isso, o surdo percebe os sentimentos pela expressão corporal, uma vez que a LS é visual, motora e, a fala é auditiva/oral, ambas exigem muita atenção e concentração de seus usuários. Sem as informações auditivas os surdos constroem seu universo cultural de forma diferente. Eles têm que completar por um processo de elaboração mental as apreensões captadas através das percepções visuais.

Em geral, os surdos apresentam melhor índice de percepção visual, não por que possuam maior capacidade visual, mas pelo fato de aproveitarem, em melhor amplitude, a visão. Ou seja, o que predomina na cultura surda é a percepção visual, com significado máximo ao poder da imagem. Por isso, o surdo tem outra forma de captar a realidade e uma maneira diferente de estruturar o modo de pensar.

É necessário observar o modo como o surdo pensa, age, se comunica e quais são suas referências, para compreender a sua cultura. Portanto, existem duas culturas: a cultura ouvinte e a cultura surda. Existem interesses próprios dos surdos; os sinais por exemplo que necessitam de luminosidade para serem visualizados, enquanto a fala é possível ser compreendida sem que haja luz no ambiente. O ouvinte precisa conhecer mais sobre a realidade das pessoas que são surdas e a LS é uma das aquisições que fundamentam esta cultura. Os pais, principalmente, devem aprender a LS tão logo se certifiquem da surdez do(a) filho(a), para interagir lingüisticamente com ele, aprofundando assim os laços de afetividade e estabelecendo vínculos mais efetivos de interação.

A linguagem como discurso comunica significado, atribui sentido, revela expressões, valores e interpretações de uma cultura, exerce poder e caracteriza o autor. Ela desempenha um papel central na constituição do sujeito e, o mantém conectado ao mundo e consigo mesmo, mediatiza idéias indo da individualização ao interculturalismo, desconhecendo limites ou fronteiras, criando, fazendo fluir idéias, sentimentos; influencia social, afetiva e culturalmente o meio, pois a vivência social, além de lingüística é também afetiva.

Para fundamentar com relevância o presente estudo, torna-se necessário o resgate de referências teóricas, que revelem o surdo sob a visão possibilista, orientadas pelos paradigmas da inclusão social, cujo viés esteja voltado para a realização de suas competências e, postule a concretização de uma proposta educacional interessada na transformação da realidade. As pessoas surdas como todo ser humano, sejam quais forem as suas condições de vida, têm direito de serem envolvidas no contexto sociocultural, tratadas com respeito e dignidade, com a oportunidade de desenvolver seus talentos e, habilitar-se à operacionalização das mudanças necessárias.

A determinação histórica tem revelado que é pela qualidade da educação oferecida que as relações se estabelecem fora do ambiente escolar. Assim sendo, é calcado no trabalho da escola, nas intermediações por ela efetivadas, que ocorre a construção do processo de maturação individual congregado ao social, formando assim o quinhão cultural da humanidade. A cultura surda passa por um processo de evolução com os seus integrantes tomados por uma vontade imensa de crescer e de provar, a si próprios e aos demais, que são capazes de conquistar seu espaço e superar os desafios da inaudibilidade.

Segundo GRAMSCI (1989), os homens são conhecidos pelo que realizam, pela própria história e pela história da sua produção.

A construção da identidade surda, pautada numa construção de sujeito não-ouvinte, ganha uma performance diferenciada, pois a consciência de cidadania das pessoas surdas vem se fortalecendo cada vez mais como uma identidade forte, incentivada a lutar pelos próprios interesses e, que tem crescido muito nas últimas décadas. Houve muita mudança, não somente a partir da oficialização da LS que foi uma etapa significativa, mas principalmente em razão da etapa referente à política do movimento inclusivista. Fatos que têm distinguido a comunidade surda, cuja cultura vem sendo considerada e respeitada como identidade do grupo.

Não se pode negar que os fatos marcam a história, porém, é a linguagem que tece o seu conteúdo na malha das relações, identifica a pessoa, revela seu ideário e

pode construir sua imortalidade.

VYGOTSKY (1991), refere-se à função da linguagem afirmando:

“Signos e palavras constituem para as crianças, primeiro e acima de tudo, um meio de contato social com outras pessoas. As funções cognitivas e comunicativas da linguagem tornam-se então, a base de uma forma nova e superior de atividade nas crianças, distinguindo-as dos animais”.(p.31)

Assim, utilizando-se da modalidade de comunicação que lhe é mais favorável, a viso-gestual, o surdo poderá desenvolver sua comunidade e construir sua identidade sob a compreensão do multiculturalismo. A participação no debate lingüístico escolar favorecerá a inserção no exercício da cidadania, com a reconstrução histórica de um novo processo de educação.

O surdo é visto empiricamente como uma pessoa, que se não ouve, está também fadada a não se comunicar. Passa então, a ser erroneamente tratada em razão das idéias que daí derivam e se cristalizam a partir das concepções que aprioristicamente se formam. Tratado muitas vezes com irreverência, o surdo fica à mercê de estereótipos construídos por seus interlocutores, que desdenham de sua comunicação sinalizada, permeada de peculiaridades estranhas, para os ouvintes.

A comunicação é fundamental e todos a ela têm direito. Cabe, portanto ao cidadão civilizado apropriar-se de códigos e linguagens alternativas para poder interagir com os não-ouvintes. Porém, lingüística e exitosamente é através da LS, que a comunicação torna-se significativa para as pessoas surdas.

A LS quase sempre é tratada com descaso pelos não-usuários, sem considerar que este talvez seja o maior instrumento de ligação do surdo com o universo. É a língua de todos os surdos, ou seja, da comunidade surda, que merece ser respeitada. Os surdos em geral têm facilidade para a LS, considerada língua natural desta comunidade.

Concebido a partir destas concepções preliminares, os surdos têm desconsideradas, suas reais possibilidades, tornando-se vítima do descaso. Sua

formação vem sendo orientada apenas pela inaudibilidade, em detrimento do desenvolvimento de suas múltiplas possibilidades, tendo assim negligenciadas suas competências e potencialidades.

Segundo BUENO (1991), a maioria deles não ultrapassa os níveis iniciais de estudo, quando poderiam alcançar elevados índices de escolaridade com a valorização do talento e do potencial humano.

Muito provavelmente nas pessoas surdas as sinapses da sensoriedade auditiva sejam diminuídas. Porém isto pode ser compensado parcialmente pela implementação de outras áreas sensoriais ou através do dinamismo do processamento cognitivo cerebral.

É uma grande injustiça a indiferença com que um assunto tão sério tem sido tratado. Teoricamente a situação está resolvida, mas no dia-a-dia da sala de aula os problemas são muito mais graves quando são constatados entre outros, conflitos de relacionamento de ordem emocional, afetiva, de natureza cognitiva, problemas psicopedagógicos, bem como distúrbios de aprendizagem e, na cadeia cultural os surdos são prejudicados em seu progresso pessoal. Os danos são irrecuperáveis por não serem plenamente envolvidos na teia das relações socioculturais.

Entre as queixas mais frequentes que o educando surdo insere em seu discurso está a forma desmotivadora com que tem sido tratado na escola do sistema regular, tanto pelos professores, como pelos colegas e demais membros da comunidade escolar. A desagregação lingüística é o confronto que inicialmente se interpõe entre as partes, como impacto separatista. Assim, tolhido de desenvolver um relacionamento significativo que contribua para a construção efetiva de relações sociais mais sólidas, torna-se alienado do cotidiano escolar.

Com raras exceções, o professor ignora a presença do educando surdo em sua turma, deixando-o de lado, sem tentar uma aproximação ou forma diferenciada de comunicação, recorrendo sempre a um dos colegas ouvintes, com disposição para intermediar os contatos com o surdo, de quem fatalmente passa a ser o auxiliar e

responsável pelos encaminhamentos necessários nos trabalhos e compromissos escolares.

O surdo reclama que a escola nem sempre toma conhecimento das provocações e atitudes discriminatórias manifestas na conduta dos colegas, sejam eles da classe ou não. Assim, convivendo num contexto de crise, passa a ser tema de crítica e reflexão para os demais, que se preocupam antes em analisar o “problema” da surdez do que em buscar alternativas para superar os desafios impostos pela inaudibilidade.

Na análise dos conflitos gerados pela presença do surdo nas classes do ensino regular, a questão do rendimento escolar é a que se sobressai entre os elementos constantes no discurso do professor. Entretanto, os surdos apontam particularmente a dificuldade de estabelecer vínculos na classe. Há sempre um grande distanciamento entre eles e o professor, quando não ocorre total ruptura na relação com o discente surdo, que explicita seu descontentamento pelo modo como é tratado pelo professor.

Segundo os surdos, os professores alegam que o precário atendimento que lhes é oferecido, deve-se ao fato de não dominarem a LS. Entretanto, a grande maioria dos professores não se utiliza dos recursos que têm ao seu alcance. Realizam seu trabalho centralizado na verbalização quando poderiam utilizar também, a escrita. Outro aspecto salientado é o cuidado que deve ter o professor permanecendo vis-a-vis com o aluno no momento da comunicação verbal em classe.

Ao posicionar-se, adequadamente, para falar permitindo ao surdo visualizar seus lábios, estará possibilitando aos mesmos que realizem a leitura labial. Porém, a maioria dos docentes fala sem colocar-se de frente para os surdos, impedindo desta forma que realizem a leitura labial ou leitura da fala. Desta situação eclodem problemas psicopedagógicos que impedem desde o acesso à apreensão, até a construção do conhecimento. Ou seja, mesmo estando dentro da sala de aula, o surdo continua sendo vítima da rigidez da discriminação e privação sociocultural.

A pressão escolar exercida pelo desprezo e/ou escárnio gera o conflito interior; donde se originam os desajustamentos afetivos e emocionais que afetam o

equilíbrio psicológico do aluno. Muitos estudantes surdos passam a apresentar bloqueios e problemas na esfera cognitiva. Experimentam dificuldades de aprendizagem e, na maioria das vezes, não recebendo o devido atendimento, acabam desanimando do cenário escolar. Despreparado para corresponder às exigências da escola regular, o surdo fica renegado a segundo plano e, conseqüentemente acaba sendo excluído da instituição educacional através de seus mecanismos.

O não reconhecimento pelas escolas regulares da importância e necessidade da LS, como meio apropriado de comunicação com os surdos, dificulta que sejam tomadas providências para o acesso da comunidade escolar, a este instrumento de intermediação sociocultural do surdo na escola. A universalização da LS se constitui em fator imprescindível para uma educação de qualidade ao aluno surdo, a fim de que se construam as condições necessárias para o exercício efetivo de sua cidadania. Entretanto não se observa por parte dos professores das escolas regulares onde há surdo incluído, o esforço necessário para sua assimilação. Indiferente, a escola não se dá conta da dimensão episódica dos fatos, quando deveria abrir espaço para aprofundar reflexões sobre situações relacionadas à construção da identidade surda, estabelecendo parâmetros referentes às interpretações que se têm elaborado sobre essa identidade.

Conforme MOSQUERA (1973), “A identidade é o reflexo do meio ambiente. A reflexão não é feita em todos os momentos da vida humana, por isso, na maior parte das vezes, a identificação é inconsciente. Para existir identidade humana é necessária a convivência humana”.(p.13). Assim sendo, as interações interpessoais são importantíssimas para o desenvolvimento humano e, o surdo não deve ser tolhido de expandir suas relações. Portanto, entre sentimentos controversos, ele vai construindo sua identidade, que se elabora sob manifestações de ressentimentos marcadas por barreiras, incompreensões, tabus e preconceitos.

Mas nem por isso o surdo tem sua existência determinada pela ausência deste canal mediador, que é a audição. Ao contrário, ele torna-se um privilegiado, com o despertar de muitos outros sentidos que no ouvinte permanecem adormecidos,

reforçando as idéias de Vygotsky (1988), em relação a uma criança com déficit. Sua capacidade vital extrapola o aspecto limitativo, uma vez que a moderna “defeitologia” está voltada para a produção de uma compensação. Sua aguçada curiosidade e rigidez de observação o introduz no mundo da polifonia, como diz Bakhtin (1990), “o mundo em que vivemos fala de diversas maneiras...” E nós ouvintes ignoramos muitas delas.

O homem é um ser altamente dependente de seus sentidos. MYKLEBUST (1971), expressa esta relação.

Supõe-se portanto que a ausência de um deles (sentidos), interfere nas informações obtidas do meio circundante, exigindo que o indivíduo se organize diferentemente para agir e superar os obstáculos. Sendo surda, a pessoa não deixa necessariamente de ser inteligente. Ela possui competências e potencialidades que precisam ser conhecidas e valorizadas. (p.105)

Entretanto o que se tem observado na realidade da escola pública, é que estas questões têm sido tratadas de modo superficial, sem aprofundar discussões em relação ao conteúdo curricular, sem atentar para a qualidade da educação que se oferece ao educando surdo ou até, considerar suas diversas aptidões.

A questão curricular é muito séria e merece aprofundamento e reflexão, deve ser encarada criticamente com a anuência dos próprios surdos. São eles os que diretamente sofrem as conseqüências de uma abordagem curricular deficiente, que pode tornar-se castradora das pretensões referentes à identidade pessoal e cultural dos sujeitos, cerceadora de suas oportunidades.

Somente através de uma adequada investigação, em relação ao modelo de educação que o surdo vem recebendo, é que as competências poderão ser visualizadas para evitar interpretações errôneas de comportamentos e ou diferenças individuais, capazes de estabelecer uma crise de identidade.

VYGOTSKY (1993) explorou em seus estudos referentes à linguagem entre outros temas relacionados à atividade mediadora, a relação entre o desenvolvimento e a aprendizagem, a inter-relação das funções psicológicas superiores, o papel da

linguagem na evolução do pensamento e o processo de conceitualização. Ele faz distinção entre a apropriação e a aquisição lingüística como fator histórico e social, ressaltando a importância da interação e da informação lingüística, para a construção do conhecimento. Desta forma, o uso e a funcionalidade da linguagem, o discurso e as produções lingüísticas passam a centralizar o trabalho do professor ao exercer o papel de mediador e/ou facilitador, que interage lingüísticamente com seus alunos, sob um processo dialógico. Considera a apropriação discursiva como um mecanismo de internalização cuja aquisição exerce o papel da mediação, com ênfase no caráter social dos processos de conhecimento.

Como já é sabido, o meio oferece as condições da elaboração sociocultural, que se refletem na conduta do cidadão que forma. Daí, a importância desta reflexão. Além disso, o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, também depende da concreticidade das condições culturais do contexto onde a pessoa está inserida. É do interagir com o ambiente circundante que advirão as experiências capazes de levar o surdo a internalizar e a apropriar-se das produções culturais da humanidade.

Assim, a integração das experiências sensoriais vividas e a organização neurológica é que estabelecem o desenvolvimento das aquisições cognotativas, a formulação dos conceitos e, permite a expressão de si.

Segundo VAYER (1989):

No início da vida, cada criança é diferente da outra, já que as potencialidades que condicionam as estruturas somáticas e neurológicas, o temperamento, bem como as aptidões gerais, são distribuídas diversamente. Ao mesmo tempo uma e outra são semelhantes, já que têm a mesma história filogenética e são providas de processos de ação e de avaliação que funcionam da mesma maneira. (p.12)

É na relação com o meio, na diversidade de experiências, que as informações relacionadas ao desenvolvimento e à aprendizagem vão se tornando evidentes. Cada sujeito relaciona-se e interage com o contexto segundo suas circunstâncias, através das interações intermediadas pelos órgãos dos sentidos, que

atuam na construção das próprias estruturas, orientadas pela capacidade do potencial que traz ao nascer.

Através da escolaridade é possível usufruir da experiência de uma multiplicidade de pessoas. Isto permitirá ao surdo, a passagem de experiências interpessoais para intrapessoais, contribuindo significativamente para a evolução complexa da consciência de si. Os estímulos ambientais atuando na dinâmica das funções superiores orientam o comportamento individual, conjugando-se aos demais fatores: carga genética, a volição ou vontade e, a disposição individual. No curso desta dinâmica, interpessoal, o comportamento vai sendo estruturado na interatividade sociocultural mediante um processo de comunicação que se efetiva na coletividade. Nesta continuidade dialógica sob uma relação intersubjetiva do indivíduo consigo mesmo, fundamentado nas próprias experiências existenciais que se constituem num diálogo interior, o indivíduo tem seu comportamento revitalizado pelo processo reflexivo. Assim, a partir do seu circuito interpessoal, cada sujeito vai ampliando seus contatos no ambiente social, incorporando à sua própria vida, novas experiências que irão interferir na reconstrução de sua estrutura individual.

É de fundamental importância avaliar de que forma a escolaridade vem contribuindo para que o surdo realize plenamente o seu projeto de vida, indagar de que maneira a escola tem se comportado perante a presença do educando surdo em seu interior?

Segundo MYKLEBUST (1971), os transtornos da surdez são imprevisíveis e a surdez leve ou grave, talvez das deficiências seja a que provoca maior impacto sobre os mais relevantes aspectos do desenvolvimento infantil. A extensão de suas conseqüências transpõe os limites da linguagem e as fronteiras do som. Abrange implicações bem mais complexas do que apenas o ouvir e o falar. Por isso torna-se muito difícil avaliar os problemas da surdez e as graves conseqüências que a mesma provoca tanto no aspecto psicossocial como nas demais áreas do desenvolvimento.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a incidência da surdez em países em desenvolvimento é de 1,5% (MEC, 1997).

No Estado do Paraná, cuja população é de 9.563.458 habitantes (IBGE/2000), estima-se um total 143.452 pessoas surdas. Contingente populacional significativo, que merece atenção de todos os segmentos da sociedade. Torna-se necessário investir neste potencial humano, para que não se perca na ociosidade, em consequência do descaso e da omissão de governantes que não atentam para a especificidade educacional que requer a comunidade surda.

É preciso não esquecer que a identidade do surdo também se constrói através da mediação, em relação à realidade vivenciada em diferentes espaços, participando de uma variedade de interações muito próprias de sua cultura. Convém ressaltar ainda que existem fatores muito específicos, que interferem significativamente no desenvolvimento do surdo e que passam a caracterizar sua educação. Entre os quais citamos o tipo de surdez: congênita ou adquirida, o grau e o tipo da perda auditiva: perda leve, moderada ou profunda, uni ou bilateral; a época em que a mesma se instalou antes ou após a aquisição da linguagem; a existência ou não de outro comprometimento; a utilização ou não da LS, o uso de prótese auditiva, o apoio familiar e a escolaridade dos pais; a existência de irmãos, o fato dos pais e/ou irmãos serem surdos ou ouvintes, o convívio com pessoas surdas e/ou ouvintes de diferentes idades, sua inserção em grupos de surdos, o uso da LS pela comunidade surda; o acesso à escola, em meio a outras peculiaridades do contexto circundante. Entre os quesitos que interferem na educação dos surdos, estes estão intrinsecamente incorporados em seu caráter formador.

Empiricamente costuma-se acreditar que há uma correspondência entre a deficiência auditiva e os traços característicos da personalidade da pessoa surda. Assim, coloca TELFORD (1988), a “criança surda é tomada como retraída, pouco sociável, preguiçosa, desconfiada e infeliz”. (p. 37) Entretanto, tais estereótipos sociais não se comprovam rigorosamente em pesquisas, visto o comportamento de cada ser

humano resultar das diferenças individuais, somadas ao histórico da diversidade cultural de cada pessoa. Daí, a ênfase da autora, do presente trabalho, insistindo ser necessário aprofundar o conhecimento sobre as pessoas surdas, para saber melhor compreendê-las.

Apenas saber dos limites que a surdez impõe, representa muito pouco. É preciso ousar, ir além da simples constatação, para garantir uma intervenção exitosa a partir da realidade das condições e necessidades dos surdos em geral e dos casos específicos em particular.

Portanto, o fato de algumas pessoas surdas manifestarem problemas psicológicos e/ou dificuldade de aprendizagem não significa necessariamente que todo o surdo venha a desenvolver o mesmo comportamento. Para uma melhor compreensão, basta realizar uma análise reflexiva comparando o indivíduo com problema de visão, mais especificamente miopia, e que usa óculos, com o que tendo o mesmo problema visual, não faz uso da prótese. O referencial de mundo e a visão da realidade tornam-se bem distintas para ambos.

Segundo VANOYE (1987), existem alguns estudos que confirmam a existência de um estreito vínculo entre a linguagem e a personalidade. A concepção que se tem do mundo, dos outros e de si mesmo, emana da linguagem que nada mais é do que a expressão do sentido do eu.

Segundo SKLIAR (1997), as estatísticas internacionais indicam que apenas 4,5% das crianças surdas descendem de pais surdos, desenvolvendo suas primeiras interações sócio-comunicativas com a mãe surda, usuária da LS, cujo ambiente lingüístico-cultural é o viso-gestual.

Normalmente, tanto o processo de imersão cultural, como o de aquisição da LS ocorrem de forma natural como o de qualquer outra criança em determinada comunidade da qual são membros reais.

Entretanto, isso não acontece com a maioria das crianças surdas pois aproximadamente 96% são filhas de pais ouvintes que desconhecem, discriminam e até

rejeitam a LS. Desta forma, as relações sócio-educativas tornam-se restritas e lingüísticamente desarticuladas, estereotipadas. A criança surda tem seus contatos limitados, ficando condicionada a fatores interativos renegados e inibidores que poderão trazer como conseqüência, o isolamento psicológico. E é neste contexto que convive a grande maioria das crianças surdas. SKLIAR (1997), reforça que “as crianças surdas filhas de pais ouvintes são membros potenciais de uma comunidade lingüística.”

Como importante instrumento de socialização, a linguagem favorece a formação integral da personalidade. As atividades humanas têm estreita ligação com a linguagem, que é a base do raciocínio numa fecundante relação com o pensamento. Conforme Paulo Freire (1997), “ não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, na ação reflexão.”

Em sua existência o homem não pode prescindir da linguagem, pelo seu importante papel, como principal meio de comunicação; constitui-se no fundamento da humanização e da sobrevivência por uma questão fisiológica, psicológica e principalmente sociológica.

A experiência humana tem comprovado a estreita relação entre a educação e a transformação social. Constitui o requisito básico no desenvolvimento da cidadania, para todo o cidadão consciente. A consciência dessa realidade é a base fundamental para a análise crítica da influência da ação educativa no desenvolvimento e na realização pessoal do surdo, na tentativa de suscitar a reflexão sobre a interferência do fenômeno educativo e sua capacidade para estimular o indivíduo a agir e interagir, operando mudanças no contexto sociocultural, a partir da própria transformação.

Para todos os indivíduos a educação escolar é fundamental na formação e capacitação do cidadão para atuar na sociedade. Para o surdo ela se constitui em importante fator de organização, ajustamento pessoal, social e emocional. A ação do conhecimento sistematizado atua diretamente na construção do saber, na aquisição da instrução e na elaboração da informação, como significativo instrumento de

socialização. O prejuízo que a desinformação causa ao surdo, acarreta várias conseqüências sobre o processo de desenvolvimento sociocultural. Em razão da privação das experiências auditivo-lingüísticas, o surdo precisa interagir educacionalmente para conviver com a cultura acumulada pelas gerações, pela humanidade, evitando o agravamento de sua privação cultural.

A grande preocupação referente ao destino das pessoas surdas está vinculada não apenas à necessidade de lhes proporcionar oportunidade de escolarização, sendo também necessário identificar os parâmetros sob os quais os surdos se beneficiaram ou não da educação oferecida, especialmente pela escola.

Por muito tempo acreditou-se na supremacia da linguagem oral como fonte de redenção do surdo. Fator que direcionou a metodologia do aprendizado escolar e da integração social, sendo então rigorosamente combatida nas instituições escolares, a utilização do sistema de comunicação por sinais e/ou gestos.

Entretanto, existem atualmente muitos estudiosos como Souza (2001), Skliar (1997), Brito (1993), que defendem o reconhecimento da identidade do surdo, apontando dentre as suas especialidades, a necessidade da aquisição da LS, considerada a língua natural do surdo.

As experiências indicam que a surdez reduz as oportunidades de desenvolvimento, minimizando os estímulos que impulsionam à ação, conforme cita TELFORD (1988), “A perda da audição não resulta apenas num ambiente informativo empobrecido, mas implica também numa restrição dos incentivos à criança para explorar seu mundo, numa redução do número de coisas sobre as quais sentir curiosidade”. (p.514)

Na realidade, a curiosidade que a criança surda demonstra diante do universo em evolução, não é menor que a apresentada pelas outras crianças. Ao contrário, é bem mais aguçada. Ela tem contínua necessidade de exaurir suas inquietações diante do universo de enigmas que a vida lhe apresenta. Porém, o que ocorre é que os estímulos apresentam-se de modo diversificado uma vez que a surdez

diminui a implementação de estímulos causando restrição à criança para explorar o ambiente e, nem sempre ela encontra pessoas capazes de pacientemente explicitar-lhe o conhecimento sobre o objeto de sua curiosidade.

Em geral a criança surda mantém uma acentuada atenção e interesse diante dos fatos. Está sempre alerta para captar integralmente os movimentos que percebe ao seu redor. Basta que se observe a interlocução sinalizada entre os surdos para se verificar a riqueza e as peculiaridades dos detalhes que enunciam em seus discursos.

Considerando ser a LS condição imprescindível para o desenvolvimento das pessoas surdas, ela representa também a via que capacita a comunicação entre os surdos e entre surdos e ouvintes. Também desempenha importante função de suporte do pensamento e de estimulador da mediação, tanto do desenvolvimento cognitivo quanto do social.

O reconhecimento nacional da LS, através da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências, deflagra uma nova perspectiva para a história da educação de surdos resignificando a sua existência.

Na participação em eventos culturais como palestras, conferências, juntamente com pessoas surdas, percebe-se que as mesmas mostram-se ansiosas, questionando sobre o que está sendo tratado, indagando a razão de determinados comportamentos da platéia. Porém, se o evento conta com a presença de intérprete de LS, a situação modifica-se e, as pessoas surdas manifestam um comportamento bem diferente. Mantém-se descontraídas, atentas, seguras e até orgulhosas pela posição privilegiada de tornarem-se alvos de atenção de alguém tão especial como o comunicador em LS ou o intérprete.

Isso comprova a afirmação de SAUSSURE (1995). “A linguagem tem um lado individual e um lado social, sendo impossível conceber um sem o outro”. (p.16) Portanto, a linguagem constitui-se num fenômeno que mantém uma função claramente definida, tanto em âmbito social, quanto no individual. Ela efetua uma relação de

significação para a constituição do sujeito, que estrutura a organização da língua, a partir das relações interpessoais que se estabelecem.

O Paraná expressa seu compromisso na mudança da educação de surdos, tornando-se um dos primeiros Estados a reconhecer oficialmente a LIBRAS, fato que favoreceu a implantação da proposta da Língua de Sinais nos programas e escolas do sistema, bem como a criação de classes ou Escolas de Ensino Fundamental exclusivamente para surdos, com educação bilingüe. Iniciativa de vanguarda que garante novas e promissoras perspectivas ao alunado desta geração.

Segundo diretrizes do Departamento de Educação Especial – DEE, da Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED (1999), em seu plano de atendimento à área da surdez, são estabelecidas ações políticas educacionais que contemplam importantes preocupações com a qualidade da educação dos surdos em todo o Estado. O reconhecimento da necessidade de a pessoa surda participar das decisões relacionadas à educabilidade dos surdos convergiu para que uma profissional surda integrasse a equipe pedagógica da SEED/DEE. O fato tem gerado ações que contribuem para a melhoria das condições de escolaridade da pessoa surda em seu processo educacional. Contam os surdos e também os ouvintes com a formação de intérpretes, tradutores e instrutores de LIBRAS, em cursos relacionados à divulgação da cultura surda.

Conforme BAKHTIN (1990), a produção da significação se processa no trânsito da multiplicidade de vozes que explicitam o movimento do sujeito no contexto de suas interações sociais, sem desconsiderar a sua singularidade.

GOLDFELD (1997), enfatiza o poder de ação do meio afirmando: “o indivíduo atua na sociedade com suas marcas individuais, mas, em última análise, estas marcas também têm origem no meio social”.(p.18)

Assim sendo, a questão da acessibilidade das pessoas surdas, como das demais pessoas com necessidades educacionais especiais, à educação com qualidade, transita vinculada às políticas educacionais conforme estabelece a Portaria nº 1679, de

02 de dezembro de 1999. *Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.*

Como comprova a literatura especializada, historicamente a educação de surdos tem suas raízes num modelo clínico-terapêutico, em oposição ao modelo sócio-antropológico. Idéia que foi mantida e explorada até meados de 1970, com a sustentação de uma visão vinculada à patologia do déficit biológico. Com isto, o surdo afastado da escola, transitava em clínicas médicas e, o currículo se convertia em medida terapêutica. Deste fato deriva erroneamente a idéia de que a surdez originava um problema de inteligência. E, o desenvolvimento cognitivo estaria subordinado à aquisição da língua oral.

Transitando do modelo clínico-terapêutico para a escola oralista, a concepção dos objetivos da educação especial para surdos esteve sempre distanciada das reais necessidades daqueles sujeitos, cristalizando-se então a noção de baixas expectativas pedagógicas em relação ao surdo.

JOHNSON, ERTING e LIDDELL (1989), comentam:

O educador parte da idéia de que seus alunos já possuem um limite natural em seus processos de conhecimento, planifica aquém dessas capacidades, obtém os resultados que concordam com essa percepção e justifica o fracasso final pelo simples fato de que as crianças surdas não podem vencer o déficit, isto é, não podem reverter sua própria natureza. (p.19)

As idéias pré-concebidas interferem na qualidade da intervenção pedagógica que se realiza, sendo desconsideradas as diferenças interindividuais, as condições de desenvolvimento, potencialização e habilidades pessoais. Os preconceitos sociais interferem nocivamente na formação da auto-imagem e, poderão tornar-se um prejuízo ainda maior para a superação das dificuldades que os surdos encontram no aspecto didático-metodológico. A discriminação relacionada à surdez parece impedir que se considerem os diferentes tipos de inteligência humana.

Qualquer atividade humana envolve sempre a interatividade, a interdependência funcional; as múltiplas inteligências interagem entre si. E, segundo GARDNER (1999), a inteligência depende da influência dos fatores biológicos, pessoais e histórico-culturais.

Segundo GOLEMAN (1995), a inteligência emocional exerce relevante papel dos sentimentos sobre o pensamento de forma geral. Razão pela qual torna-se muito importante para o ser humano desenvolver a capacidade de lidar com os sentimentos, através da alfabetização emocional.

A criação de ambientes de aprendizagem, que favoreçam a vivência do processo criativo em seus diferentes estágios, propicia condições para o desenvolvimento da interatividade em seus diferentes níveis. No nível intrapessoal, o indivíduo tem acesso ao conhecimento de si. No nível interpessoal, ele adquire maior capacidade de cooperação, de interação, adaptação, aceitação das diferenças. No nível transpessoal desenvolve a necessidade espiritual que transita na ligação do indivíduo com o universo, na humanização e superação dos preconceitos.

KIRK e GALLAGHER (1991), afirmam que “o rótulo é por vezes utilizado no lugar de uma avaliação mais importante das necessidades educacionais da criança”.(p.36)

A estigmatização ainda dificulta o crescimento e o avanço sociocultural dos surdos. Apesar da conquista do direito de acessar à escolarização, o surdo continua enfrentando diferenças, discriminação e preconceitos que são reproduzidos no cotidiano do contexto educacional e, na sociedade.

A luta do surdo para a auto-superação do preconceito e da discriminação é necessária, por tratar-se de uma luta pela afirmação de sua identidade cultural. Já não é mais possível a ele, continuar aceitando o discurso de outrem para ser identificado. Ele mesmo pode auto-denominar-se, deflagrando uma luta para proclamar o conteúdo básico à própria educabilidade. Educação para a participação democrática, para a aquisição adequada de conteúdos e/ou formação de habilidades para o despertar de

novas idéias.

A repercussão de tais fatores se faz sentir na narrativa das histórias da escolaridade de crianças e jovens surdos, que se evadem precocemente da escola ou que nela permanecem com restrito ou com o mínimo sucesso, sem que se mobilizem alternativas para que a modificabilidade cognitiva seja operacionalizada. A indiferença com que o assunto vem sendo tratado, causa indignação aos pais que tornam-se angustiados e até depressivos. Espera-se que a questão do estigma, da discriminação e da segregação social se desmistificará, no espaço da sociedade inclusiva.

Realizar uma avaliação inter-relacional da trajetória do processo de escolaridade experienciado por pessoas surdas na diversidade das instituições, família, escola e comunidade, torna-se necessário para analisar suas tendências, refletir sobre seus problemas e perspectivas educacionais, com o intuito de levantar novas propostas, com alternativas capazes de promover educação e serviços de melhor qualidade a esses cidadãos.

Este poderá ser o marco da união de forças que seguramente promoverá novas parcerias, procedendo a criação de novos espaços que favoreçam os estudos e pesquisas relacionadas aos surdos, com o objetivo de complementar a formação do grupo, tendo em vista a promoção sociocultural da comunidade. Entendemos que com essa iniciativa, serão preenchidas algumas lacunas, como a falta de contato entre os jovens surdos e, os jovens ouvintes e surdos bem como com a comunidade acadêmica e ainda, será favorecida a reunião das famílias para troca de experiências. O compromisso da escola é com a formação do cidadão e sua inclusão social, muito bem enfatizada na citação de AQUINO (1998):

O papel da escola é o de uma instituição socialmente responsável não só pela democratização do acesso aos conteúdos culturais historicamente construídos, mas também o de co-responsável pelo desenvolvimento individual de seus membros (em todos os seus aspectos), objetivando sua inserção como cidadãos autônomos e conscientes em uma sociedade plural e democrática. Para isso, ela deve tomar para si a responsabilidade de trabalhar a superação das deficiências circunstanciais das crianças que chegam em suas

salas, respeitando as diversidades, e também buscando incluir os deficientes reais no contexto regular do ensino.(p.44)

A busca de uma melhor qualidade de vida para as pessoas surdas, iluminadas pelo valor da educação, constitui-se na realidade, o eixo norteador do presente trabalho.

A educação é um bem social, um valor universalmente aceito e desejado, constitui um quinhão que a humanidade proporciona às novas gerações, com um custo muito alto. Assim, compreendemos ser de vital importância para o surdo, a possibilidade de usufruir, da educação de qualidade, para conviver com seus pares e participar da vida, numa dimensão social que lhe capacite tanto a participar dos benefícios culturais conquistados pela humanidade, como a colaborar na geração de novas idéias.

A nova Lei de Diretrizes e Bases propõe como principal meta o resgate da dignidade da pessoa humana, a igualdade de direitos, a participação ativa na sociedade e a co-responsabilidade pela vida social, atribuindo à educação especial a função de complementaridade do processo educativo ao educando que dela necessita usufruir.

Segundo a literatura especializada, a educação especial destina-se àqueles que necessitam de assistência específica no processo de sua aprendizagem e desenvolvimento (SEED/Paraná, 1999).

Parece que o princípio da Constituição Brasileira, de acesso à escolaridade dos 7 ao 14 anos, não se confirma na educação especial, já que os registros apresentam estimativas de que apenas entre 10 a 15% da população de pessoas com necessidade educacionais especiais em idade escolar, consegue receber alguma forma de atendimento educacional.

É imprescindível que se constate qual é a realidade da situação vigente, discutindo e eliminando as barreiras educacionais identificadas, analisando o papel que a escola vem desempenhando na vida dos educandos surdos que dela já usufruíram,

para poder melhorá-la.

A formação de parcerias é importante na concretização de novas metas em busca de apoio mútuo entre os diversos segmentos sociais e instituições educacionais até mesmo no próprio interior da escola, como espaço de contradição e desafio, aberto à reinvenção, ressignificação dos saberes e do conhecimento.

Urge que a escola se transforme no recinto onde o atendimento à diversidade dos alunos aconteça sem discriminação e programas excludentes mas, suplementada por projetos pedagógicos específicos, centrados na aquisição de competências e desenvolvimento de habilidades. Que o educando seja orientado para a exploração de talentos e predisposições individuais à criatividade, à participação no trabalho compartilhado transformando-se em autor de seu próprio projeto de vida.

Portanto, a educação constitui-se no principal instrumento construtivo da cidadania dos indivíduos surdos. Mas, para que as leis sejam executadas, torna-se necessária uma mudança de postura e uma conscientização da sociedade para a questão da ética e o reconhecimento dos direitos do surdo como cidadão.

1.1. A educação inclusiva como processo a ser construído

A educação escolar dos surdos é concebida como um processo a ser construído em direção à democratização das oportunidades sócio-educativas, com o direito que têm todos os cidadãos, de desfrutar de espaços comuns da vida em sociedade, para aprender a conviver na coletividade e terem garantida uma sólida educação. Idéia que se reveste de grande incongruência pois jamais se imaginou tanta receptividade a esse novo pensar e também tanta resistência.

Estima a ONU que por volta do ano 2010, o processo de construção da inclusão social culminará com o apogeu da sociedade inclusiva sob o esforço coletivo, para interagir exitosamente com a diversidade humana, numa contextualização de aprendizagens múltiplas e saberes diversificados. Enfim, a inclusão nos remete a

enxergarmos para além das cercanias da individualidade e do egoísmo, ante a convicção de que é preciso formar novos círculos de amizade, ampliando o universo das relações. Saber administrar as diferenças é compreender que tudo está interligado no planeta e, cada um de nós está conjugado à imensa cadeia ecológica. No mundo globalizado, deve-se reconhecer que não há espaço para exclusões discriminações e/ou preconceitos.

Se a inclusão escolar é importante, a inclusão social é fundamental para o desenvolvimento de cada país e sua inserção no contexto da prosperidade mundial. Este despertar de idéias coroa a grande revolução sociocultural, irradiando o senso de cidadania consciente exercida na evolução dos próprios talentos. A inserção, introdução e envolvimento de pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais ao sistema escolar, favorecem as oportunidades de equalização, para usufruírem com direito e liberdade dos bens e serviços culturalmente disponíveis, tendo assegurado o poder de acesso, permanência e terminalidade dos níveis de escolaridade, através da investigação das adequações que contemplem o desenvolvimento de suas eficiências. As pessoas surdas são parte integrante da população em geral e, como tal, devem ter o mesmo acesso aos bens sociais e aos serviços e recursos aos quais tem direito, a coletividade.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs (1998), a inclusão consiste na “inserção de todos sem distinção de condições lingüísticas, sensoriais, cognitivas, físicas, emocionais, étnicas, sócio-econômicas ou outras e, requer sistemas educacionais planejados e organizados que dêem conta da diversidade dos alunos e, ofereçam respostas adequadas às suas características e necessidades”. (p.8)

Uma sociedade que traga todas as crianças para a vivência comum da igualdade, do respeito mútuo, com a promoção da cidadania construída sob uma nova ordem a ser proposta. É a lógica que mexe com os novos paradigmas da contemporaneidade. Ela é incondicional, pressupõe a valorização do homem na luta por uma nova escola. A escola do alvorecer dos milênios, apta a concretizar idéias que

correspondam às necessidades de uma instituição aberta à filosofia da heterogeneidade, onde a presença da diversidade sensorial, física, motora ou superdotação, entre as tantas que a sociedade vem absorvendo, representa o eixo catalizador e ao mesmo tempo a grande alavanca da mudança social.

Trabalhar com a inclusão significa trabalhar com as ineficiências da escola, num contexto de pluriculturalidade. Portanto, a inclusão assinala para a construção de experiências de solidariedade entre os alunos, que se expressam como altamente educativas e favorecedoras de seu desenvolvimento individual e social.

O movimento inclusivista constitui-se numa nova força cultural poderosa de pensamento e ação frente à diversidade, cujos resultados beneficiam todos os indivíduos, a sociedade e a humanidade em geral, através da qualidade das relações que se estabelecem, para procurar atender ao pluralismo cultural que estará beneficiando a todos. Trata-se de um novo paradigma capaz de elevar a consciência dos cidadãos, aprofundando as relações sob um inter-relacionamento amplo e produtivo. Movimento que tenta resgatar a valorização da cultura da diversidade no currículo escolar, devendo a escola adequar-se ao aluno, respeitando suas especificidades, providenciando os aportes de que necessita, para garantir seu desenvolvimento integral nos diferentes níveis como: o cognitivo, o afetivo, o social, o psicomotor, entre outros.

Segundo ERICH FROMM (1970), o homem está perdendo a capacidade de independência, amor e razão, desenvolvendo em seu lugar, forças destruidoras muito perigosas.

O homem moderno sente-se ameaçado por um mundo criado por ele próprio. Desse modo, conviver bem, de modo inteligente com as diferenças, representa uma habilidade saudável que necessariamente será incorporada à cultura de novos milênios. Conforme FROMM (1970), “ O homem não está interessado exclusivamente na sobrevivência biológica e sociológica, mas também em valores, no desenvolvimento daquilo graças ao qual ele é humano”. (p.97)

O momento em que vivemos exige uma revisão de valores, de postura ética,

que incide tanto na individualidade como na educação familiar e na educação escolar. Segundo esta reflexão, a escola poderá contribuir mais e melhor na medida em que ressignificar o seu papel que é político e pedagógico.

A inclusão, portanto, deve ser concebida como uma questão social, política e cultural que se assenta na constituição coletiva do conhecimento e, na habilidade para a eletividade de novas relações, operacionalizando ações competentes que permitam alcançar perspectivas humanizadoras e revidem as ameaças da vida contemporânea. A ousadia, a credibilidade devem ser o contraponto da perplexidade no movimento inclusivo, pois na sociedade contemporânea, o imprevisível, o inusitado fazem parte do contexto e, as perplexidades estão ligadas aos desafios, que se sobrepõem à conformação. São fatores que impulsionam à busca de novos rumos, à tomada de novas decisões e à releitura do valor da ética.

Segundo STAINBACK (1999), “Para nossas sociedades e comunidades serem ética, moral e legalmente justas, a inclusão é uma necessidade”. (p.30)

O convívio proximal possibilita uma interação equilibrada, desprovida das expectativas e ansiedades conflitivas, que o desconhecimento do outro provoca nas relações, sob a angústia de não ter o controle do que poderá vir a suceder. Todos precisam superar-se, sair do próprio medo e construir sua ousadia, criar novos espaços. O que não se pode esquecer é que existem variáveis que interferem no desenvolvimento dos indivíduos, mas não são determinantes.

Como qualquer fato histórico, a inclusão acontece testando nossa inteligência relacional e o nosso talento para a inovação à modernidade. Cabe portanto, explorar tudo aquilo que pode reverter-se em benefício das relações humanas, orientando as pessoas a interagirem na sociedade globalizada com espírito solidário, respeito à individualidade e à identidade cultural, priorizando o bem-estar social; enfim, educando-se ao educar.

O compromisso com o bem-estar do cidadão é o fundamento que deve sustentar a inclusão educacional para viabilizar a inclusão social. Certamente a

consolidação de um procedimento educativo capaz de promover e incorporar as forças do relacionamento social, será o sustentáculo para a difusão de princípios que despertam a consciência do ideal de crescer.

A diversidade precisa passar a ser vista não como um problema, mas como fato capaz de tornar mais fraterna e afetiva a aproximação entre os homens, transformando o respeito mútuo e a solidariedade humana, no imperativo das relações sociais. Assim, a escola torna-se responsável pela formação de cidadãos mais éticos e além disso, poderá favorecer a todos que tenham a oportunidade de conhecer a vida humana em toda a sua dimensão.

É preciso entender como compromisso de todos, a educação de todos os cidadãos. Isto envolve um processo persistente de desestabilização da inércia sociocultural a que foi submetida a sociedade. Cada indivíduo exercendo a cidadania, poderá não apenas detectar as carências existentes na educação do surdo mas sobretudo contribuir com projetos alternativos favorecedores da causa.

1.2. Os novos paradigmas educacionais

A educação pensada para o novo século, divulgada pelo cientista social Jacques Delors, no Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI da UNESCO, fundamenta-se em 4 eixos básicos: aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conviver, aprender a ser. Essas diretrizes delegam novo direcionamento ao ensino, transcendendo o imediato, o previsível, a transitoriedade. Centrada em paradigmas voltado à contemporaneidade, a educação assume caráter relevante em suas especificidades.

Aprender a aprender para poder intervir na realidade sob a égide do imprevisível, do inédito que continuamente surpreende o homem e o desafia a aprender a aprender e a aprender a ser, com a possibilidade de aquisição de comportamentos úteis e necessários, a fim de atuar num universo de relações. As perspectivas que se

estabelecem, convergem para maior desenvolvimento, interação, comunicação, crescimento interpessoal e intrapessoal formando novas redes de dimensão sócio-afetivas. É preciso oferecer ao surdo experiências formativas que o estimulem a aprender.

Aprender a fazer para construir-se como pessoa, tendo a capacidade de refletir sobre os próprios atos, para aprimorá-los, adquirindo competência e habilidade. A necessidade de contínua imersão em novas realidades, conclama que haja uma renovação dinâmica na intermediação entre o saber e o fazer num processo de auto-formação, resultando num processo modificador das suas ações.

O surdo precisa de oportunidades para revelar sua capacidade empreendedora.

Aprender a conviver juntos requer o auto-conhecimento no exercício da interatividade e da conduta ética. A aptidão de ser com o outro, constitui a base fundamental das relações, frente aos desafios da liberdade e da independência, na apropriação de hábitos e atitudes sócio-interativas. A capacidade de se ver com o outro e como o outro, não apenas diante do outro, numa relação preocupada com a qualidade dos vínculos que efetivam.

As relações sócio-afetivas permitem ao surdo infinitas oportunidades de descobertas para a compreensão do mundo e das pessoas que nele estão inseridas.

Aprender a ser envolve o auto-domínio, aliado à independência de ação, com a promoção do desenvolvimento humano sob todos os aspectos, conjugando a elaboração de idéias com capacidade crítica e criadora. Pensar por si, constitui-se no canal direto para a conquista da autonomia das pessoas surdas. O desvelamento da singularidade constitui-se num caminho absolutamente infinito, pois é na expressão de si que se dá a emulação da capacidade do homem.

O surdo constrói seu modo de ser, baseado num referencial de valores que, conscientemente ou não, representa a visão que ele introjeta do mundo, das pessoas e de si mesmo.

A política da pluralidade de educação se configura com a filosofia da escola inclusiva, cujo modelo exige que todos os profissionais e, especificamente os educadores sejam competentes. Estejam atualizados, com a renovação contínua de saberes, em seu aspecto intercultural, voltado para a formação de cidadãos solidários, comprometidos e íntegros. A universalização da cidadania, uma das tendências do próximo milênio exige a busca de amplitude de ação pela escola no sentido de reconduzir suas concepções e valores estando aptos e capacitados a intervir de modo transformador, na prática educativa.

A educação eficaz supõe um projeto pedagógico que enseje o acesso e a permanência – com êxito – do aluno no ambiente escolar: que assuma a diversidade dos educandos, de modo a contemplar as suas necessidades e potencialidades. A forma convencional da prática pedagógica e do exercício da ação docente é questionada, requerendo-se o aprimoramento permanente do contexto educacional. Nessa perspectiva é que a escola virá a cumprir o seu papel, viabilizando as finalidades da educação. MEC/SEF/SEE (1999)

A inclusão escolar assume desta forma, o modelo propositivo da imersão do educando no movimento da culturalidade, com o fundamento básico de ampliação de suas oportunidades educacionais. Isto implica em um redimensionamento da postura docente, frente aos serviços educacionais, conteúdo e forma, estruturação e organização metodológicas.

Portanto, a inclusão escolar constitui-se numa inovação cultural poderosa, de pensamento e ação frente à obstaculização atribuída à diversidade ou, características psicofísicas do desenvolvimento dos educandos.

Compreende-se que o maior obstáculo à inclusão não são as condições econômicas, mas a baixa expectativa que se nutre em relação às pessoas com necessidades educacionais especiais. Assim sendo, a mudança de atitude da escola torna-se emergente, visto que não é possível continuar insensível aos desafios e dificuldades teórico-práticas que a educação de surdos enfrenta. Ela deve preocupar-se com o efetivo encaminhamento de ações que contribuam com a produtividade escolar.

A comunidade precisa aprender a conhecer melhor os surdos e, a contribuição da família é muito importante nesta missão, daí a razão de orientá-la para que também acesse ao conhecimento relacionado à surdez. Poderá ajudar o filho(a) melhor conhecer-se, conhecer o seu universo, conhecer o outro e trazer o outro para o seu próprio universo. Nutridos com a força de vontade, a admiração e o desejo de aprender, a compreensão de mundo dos surdos assumirá nova atitude, com a descoberta de que o querer antecipa o agir. Muito diversa será a predisposição das pessoas surdas para construir seu projeto de vida, do que quando se percebem colocadas ao lado dos excluídos.

Como se sabe, a questão da inclusão na sociedade iratiense, como em todo território nacional, é fortemente marcada pela questão escolar. Trata-se de uma crise paradoxal. Novos paradigmas de relação social devem ser adotados, para interagir no contexto da diversidade, desmistificando as adversidades. A verdadeira existência não se pauta por formas de relações preconceituosas e/ou discriminatórias mas pela disposição de fazermos melhor tudo aquilo que somos capazes.

CAPÍTULO II

A EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO ESTADO DO PARANÁ

Compreendendo que as pessoas podem mudar através da sociedade e podem também transformá-la, é válido ressaltar que na educação dos surdos o Paraná contou com a interferência de personalidades sensíveis e capazes de se colocar no movimento da teia de relações, para captar os indicadores sociais que exigem intervenção a curto ou a longo prazo. A visão privilegiada para a percepção dos problemas comunitários bem como a mobilização de ações rápidas, tornam-se imprescindíveis para que novos ideais sejam incorporados à vida da comunidade. Portanto, o destino de cada cidadão bem como das comunidades, pode ser decidido a partir de tais parâmetros. A visão do outro na percepção do ser, do sentir e do agir é que produz os reflexos para a revitalização social.

A preocupação com a operacionalização de ações que correspondam às necessidades dos diversos segmentos da comunidade, resulta em crescimento, tanto individual como social. Também os surdos dependem da possibilidade de acesso aos recursos disponíveis na comunidade, para poderem beneficiar-se como cidadãos. Desta forma, eles tiveram sua educação apensada a fatos que precisam ser analisados, com a consciência de que apesar das conturbadas polêmicas quanto à sua forma, a educação é vista como o recurso certo para se conseguir mudanças, superar preconceitos e garantir autonomia. Esta reflexão adquire maior significado, sob a análise da especificação de alunos matriculados na Educação Especial, de acordo com a da tabela do MEC - Censo Escolar 1996 a 2002.

**EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
POR TIPO DE NECESIDADE ESPECIAL**

TIPO DE NECESSIDADE ESPECIAL	1996 Alunos	1997 Alunos	1998 Alunos	1999 Alunos	2000 Alunos	2001 Alunos	2002 Alunos	Distr. %	96-2002 % de Evolução
TOTAL BRASIL	2001.142	334.507	337.326	374.129	382.215	404.747	448.601	100,0%	123,0%
DEFICIÊNCIA VISUAL	8.081	13.875	15.473	18.629	18.926	17.100	20.257	4,5%	150,7%
DEFICIÊNCIA AUDITIVA	30.578	43.241	42.584	47.810	48.790	49.678	52.422	11,7%	71,4%
DEFICIÊNCIA FÍSICA	7.921	13.135	16.463	17.333	18.160	19.157	21.352	4,8%	169,6%
DEFICIÊNCIA MENTAL	121.021	189.370	181.377	197.996	200.145	212.996	231.021	51,5%	90,9%
DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA	23.522	47.481	42.582	46.745	46.418	51.174	56.166	12,5%	138,8%
PROBLEMA DE CONDUTA	9.529	25.681	8.994	9.223	11.522	11.664	13.670	3,0%	43,5%
SUPERDOTAÇÃO	490	1.724	1.187	1.228	758	984	1.110	0,2%	126,5%
OUTRAS	-	-	28.666	35.165	37.496	41.994	52.603	11,7%	83,5%

Fonte: MEC/INEP/SSEC, Censo Escolar – 1996 a 2002

As ações voltadas à educabilidade das pessoas com necessidades educacionais especiais - NEE no Paraná, foram originadas de iniciativas particulares ocasionadas pela necessidade de um atendimento diferenciado, mais fundamentado na realidade dos educandos, em suas necessidades específicas. Eclodiram inicialmente condicionadas às iniciativas particulares, como uma tomada de decisão provocada pela exigência de educação e/ou atendimento às crianças deficientes, existentes no seio de famílias conscientes do compromisso de sua responsabilidade.

Este também foi o marco da evolução da educação dos surdos no Paraná, que teve como registro de sua primeira escola, o ILES - Instituto Londrinense de Educação de Surdos, fundado em 1959, na cidade de Londrina, por Odésio Franciscón.

O ILES foi também a primeira escola pública para surdos, no Estado.

Consta em documentação original da Secretaria Estadual de Educação - SEED (1994), que a primeira entidade especial criada no Estado foi o Instituto Paranaense de Cegos - IPC, fundado em 1º de fevereiro de 1939, em Curitiba, idéia liderada por um grupo de pessoas, integrado pelo Dr. Salvador de Maio, que tornou-se o primeiro presidente da instituição. Entidade de apoio ao deficiente visual, com internato para 80 deficientes visuais abrigados, com idade de 07 a 90 anos. Atualmente, conta com a “Escola de Educação Especial Professor Osny Macedo Saldanha”, Ensino Fundamental, criada em 30.01.1948, anexo ao Instituto Paranaense de Cegos, que oferta o ensino especializado no método Braille. A principal finalidade da instituição é a habilitação e/ou reabilitação dos cidadãos cegos, ou de visão subnormal, estendendo orientação às famílias sob o sistema de internato e semi-internato. É de aproximadamente 500 o número de atendidos oriundos dos Estados do Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul com 88 internos, destes 11 são angolanos recebidos no ano de 2001 pelo Brasil, num programa de intercâmbio, para que sejam escolarizados.

Até a década de 50 existia oficialmente no Estado do Paraná apenas duas instituições para o atendimento da educação especial.

Segundo FURQUIM (1990), em 1956 foi criada a primeira instituição pública no Estado do Paraná, com a instalação de uma clínica psicológica, no “Centro Educacional Guaíra” na cidade de Curitiba, capital do Estado, com a denominação atual de “Escola Estadual Guaíra”. Preocupada com a necessidade de atendimento às crianças que apresentavam dificuldade de aprendizagem e de repetência escolar, a diretora da instituição Pórcia Guimarães Alves inicia um trabalho de referência, na educação especial. Começa, então, a funcionar a primeira classe especial da rede pública de ensino no Estado.

Em 1961, o Dr. Justino Alves Pereira inicia o movimento apaeano no Paraná, sendo fundada em Curitiba por um grupo de pais de crianças com deficiência,

em 06/10/62, a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, a APAE de Curitiba. O grupo era composto por: Chaim Israel Jugend, Cisinio Bertolucci, Arno Glitz e Dr. Justino Alves Pereira, na época Secretário de Saúde do Estado e pai de uma menina com deficiência. Abraçaram a luta em prol dos direitos das pessoas com deficiência, buscando espaço para a educação das pessoas com necessidades educacionais especiais. A mobilização de esforços junto ao poder público convergiu para a capacitação de recursos humanos tanto na área da saúde como educacional, em convênio firmado com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. O curso ofertado pela PUC/São Paulo habilitava professores para atuar na educação especial, recebendo candidatos de vários estados.

A professora Maria de Lourdes Canziani foi a única candidata do Paraná, aprovada entre vinte e oito inscritos para cinco vagas, na rigorosa avaliação procedida pela Madre Maria Cristina, da Sede Sapiente, coordenadora do curso de especialização da PUC em São Paulo. Ao concluir o curso como especialista, a professora Maria de Lourdes Canziani recebeu a incumbência de elaborar o projeto para sistematização do programa de Educação Especial no Paraná. A partir de então, conseguiu grande mobilização de forças junto ao Poder Público para a implantação de escolas especiais, culminando com a criação de várias instituições no interior do Estado.

Em 1963 sob o empenho da APAE de Curitiba, foi então criado junto à Secretaria de Estado da Educação do Paraná, o Serviço de Educação de Excepcionais, sob o Decreto 10.527 de 09 de janeiro de 1963. Constituiu-se meta prioritária do órgão, a formação da equipe multiprofissional, que permitisse organizar os programas, visando a instalação e/ou ampliação dos serviços de atendimentos que vinham sendo realizados, numa conjunção de esforços entre Poder Público e iniciativa privada. O órgão foi criado com o objetivo de favorecer a educação integral, o ajustamento social, melhorar as relações familiares, desenvolver as aptidões biopsicossociais das pessoas deficientes e prepará-las para a realização profissional.

Contava o Paraná em 1963, com 9 escolas especiais, sendo 3 escolas

especializadas para deficientes auditivos em Curitiba, 2 para deficientes mentais e 1 para deficientes físicos não-sensoriais; 1 instituto para cegos, 2 institutos na cidade de Londrina, sendo 1 para deficientes mentais e 1 para surdos.

Em 1965, quando a professora Maria de Lourdes Canziani, assumiu a chefia do Serviço de Educação de Excepcionais, foi elaborado o projeto de implantação do Sistema de Educação Especial no Estado do Paraná. Realizando uma gestão de expressão e marco de relevantes aspectos da História da Educação Especial no Estado, a exímia educadora permaneceu à frente do Departamento de Educação Especial – DEE, de 1965 até 1983. Como educadora de renome, comprometida com a causa, tornou-se expressiva presença em eventos nacionais e internacionais prerrogativa que se mantém até hoje.

Em 17 de junho de 1953 foi fundada em Curitiba pelo Decreto Lei nº 1.142 a escola para surdos, cujo nome recebido foi o de Instituto de Reabilitação de Surdos-Mudos do Paraná, a qual em 02 de junho de 1978, através do Decreto nº 5041, passou a denominar-se Centro de Reabilitação da Audição e da Fala “Alcindo Fanaya Júnior”.

Com a Resolução nº 2554/97, de 24 de julho de 1997 que estabelece a mudança de mantenedora - Instituto de Ação Social do Paraná para a SEED, recebe a denominação de Escola Estadual do Centro de Reabilitação da Audição e da Fala Alcindo Fanaya Júnior - Ensino de 1º Grau. Em 25 de novembro de 1998, a escola recebe a atual denominação: Escola Estadual para Surdos Alcindo Fanaya Júnior - Ensino Fundamental.

Atualmente a instituição investe numa proposta educacional voltada para o desenvolvimento das potencialidades do educando, respeitando a pluralidade cultural. Oferece atendimento a pessoas com o grau de surdez igual ou superior a 70 dB a partir de 1 ano de idade e sem limite máximo. Fundamenta sua proposta no respeito à cultura e comunidade dos surdos oportunizando a apropriação do bilingüismo, facilitando com o acesso à LIBRAS, à Língua Portuguesa - escrita e quando possível oral. As disciplinas do Currículo Escolar são todas ministradas em LIBRAS. O currículo

compreende: Educação Infantil com serviço de creche e pré-escolar; Ensino Fundamental. A Equipe Pedagógica conta com professores habilitados na área da surdez, instrutores de LIBRAS. A Equipe Técnico-Pedagógica é composta por: assistente social, fonoaudiólogo, otorrinolaringologista, psicólogo, pedagogo.

Em 1966 segundo o documento da SEED – Secretaria de Estado da Educação, contemplando o *Atendimento aos excepcionais*, de agosto de 1976, houve a oferta do primeiro “Curso de Especialização para Professores do Ensino Especial”, em convênio entre o DEE – Departamento de Educação Especial e o Governo do Estado, habilitando profissionais para atuar nas áreas de: deficiência visual, deficiência mental, deficiência física não-sensorial, deficiência da audição e da fala. Na continuidade da formação de recursos humanos, para implementar os serviços, foram também, oferecidos cursos de aperfeiçoamento e atualização de professores e equipes multidisciplinares, nas diferentes áreas, visando oferecer oportunidades iguais às crianças, adolescentes e adultos, no sentido de democratizar as oportunidades educacionais.

No decorrer do processo, foram sendo criadas muitas outras associações, como as APAEs e Clubes de Serviços. Outras instituições também foram se integrando para colaborar com a expansão da educação especial. Entre elas constam: Instituições Religiosas, Prefeituras, Universidades, Inspeorias Regionais de Ensino (hoje Núcleos Regionais de Educação).

O Instituto de Educação do Paraná, fundado em 12 de abril de 1876 pela Lei nº 456 com o nome de Escola Normal, foi por décadas, a Escola de Formação de Professores Primários. Em 03 de janeiro de 1946, o Decreto Estadual nº 3530 transformou a Escola Normal em Instituto de Educação do Paraná, constituindo-se em base sólida na história da formação, qualificação e aperfeiçoamento de professores.

Com o advento da Lei 5692/71, os cursos de especialização e aperfeiçoamento deixaram de serem ofertados e houve a instalação dos Cursos de Estudos Adicionais, habilitando professores para a educação especial, nas áreas de

“Deficiência Mental” e Deficiência Auditiva”. No ano de 1984 foram criadas duas classes especiais para alunos “portadores de Deficiência Auditiva”. Em 1994 pelo Parecer nº 161 de 06 de abril de 1994, foi implantado o curso regular para “alunos portadores de deficiência auditiva”, com atendimento especializado.

Em 1978, o DEE, transferiu para a referida instituição, os cursos de especialização para a capacitação de professores para a Educação Especial, sob a modalidade de Estudos Adicionais, que funcionaram até 2002. É válido ressaltar que atualmente, o Instituto de Educação do Paraná Professor Erasmo Pilotto, oferece entre os cursos regulares de Língua Estrangeira Moderna, atualmente o Instituto oferece o curso de LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais.

Em 1967, a Secretaria de Estado da Educação firmando Convênio de Amparo Técnico com as Entidades Mantenedoras, multiplica esforços para o crescimento do Sistema de Educação Especial no Paraná.

A partir de 1968, foi muito importante a participação do INPS – Instituto de Previdência do Estado, no atendimento às pessoas especiais, auxiliando as entidades tanto com recursos financeiros como com prestação de serviços.

Em 1971, consta já a criação de 25 Escolas Especiais, localizadas na capital e em 20 municípios do interior do Estado; tendo também já implantadas 21 Classes Especiais em Escolas do Ensino Regular.

Em 19/11/71, o Decreto 1083 reestrutura a SEED do Paraná e, o Serviço de Educação de Excepcionais passa à denominação de Departamento de Educação Especial - DEE.

Em cumprimento à Lei 5692 de 11 de agosto de 1971, foi publicado o Decreto nº 205, de 04 de abril de 1975, que aprova o regulamento e a estrutura do Departamento de Educação Especial, órgão de execução programática da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura, responsável pela coordenação geral da Educação Especial no Estado.

O DEE, com frequência, era procurado por prefeitos, pais ou educadores de

todo o Estado e até de fora do Paraná, em busca de informações sobre o atendimento e escolaridade ao “excepcional”, tratamento utilizado na época, para designar as pessoas com necessidades educacionais especiais. Por décadas recebeu o Estado muitos estagiários de diferentes estados, para adquirir experiências na área, junto à equipe do DEE. A orientação que recebiam era a de que, de imediato ao regresso às comunidades de origem, mobilizassem esforços para a criação de uma entidade mantenedora e, providenciassem um local para a instalação de uma escola, cujo funcionamento seria regido pela Deliberação 024/75 do Conselho Estadual de Educação. Na seqüência, seria feita a indicação dos professores encaminhados à Curitiba para os Cursos de Especialização, estabelecendo como prioridade o vínculo de professor estadual, com no mínimo dois anos de experiência como regente de classe. Devido ao exíguo número de vagas, os candidatos eram submetidos a uma seleção.

Com esta filosofia norteadora, o Departamento de Educação Especial órgão da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, conduzia a educação especial do surdo no Estado. Funcionando sob forma de Internatos oficiais ou particulares, semi-internato ou externato. Assim, em geral, as Escolas Especializadas eram mantidas por entidades de caráter assistencial e/ou filantrópico, ou subvencionadas pelo governo. Oferecendo atendimento escolar ou programas especializados no atendimento conjunto de crianças surdas e portadoras de outras deficiências.

O plano de trabalho estabelecia um projeto de ação integrada entre o Departamento de Educação Especial e, as instituições especializadas das diferentes áreas.

Assim sendo, o Governo do Estado do Paraná mantém uma rede de atendimento em caráter de integração de esforços entre a rede oficial e a iniciativa privada, regulamentada por convênios, normas, resoluções, decretos e outros instrumentos de ação (...). Tal ação impede, inclusive, que serviços paralelos sejam criados ou mantidos onerosamente sem atender o fim a que se propõem. (SEEC-DEE-PR- O atendimento aos excepcionais no Paraná/AGO-76).

Já naquela época, a Educação Especial no Estado do Paraná definia como prioridade o acesso, permanência e ascensão do estudante em escola de qualidade, com atendimento especializado, quando as características assim exigiam e/ou, com inserção ao sistema regular de ensino quando as condições do educando permitissem. Nessa perspectiva, as diretrizes da educação do surdo esteve sempre voltada para a formação para a cidadania, como determina a Política Nacional da Educação Especial.

Entre outros educadores, dedicados à educação de surdos no Paraná, merece citação a obra da professora Ruth Schrank que tinha 2 irmãos surdos e foi fundadora da Escola 29 de Março para Surdos, localizada em Curitiba, pioneira na área. Por alguns anos, esta foi a única escola para surdos que havia no Paraná. Segundo depoimento de Dona Nydia, “não era bem uma escola, era um tipo de asilo” em condições precárias que abrigava crianças vindas das cidades do interior, encaminhadas pela assistência social e que conviviam com a falta de higiene e o rigor disciplinar. Funcionou numa casa cedida pelo governo do Estado, situada à Rua Visconde de Guarapuava. Também requer citação Dalila de Castro Lacerda, empenhada fundadora da Escola Mercedes Stresser que teve como primeira diretora a professora Pórcia Guimarães Alves, a quem se deve a implantação da primeira Classe Especial, no Centro Educacional Guaíra em Curitiba, como já foi mencionado.

Merece destaque a professora Nydia Moreira Garcez conceituada educadora surda, fundadora da escola “EPHETA”, criada em 15 de fevereiro de 1950, com o nome de Escola de Surdas Mudas. Internato (mantido até 1976, com 40 alunas internas) destinada à educação de meninas surdas, priorizando e adotando a linguagem oral.

A professora Nydia Moreira Garcez, nasceu em Curitiba em 21 de janeiro de 1913. Perdeu a audição aos 6 anos em virtude de um problema que afetou sua vista, cujo tratamento causou paralisia do nervo acústico. Descendente de tradicional família curitibana, cujo pai engenheiro, foi professor da Universidade Federal do Paraná e Prefeito de Curitiba. Foi desde os 7 anos educada no Rio de Janeiro, pelo professor

francês radicado no Brasil, Saul Borges Carneiro, filólogo, professor do Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES. Sob a orientação do professor Saul, seus estudos prosseguiram por um período de 10 anos sob o rigor da oralidade. Com ele, também aprendeu a Língua francesa que fala fluentemente, também aprendeu a falar espanhol. Por muitos anos vem realizando trabalhos de tradução.

Personalidade de grande carisma, Dona Nydia começou um trabalho com cinco alunos surdos, no porão de uma propriedade onde, hoje se encontra a Cúria Metropolitana. O atendimento era individual e, juntamente com a educação religiosa procurava ajudar o surdo a falar e a conviver socialmente. Afirma, que a aquisição da língua oral é muito importante pois é uma forma do surdo acessar ao movimento sociocultural do universo; evita o seu isolamento e solidão, fator essencial de desequilíbrio, na atual sociedade, gerando a desagregação.

Assim, com um ensino metodológico forte, a Escola EPHETA, sobrepunha a linguagem oral como fator de grande esperança para o surdo. Por décadas obteve muito sucesso com a oralidade, servindo de referência e modelo na educação de surdos, no Estado e fora dele. Entre os alunos egressos da Escola EPHETA, situam-se seminaristas, religiosas, psicóloga, professores entre outros. Professora Nydia aos 35 anos ingressou para a vida religiosa tornando-se membro da congregação religiosa “Sociedade das Filhas do Coração de Maria”. Atualmente, participa ativamente das realizações da instituição, e tem o cargo de catequista dos alunos da Escola EPHETA. Atribui o caráter enérgico e determinado de sua personalidade ao modo como seu pai a educou, exigindo o máximo esforço para superar as dificuldades. Manteve-se por 25 anos, na direção da Escola (até 08 de março de 1975) ostentando sempre grande rigor em relação ao seu trabalho.

Em 1984, a professora Nydia publicou um livro: “E os Surdos Ouvirão”, com orientações catequéticas aos professores de surdos. Seu espírito arraigado e sua determinação extrapolam a barreira do silêncio, com a filosofia “EPHETA” que quer dizer abre-te, apostando na capacidade humana, acreditando na linguagem oral como

instrumento forte para o surdo enfrentar os dilemas diante do futuro. Segundo a educadora, adquirir a linguagem oral é como um bálsamo para o surdo que dela necessita para interagir com seus familiares, amigos e a sociedade, acrescentando novo significado às suas relações e significando as relações dos outros. Acredita ainda, que a linguagem oral é capaz de abrir possibilidades aos surdos. “A minha preocupação é que os surdos aprendam uma boa leitura labial, tenham boa comunicação que, contribua para o desenvolvimento da capacidade para aprender uma profissão para o trabalho”. Desentendimentos lingüísticos podem transformar-se em barreiras intransponíveis.

Aos 89 anos, D. Nydia é atuante tradutora, não encontra na surdez, barreira para novas aprendizagens. Está sempre apta a recomeçar. Recém-afeita ao mundo da internet, mantém vivo o seu grande talento de educadora, navegando...

Sua credibilidade no poder da linguagem oral é constantemente reafirmada em seu discurso. Porém, expressa e significa algumas vantagens da surdez com peculiar propriedade.

“Nós temos um tesouro - O SILÊNCIO”. O silêncio é fascinante e inquietante ao mesmo tempo. Estas são palavras de Dona Nydia, que acrescenta ainda em seu depoimento: “Nós não ouvimos... Somos felizes também por isso.”

Assim, no silêncio da surdez, a pessoa pode descobrir uma diversificação de linguagens que gradativamente lhe vão desvelando a face oculta da vida e/ou vão acrescentando novos conteúdos ao imaginário individual.

Atualmente a Escola EPHETA tem como mantenedora, a Associação de Educação Familiar e Social do Paraná. Entidade de fins filantrópicos das Filhas do Coração de Maria. Atende 195 alunos matriculados, na faixa etária entre 0 e 18 anos. A equipe multiprofissional conta com 42 professores especializados, 2 psicólogas, 2 assistentes sociais, 1 médico otorrino laringologista, 1 técnico eletrônico para o método Suwag, 1 professor de educação física, 2 secretárias, 1 diretora.

No ano 2000, a Escola EPEHTA comemorou seus 50 anos em grande estilo com a realização de eventos científicos e culturais, contando sempre com a presença de

sua fundadora. São de sua autoria os versos:

“Sou uma criança,
Criança como as outras,
Mas não posso ouvir como elas,
Não posso falar com elas,
Mas... por favor
Não tenham pena de mim
Vejam que me podem ajudar
A ser como as outras crianças

Com carinho,
Com amor, com dedicação,

Vejam que podem me transformar
Numa criança como as outras
(Nydia Moreira Garcez in Romagna/85)

A experiência da Escola EPHETA é a experiência de quem já completou meio século de existência, desenvolvendo o surdo integralmente, colocando-o no mercado de trabalho. Símbolo da luta contra a exclusividade da LS, é detentora de uma filosofia que investe na busca de melhores condições de vida aos surdos.

Seguindo as novas tendências, a direção da escola afirma que a escola deve primar por difundir sólidos princípios com uma qualidade educacional capaz de gerir uma aprimorada formação cultural aos surdos, como aos demais cidadãos. Acredita que o uso da multiplicidade de linguagens favorece a ampliação da comunicação com o

outro e, com o universo.

Não se pode ignorar, a maneira autoritária ou impositiva com que a educação de surdos foi conduzida pela Secretaria de Educação do Estado, com a adoção exclusiva da tendência oralista. Ação que, com certeza, influenciou acentuadamente na formação da personalidade dos indivíduos surdos, causando sérias conseqüências em seu caráter e interferindo nas relações psicossociais. Tendo então colaborado com a sua incompletude enquanto ser humano, pelo prejuízo causado com o conhecimento mediado de forma fragmentada e abstrata.

Sendo proibido de utilizar a LS, o surdo foi prejudicado em seu desenvolvimento, tendo reduzidas não apenas suas chances de expandir os próprios talentos, mas principalmente minimizado o estabelecimento de suas relações com o mundo. A imposição da oralidade transformou o surdo num sujeito excluído sobretudo lingüísticamente, cuja identidade se pautou por muito tempo numa suposta e genérica incompetência baseada no preconceito que, evidentemente, só tende a acentuar os obstáculos do processo de aprendizagem, causando constrangimentos de toda natureza.

PIAGET (1973) citado por LA TAILLE (1992), revela sua preocupação com o processo de interação. Segundo ele, um relacionamento baseado na coercitividade tolhe o processo ativo de comunicação, cerceando a busca e produção de idéias, tornando empobrecido o nível de socialização. Ao contrário, a cooperação representa o relacionamento interindividual do mais alto nível de socialização.

Portanto, impedido de apropriar-se da realidade e impelido ao isolamento, o surdo foi condicionando a vivenciar sua individualidade sob um processo cada vez mais acentuado de alienação do desenvolvimento de suas competências intelectuais.

Ainda hoje, observam-se, no interior da escola, marcas de uma prática pedagógica historicamente construída, priorizadora dos trabalhos manuais, restringindo as atividades intelectivas para um segundo plano, acentuando ainda mais a dicotomia entre o fazer e o pensar e vice-versa. Fato marcante que muito contribuiu para dificultar

o avanço sociocultural das pessoas surdas.

Os internatos, considerados um mal necessário, foram extintos com a finalidade de favorecer o pleno desenvolvimento dos surdos, com a pretensão de tirá-los do isolamento e da segregação social, que de forma alienante cada vez mais os distanciava do convívio social.

Acontece porém, que a inclusão não se concretiza apenas por decreto ou qualquer outro instrumento legal. É na práxis de uma cidadania competente que se realiza a inserção social, a elevação da identidade que plenifica o homem. Constitui-se num movimento do qual a sociedade não pode permanecer alheia, uma vez que ela faz parte integrante do enorme contingente a ser beneficiado.

A história da educação universal dos surdos neste período de mais de 400 anos de existência e, no Brasil desde a fundação do Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, em 26 de setembro de 1856, no Rio de Janeiro, tem se constituído em árdua e persistente luta, de acirradas conquistas e trajetória complicada. Somente nas últimas décadas é que o tratamento educacional dado ao surdo tomou forma mais humanizadora. O surdo começou a desenvolver a consciência cidadã, que se forjou na luta pelo reconhecimento da LS como traço cultural, concebendo a surdez como diferença e não como deficiência. Assim, a LS ressignifica a comunicação das pessoas surdas no exercício da vivência cotidiana, no contexto de um grupo que muito bem identifica lingüísticamente, através da sinalização, as idéias, a cultura e a identidade de sua comunidade.

Oficialmente, a implantação do programa de atendimento educacional para a educação de “pessoas deficientes” no Estado do Paraná emerge, do esforço conjugado entre o Poder Público e a iniciativa privada. Marcada pelo idealismo de lideranças comunitárias que impulsionadas pelo senso de solidariedade empenharam-se na luta em prol da causa das pessoas com necessidades especiais de educação.

2.1. A educação dos surdos em Irati

Conhecer a trajetória da educação dos surdos em Irati ou em outra localidade, é reconhecer seus valores, sua luta em defesa de uma cultura, de uma identidade, de uma comunidade que centra seus esforços na recusa da cultura da diferença. Diferença que não decorre da natureza, mas flui do convívio humano. Os homens as constroem sob um processo de interação.

A interação se fundamenta numa ambientação diversificada pela heterogeneidade da faixa etária, condições sócio-econômica, nível de cognição, individualidade, hábitos, tendências, talentos e valores, entre outros. A interferência de cada história na realidade social atua junto às complexas relações que são assimiladas e incorporadas no contexto da cotidianidade. E, à medida que o aspecto material se transforma, o modo de pensar também se transforma, pois a identidade de um grupo se constrói através da história, das manifestações pelas causas comuns. É nesta construtividade que se dá a elevação da auto-estima como um ganho da consciência de seu próprio valor.

Nas raízes embrionárias da educação do surdo em Irati, que originou-se de diferentes arcos-culturais, são notificados aspectos que em muito se assemelham à evolução histórica do surdo no cenário universal. Gestou-se embrenhada numa massa crítica de acontecimentos, contradições e adversidades. Pressionada pela luta incansável dos pais, que prossegue até os dias atuais, alcançando novas e justas conquistas. É a identidade do espaço localizado para que o mesmo se globalize e, uma vez globalizado possa diferenciar-se tendo conhecido o seu enraizamento.

Em sua historicidade o surdo apresenta como característica favorável, a transposição dos desafios como fator gerador de mudanças e transformações. É acreditando na possibilidade de mudança do próprio ser, do outro e da realidade que o cerca, acreditando que o poder está também conosco, no dia-a-dia de nossas ações, que o fluxo da existência evolui. As pessoas que se conservam ativas diante da diversidade

de obstáculos, tornam-se mais produtivas do que as que se retraem tornando-se facilmente vítimas de uma sociedade desumana e excludente. As pessoas atuantes saem da crise mais fortalecidas do que aquelas que se mantêm alienadas.

Compreendendo que o ser humano muda através do movimento interacional da sociedade, podendo também ter o poder de transformá-la, assim também os surdos dependem da possibilidade de acesso aos recursos disponíveis na comunidade, para poderem beneficiar-se como cidadãos. Esta relação entre passado e presente é que permite a eles a visão de suas possibilidades que devem tornar-se realidade no futuro.

Irati foi elevado à categoria de município em 2 de abril de 1907, pela Lei Estadual nº 716, sancionada pelo então governador Dr. João Candido Ferreira. Em 15 de julho, do mesmo ano, realizou-se a solenidade de instalação do município. Localiza-se ao Sul do Estado do Paraná, a 156 Km de Curitiba, capital do Estado. Irati possui área de 998,30 km², conta com 52.352 habitantes, tendo a agricultura como base de sua economia (IBGE, 1997). O Plano Decenal de Educação da Prefeitura Municipal de Irati (1994), registra o contingente de 8.333 alunos em idade escolar. Da pré-escola à 4ª série, encontram-se matriculados 5.453 alunos, registrando o percentual de 65,43% da demanda escolar.

De acordo com pesquisa da Federação das APAES do Paraná, o Estado tem cerca de 900 mil deficientes. Destes, 50% com deficiência mental, 20% com deficiência física, 15% com deficiência auditiva, 15% com deficiência visual e 5% com outros tipos de deficiência. Não existem estatísticas que indiquem o número exato de deficientes no município de Irati, mas considerando a população de 52.352 habitantes, conforme o censo de 2000 (IBGE) e, levando-se em conta o cálculo com base na estatística da Organização Mundial da Saúde (OMS) que 10% da população apresenta algum tipo de deficiência, com a seguinte distribuição: mental 5%, física 2%, auditiva 1,5%, múltipla 1%, visual 0,5%. A surdez atinge 1,5% da população. Índice que

estimaria em aproximadamente 785 o número de surdos no município.

Assim sendo, a incidência das deficiências com base no Censo Demográfico de 2000 teria o seguinte demonstrativo:

TIPO DE DEFICIÊNCIA	PORCENTAGEM ESTIMADA	POPULAÇÃO ESTIMADA		
		BRASIL	PARANÁ	IRATI
		169.799.170	9.563.458	52.352
MENTAL	5%	8.489.959	478.173	2.618
FÍSICA	2%	3.395.983	191.269	1.047
AUDITIVA	1,5%	2.546.988	143.452	785
MULTIPLA	1%	1.697.992	95.634	523
VISUAL	0,5%	848.995	47.818	262
TOTAL	10%	16.979.917	956.346	5.235

Inicialmente, a necessidade de atendimento a crianças com Síndrome de Down e outras diferenciações motivou a criação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) em Irati. Fundada em 15 de março de 1967, como mantenedora de uma escola especial para dar atendimento a todas as crianças com qualquer tipo de deficiência. Esse fato marcou oficialmente o início da educação especial na cidade de Irati.

Até então, os surdos existentes na cidade, deslocavam-se para a cidade de Mallet, pioneira na educação especial da região, localizada a 60 km de distância de Irati. Os surdos de ambos os sexos eram internos na “Escola para Menores Surdos”, subvencionada pelo Instituto de Assistência ao Menor, do Estado do Paraná, dando prioridade aos surdos menores órfãos ou abandonados, sendo as vagas restantes utilizadas para atender as famílias que procuravam uma instituição especializada para a educação de seus filhos surdos. Uma história que começou com o atendimento a um aluno surdo da cidade em sala improvisada, cedida pelo Grupo Escolar “Professor Dario Veloso”.

O trabalho era desenvolvido por uma professora especializada na educação de surdos, Iracema Koslowski José, que registrava então um avanço pioneiro na região,

desprovida de qualquer tipo de instituição para atendimento às pessoas com NEE.

Em 1964, quando foi instalada, a escola já contava com a primazia de duas professoras da cidade. Iracema Koslowski José que foi iniciadora do trabalho e Wanda Jeziorowski, ambas especializadas no Instituto Nacional de Educação de Surdos do Rio de Janeiro (INES). Era este, o principal atrativo para que as vagas disponíveis fossem acirradamente disputadas por alunos oriundos de vários Estados: Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Roraima, Mato Grosso, entre outros. A procura das famílias pelas vagas era tanta, que serviu de incentivo e em 1966, já somava quatro o número de professoras atuantes, habilitadas no Curso de Especialização para professores de surdos, no INES - Rio de Janeiro, pelo período de um ano, enquanto o total de professores no Estado era mínimo.

Coerente à tendência da época, a filosofia educacional concentrava-se na oralidade, explorando a leitura labial e a aquisição da mecânica da fala, para desenvolver na escola, o programa adotado no sistema regular de ensino, incluindo atividades esportivas, artísticas, trabalhos manuais. Paralelamente, uma diversidade de atividades extra classe era promovida para integrar Escola e comunidade: jogos, passeios, exposições, concursos, eventos religiosos e comemorações cívicas, realizadas na cidade e fora dela.

Além de ponto de referência estadual e até nacional, a cidade de Mallet foi pólo de irradiação da educação de surdos e marco da educação especial da região.

A Escola, promovendo importante trabalho para a integração do indivíduo surdo, insistia no ensino oralizante, oficializado como o mais eficaz. Sua superioridade era apregoada não apenas como meio apropriado para que o surdo pudesse relacionar-se com as pessoas ouvintes, mas principalmente por se constituir no instrumental necessário para ingressar nas escolas do ensino regular com a possibilidade de acessar a níveis mais elevados de escolaridade, promovendo o seu desenvolvimento como pessoa com capacidade de realização.

Foi o impacto da decepção de pais, em busca de escola para seus filhos

especiais, diante de respostas negativas, que instigou a idéia da criação de uma escola especial em Irati. Com este arraigado espírito de luta, por uma educação que favorecesse a qualidade de vida das pessoas com NEE, a comunidade iratiense mobilizou suas lideranças. Sob intensa batalha, o líder e fundador da APAE, Sr. José Duda Junior, conseguiu conquistar toda uma comunidade para a solidária causa, à qual entregou-se sem limites. Cidadão íntegro, funcionário do Banco do Brasil, pai de um menino com Síndrome de Down (Orlandinho), representava o ideal de muitos outros pais, mobilizando esforços propõe-se à concretização dos fatos.

Convocada a reunião e, recebendo o apoio do Clube Soroptimista, sendo então presidente a Sra. Ban Fenianos Wescher, dos líderes municipais: Dr. Ildefonso Zanetti, Prefeito; Prof. José Maria Orreda, Inspetor de Ensino; Irmã Maria do Carmo, Prof^a. Doracy Castagnoli e Srta. Luiza Marchiori, o Sr. José Duda Junior consegue através da criação da APAE, a realização de uma idéia que transformaria a vida das famílias iratienses.

Com a criação da APAE em 15 de março de 1967, uma nova era educacional tem início em Irati, com a instituição oferecendo atendimento especializado a todas as pessoas com necessidades educacionais, da cidade e região.

A APAE começou suas atividades em uma sala cedida pelo então Grupo Escolar Duque de Caxias e atualmente, Escola Municipal Pequeno Duque. Em 1968 transferiu o atendimento para um imóvel cedido pela firma “Thoms e Benato”, onde permaneceu até o ano de 1969. Com o esforço e a colaboração da comunidade, em 17/06/1972 durante o IV Encontro das APAEs do Paraná (16 e 17/06), a APAE teve suas instalações inauguradas, passando a funcionar em sua sede própria à Rua Dr. Correia, nº 471 sob o lema: PODER SER ÚTIL AO PRÓXIMO INDEFINIDAMENTE.

Contavam os surdos, com instalações, equipamentos e profissionais da área, recebendo uma educação sob os padrões mais atuais da época. Os professores e a equipe multiprofissional participavam de formação continuada com cursos de

atualização e aperfeiçoamento, com assessoramento direto do Serviço de Educação de Excepcionais.

Com a implantação de nova política de Educação Especial da SEED, cujo objetivo consistia em favorecer a ampliação da sociabilidade dos educandos surdos, houve uma reestruturação no sistema de atendimento, na área da surdez. Os alunos surdos são retirados das APAEs e colocados em classes especiais, criadas nas escolas públicas estaduais. A iniciativa visava favorecer o convívio das crianças surdas com as ouvintes falantes para beneficiar o desenvolvimento da fala, com modelo de linguagem aprimorado. Além disso, contemplava o desenvolvimento global de sua formação ao conviver com pessoas de um grupo fortalecido pela oralidade.

Assim, após a avaliação psicoeducacional realizada para verificação do nível dos educandos, foi autorizado pela SEED em 23/11/81, o funcionamento de duas classes especiais para deficientes auditivos na Escola Estadual Duque de Caxias, localizada no centro da cidade. Contava a classe com nove alunos, de ambos os sexos que foram desligados, da Escola Especial “Nossa Escola”, mantida pela APAE. Uma classe funcionava no período da manhã e outra à tarde, contando com duas professoras especializadas.

Em 1995, o funcionamento de um Centro de Atendimento Especializado de Deficiência Auditiva - CAEDA, foi instalado em substituição às classes especiais para deficientes auditivos. A mudança interferiu na temática educacional dos estudantes surdos. A idade estabelecida para freqüentar o CAEDA, era de 0 a 18 anos. Os surdos que já haviam completado 18 anos tiveram que deixar o Centro de Atendimento Especializado, ingressando no então Centro de Ensino Supletivo - CES, atualmente Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos – CEEBJA.

Com a saída dos adolescentes que lideravam o grupo de surdos na escola, muitos outros deixaram de freqüentar o CAEDA. Alguns passaram a estudar no CEEBJA e outros simplesmente desistiram de estudar. O número de matrículas de alunos surdos no CEEBJA, no ano de 2002 era de seis alunos.

No momento existe em Irati, um contingente de surdos egressos do sistema escolar sem ter concluído a 1ª etapa do Ensino Fundamental, que não têm interesse nem motivação para estudar. Essa posição desconfortável, precisa ser evitada para que também não aconteça com os estudantes da atualidade.

O CAEDA destina atendimento educacional especializado ao surdo em período alternativo ao horário escolar do aluno, caso o mesmo frequente o ensino regular. O acesso e permanência independe de faixa etária e o atendimento pode ser realizado individualmente ou em grupos de dez alunos, no máximo. O professor especializado é quem estrutura e acompanha o processo de aprendizagem, fornecendo também as orientações necessárias ao professor da Escola Regular, que tenha inserido em sua turma aluno do CAEDA. É considerado aluno do Centro, todos aqueles com surdez bilateral.

O Sistema Estadual de Registro Escolar – SERE apresenta a relação dos alunos matriculados no CAEDA, conforme tabela abaixo:

ANO	MATRÍCULAS
1990	25
1991	23
1992	23
1993	25
1994	25
1995	20
1996	18
1997	18
1998	23
1999	23
2000	21
2001	20
2002	18
2003	22

O CAEDA oferece o seguinte programa de atendimento:

- Educação Precoce (0 a 3 anos)
- Apoio ao Pré-Escolar (4 a 6 anos)
- Iniciação para o Trabalho (a partir dos 14 anos)
- Atividades complementares específicas da área da surdez: língua de sinais, desenvolvimento da linguagem, produção e percepção da fala e estimulação auditiva.

A educação de surdos no Paraná oferece diversificadas formas de atendimento, entre as quais o Programa de Escolarização Regular com Atendimento especializado ao Deficiente Auditivo – PERAE, cujo funcionamento ocorre em sala anexa as instituições do Ensino Fundamental. Em centros com capacidade de realização, são criadas escolas de Ensino Fundamental com proposta bilíngüe e adaptações curriculares.

QUADRO DEMONSTRATIVO DE ATENDIMENTOS NO PARANÁ

Nº	Área das Deficiências	Rede Pública			Associações Filantrópicas		
		Municípios	Programas	Alunos	Municípios	Programas	Alunos
1	Auditiva	232	501	2.012	14	18	1.379
2	Visual	172	201	1.965	10	17	2.073
3	Mental	215	1.402	9.113	201	250	23.531
4	Física	14	17	100	11	11	1.328
5	Condutas Típicas	7	12	61	4	4	264
TOTAL		--	2.133	13.251	--	300	28.575

SEED/DEE/1997

2.2. Experiências referentes à inclusão dos surdos

A inclusão escolar dos surdos tem se revelado uma grande batalha

fortemente afetada pelas políticas econômicas e sociais, pautadas na energização da riqueza humana e, na questão da diversidade biológica e cultural. Certamente a alteração do perfil biopsicossocial da população, vem provocando sérias transformações na morfologia social. Numa sociedade inclusivista, cresce o senso de cidadania, com os diferentes segmentos sociais deixando o papel de expectador, para tornar-se partícipe das lutas e conquistas das pessoas com necessidades especiais, que transformam-se em anseios comuns.

A educação inclusiva para os surdos constitui-se numa proposta educacional que prevê mudanças emergentes nos conceitos educacionais e sociais, cujos princípios exigem ações mais eficazes, direcionadas à pluralidade cultural, com as adequações necessárias às suas especificidades. Assim sendo, os conteúdos devem ser disponibilizados ao educando surdo, em LS, sendo também favorecida sua aprendizagem com a presença de um intérprete de LIBRAS na sala de aula e, o aessoramento de um instrutor de LIBRAS. Função esta, exercida preferencialmente por um professor surdo, para promover o desenvolvimento de sua evolução lingüística.

Observa-se, que a inclusão escolar dos surdos, tem se revelado uma questão altamente complexa do ponto de vista teórico e amplamente polêmico do ponto de vista prático, pela amplitude das condições que são exigidas para o atendimento ao aluno surdo, inserido no ensino fundamental. Porém, a inclusão escolar é hoje um fato que se impõe, uma condição irreversível à prática social e exige a mobilização de esforços para que com urgência se dê cumprimento às reivindicações específicas que a educação de surdos necessita.

A práxis democrática da inclusão escolar do surdo, concebida como exercício democrático da cidadania, constitui-se num compromisso ético com a igualdade de oportunidade, individualidade e participação. Requer uma mudança de referencial, dos paradigmas que fundamentam o sistema escolar. Os relacionamentos com as pessoas surdas normalmente são considerados difíceis pelos que ouvem e vice-versa, pois os surdos sofrem com a barreira do sistema lingüístico da oralidade. A

instituição escolar precisa preparar-se para conduzir de modo apropriado a educação das pessoas surdas, estando atenta para as suas necessidades específicas. É preciso deixar de ver o surdo de forma subserviente, sendo então necessário sensibilizar através das múltiplas inteligências, o profissional que receberá o educando para que, o acolha com a consciência de ser esta a atitude digna para um educador consciente da própria cidadania.

Em Irati (2001), os professores abordados na pesquisa, colocam-se favoráveis à inclusão escolar, desde que recebam orientação e treinamento adequados. O posicionamento de alguns professores surpreende, tanto pela eficácia como pela temeridade de interagir com a inclusão escolar dos surdos alegando dificuldade para compreendê-los lingüisticamente.

O impacto da comunicação diante do educando surdo, precisa pouco a pouco ir sendo superado e, a distância entre as pessoas surdas e ouvintes precisa ser percebida por suas condições objetivas de caráter diferencial e/ou cultural. A significativa tarefa da inclusividade, consiste em encontrar formas reais para ajudar os professores das escolas do ensino fundamental, a corresponder às solicitações da diversidade de alunos “incluídos” em sua classe, com as adaptações curriculares, serviços e recursos específicos apropriados.

É fundamental que a Escola, antecedendo a chegada do aluno surdo procure evitar o conflito da interatividade, tomando algumas providências necessárias. Como fator de instrumentalização formal, é preciso que a LS seja disseminada o mais rápido possível, entre os professores e o alunado que vai interagir com o educando surdo.

É indispensável para o surdo, interagir diretamente com todos os seus professores e relacionar-se com seus colegas de classe e de escola; para isso, o uso da LS representa a via mais produtiva à elaboração cognitiva. A presença do intérprete de LIBRAS na classe é fundamental apoio para a aquisição de conhecimentos, favorecendo ao surdo a apropriação do saber. Contar com um instrutor surdo na instituição escolar, também é necessário pois, favorece a comunicabilidade entre

surdos e ouvintes, tanto pela oportunidade na aprendizagem como pelo aprofundamento da LS.

Assim procedendo, a escola estará se reorganizando de forma distinta para oferecer uma modalidade de atendimento educacional específico conforme os paradigmas da inclusão escolar. Além do que, estará evitando que experiências frustrantes como rejeição, preconceito, discriminação, sejam causas de problemas emocionais e/ou psicológicos.

CAPÍTULO III

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1. Objetivos

A presente pesquisa propõe-se a:

- Investigar os desafios que se impõem ao acesso, permanência e terminalidade de educandos surdos à escola, identificando possíveis formas de superação;
- Avaliar a relação entre o nível de escolaridade e o sucesso observado no processo de emancipação individual e social da pessoa surda, em suas interações no contexto sociocultural.
- Interagir com a cultura surda, significando suas especificidades nas interrelações das pessoas surdas e ouvintes, ouvintes e surdas.

3.2. Tipo de pesquisa

Pesquisa qualitativa, configurada como estudo de caso, com 10 participantes surdos. Foi realizada no ambiente natural de vida dos sujeitos, procurando explorar ao máximo as situações que permitissem observar as manifestações das questões em estudo.

Conforme Lüdke e André (1986), a pesquisa qualitativa consiste no trabalho intensivo de busca direta dos fenômenos em suas manifestações, sem qualquer manipulação intencional do pesquisador.

Pelo seu teor, a pesquisa exigia contato direto e freqüente com os sujeitos

bem como, condições de observação na qual o comportamento e as relações ocorressem naturalmente. A maior preocupação foi a de captar o maior número possível de elementos presentes no processo investigativo e, o modo como são veiculados os significados que os surdos atribuem aos fatos relacionados às suas experiências e à própria existência.

O estudo de caso pelo valor que lhe é específico, constitui-se numa experiência que em muito contribui para detectar o potencial do grupo. Assim, trouxe à tona uma riqueza imensa de informações que permitem aprofundar o conhecimento da cultura surda, suas características e princípios.

Segundo LÜDKE e ANDRÉ (1986), “o estudo de caso é sempre bem delimitado, devendo ter seus contornos claramente definidos no desenrolar do estudo. O caso pode ser similar a outros, mas é ao mesmo tempo distinto, pois tem um interesse próprio, singular”.(p.17)

3.3. População e sua caracterização

O presente estudo realizado com pessoas surdas na cidade de Irati, compreende o período de 1998 a 2002, numa contínua interação entre a pesquisadora e os sujeitos. Contou com 10 participantes envolvidos diretamente. Destes 05 são do sexo masculino e 05 são do sexo feminino. São sujeitos surdos egressos do sistema regular do ensino, cujo processo de escolaridade foi desenvolvido com exclusividade à linguagem oral. A faixa etária varia entre 20 e 35 anos. Do grupo, apenas dois dos sujeitos são casados; sendo um surdo casado com uma ouvinte e, um surdo casado com uma surda.

As abordagens se realizaram através de observações e experiências diretas, de contato e convívio, com os participantes situados em diversificados contextos: família, escola, trabalho, igreja, lazer entre outros.

O critério da seleção dos sujeitos teve como requisito básico: pertencer à

população surda, ser egresso do sistema regular de ensino e, concordar em participar da pesquisa.

A comunicação entre os sujeitos e com a pesquisadora ocorreu através da linguagem oral, da escrita e da língua de sinais.

O nível sócio-econômico dos mesmos pode ser classificado como classe média a classe baixa, tendo realizado seus estudos em escolas públicas estaduais, do centro da cidade ou nos bairros onde residem.

Em sua maioria são famílias de baixa renda, apenas um dos sujeitos tem o pai empresário. Os demais são assalariados, com histórias de desemprego e trabalho ocasional. Quanto às mães 3, são diaristas, 1 servente, 1 operária e 1 lavradora, 3 não trabalham fora e 1 é falecida, mas não trabalhava fora. Todas porém, têm grande expectativa em relação ao futuro dos filhos. Desejam que “estudem e consigam um bom trabalho para garantir o futuro”.

Um dos sujeitos da pesquisa recebe o benefício da Previdência Social, por apresentar outros comprometimentos além da surdez.

A escolaridade dos pais oscila com 8 deles tendo abandonado a escola entre a 2ª e a 4ª séries do Ensino Fundamental, 1 completou a 5ª série e 1 possui o Ensino Médio. A realidade das mães é muito semelhante: 9 deixaram de estudar entre a 2ª e a 4ª série do Ensino Fundamental e 1 tem o Ensino Médio concluído. Os pais comportam-se com maior ansiedade que as mães em relação ao futuro dos filhos. Falam muito da dificuldade de encontrar um bom emprego, em razão de serem surdos.

As famílias, em sua totalidade, declaram serem católicas no início da pesquisa, porém no decorrer do período de investigação houve mudança declarada de religião, de duas famílias, com a justificativa de se sentirem melhor na outra igreja. A mudança de religião está relacionada às expectativas de “cura” do filho surdo. Outro fato presente, por ocasião da época da descoberta da surdez do filho, relaciona-se à procura de benzedeira ou curador e até centro espírita, pelos pais. Grande número deles declara ter recorrido a estes subterfúgios, com esperança de o filho recuperar a audição,

pois consideraram ter sido muito aceitar a idéia de que o filho jamais iria ouvir.

Dos dez sujeitos participantes da pesquisa, quatro estão trabalhando com “carteira assinada”, mas apenas dois gozam de plena autonomia econômica.

3.4. Caracterização dos sujeitos

Participaram da pesquisa dez sujeitos surdos, de ambos os sexos.

Todos os sujeitos são filhos de pais ouvintes. A maioria apresenta diagnóstico de surdez congênita. Os poucos casos de ensurdecimento ocorreram entre o primeiro e o segundo ano de vida, com a aquisição inicial da fala.

Torna-se importante destacar que existem diferenças entre os sujeitos com surdez congênita e os sujeitos com ensurdecimento.

A surdez congênita envolve comprometimento mais aprofundados:

- processos/distúrbios de aprendizagem
- interação social
- relações afetivas

O nível de escolaridade situa-se entre Ensino Fundamental incompleto e 3º Grau completo. O processo de escolarização ocorreu em Escola Pública, com o ingresso na Educação Especial antecedendo o acesso ao Ensino Fundamental. Apenas o sujeito com o 3º Grau completo, não usufruiu da Educação Especial. A maioria possui história de reprovação em seu histórico escolar.

Oriundos da educação oralizante, a maioria comunica-se através da fala, embora sem o pleno domínio. Todos utilizam a gestualidade, juntamente com a LS em crescente fluxo evolutivo na comunidade surda de Irati. A apropriação da LS vem se fortalecendo no grupo, com a participação em cursos de LIBRAS realizados na localidade ou em outras cidades.

A tabela a seguir apresenta o perfil socioeducacional dos sujeitos.

INFORMAÇÕES DOS SUJEITOS

Sujeitos	Idade	Sexo	Est. civil	Uso de prótese		Causa da surdez	Época que adquiriu a surdez	Adquiriu a fala antes	Tipo de Perda	Idade de ingresso na escola		Escolaridade		Ocupação
				Sim	Não					Especial	Regular	Compl.	Incompl.	
A	20	F	S	X		Meningite	1.5 anos	S	Moderada	4 anos	6 anos		1Grau	Diarista
B	27	F	S	X		Rubéola	Gestação	N	Surdez profunda	2 anos	7 anos		3Grau	Estudante
C	20	F	S	X		Rubéola	Gestação	N	Moderada	8 anos	9 anos		1Grau	Trabalho informal
D	22	F	S	X		Otite	Não Observada	N	Moderada	18 anos	21 anos	2Grau		Doméstica
E	24	F	S	X		Convulsões	3 anos	S	Moderada	9 anos	11 anos	2Grau		Auxiliar de doméstica
F	25	M	S	X		Antibiótico	2 anos	S	Moderada	10 anos	13 anos		2Grau	Operário
G	35	M	C		X	Hereditária	Congênita	N	Profunda	8 anos	11 anos		2Grau	Lixeiro
H	26	M	C	X		Meningite	2 anos	S	Moderada	11 anos	10 anos		2Grau	Operário
I	35	M	S	X		Meningite	0	N	Moderada	-	10 anos	3Grau e Especialista		Professor
J	26	M	S		X	Rubéola ou Meningite	3 anos	N	Moderada	8 anos	13 anos		1Grau	Beneficiário Do4 INSS

3.5. Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada de forma direta individual ou em grupo, com a transcrição do discurso dos sujeitos, pela própria pesquisadora e/ou através de respostas grafadas pelos próprios participantes. O registro da comunicação discursiva dos sujeitos foi efetuada utilizando-se da grafia cursiva.

Preliminarmente, a coleta dos dados de interesse do trabalho, foi delimitada numa configuração espaço-temporal, sob a determinação de sua importância para o estudo.

Em seu conteúdo de registro foram realizadas observações, coletados depoimentos, realizadas entrevistas semi-estruturadas, utilizados questionários e consulta a arquivos, para análise documental.

As visitas domiciliares permitiram o aprofundamento dos contatos e o enriquecimento das informações uma vez que, os pais participaram como consultores, complementando as informações.

A comunicação, entre a pesquisadora e os sujeitos, desenvolveu-se através da linguagem oral, da escrita e LS.

Inicialmente, estruturou-se uma ficha, contendo os dados de identificação dos sujeitos, com informações obtidas nos arquivos das instituições onde estudaram e, posteriormente a ficha foi complementada com dados obtidos através de entrevista com o próprio sujeito e/ou sua família. A seguir foi solicitado que preenchessem um formulário. Na primeira parte do formulário foram respondidas questões objetivas, referentes a aspectos pessoais e à escolaridade. Na segunda parte responderam a perguntas abertas, relacionadas ao aspecto pessoal, envolvendo informações de caráter sociocultural, afetivo e aos projetos de vida.

As entrevistas e demais abordagens junto aos sujeitos, foram realizadas individualmente e transcritas pela própria pesquisadora, sendo sempre apresentadas sob múltiplas formas aos sujeitos, para uma reafirmação dos discursos. A informação geral

referente ao conteúdo do material coletado, foi visualizada conjuntamente com o grupo, que se manteve ciente do teor básico da pesquisa, em todas as suas etapas.

3.6. Procedimentos utilizados para a coleta de dados

VISITAS: familiares, escolares e institucionais.

DEPOIMENTOS: de educadores, fundadores de instituições, diretores e professores.

ENCONTROS: semanais com os surdos sujeitos da pesquisa.

EVENTOS ESPECÍFICOS DA COMUNIDADE SURDA: reuniões, festas, excursão, passeios e viagens – atividades da pastoral dos surdos.

CURSO DE LIBRAS: instituições especializadas – Pastoral dos Surdos, Catedral Basílica de Curitiba, Igreja Batista de Curitiba, Secretaria Estadual de Educação, Secretaria Municipal de Educação.

PESQUISA: em arquivos escolares, pastas individuais, fontes históricas, bibliotecas escolares públicas.

ENTREVISTAS: informais, semi-estruturadas e estruturadas.

APLICAÇÃO DE INSTRUMENTOS: preenchimento de fichas com informações pessoais e resposta a questionário semi-estruturado.

CONVIVÊNCIA: com os sujeitos da pesquisa, com a comunidade surda e os familiares dos sujeitos da pesquisa.

3.7. Procedimentos para análise e interpretação dos dados

O processamento sistemático do registro, análise e interpretação dos dados coletados estará fundamentado na Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1977), “como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza

procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”.(p.38)

Para a citada autora, “fazer uma análise temática consiste em observar os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação, e cuja presença ou frequência de aparição poderão significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido”. (p.105)

Assim sendo, a construção de um conjunto de categorias descritas, fundamentada num embasamento teórico, torna-se necessária. É a partir daí que se concretiza a classificação inicial dos dados coletados.

Subseqüente à pré-análise, foi realizada a organização sistemática dos dados e o mapeamento do material. Uma vez agregados os dados, tornou-se possível estabelecer com maior profundidade, os vínculos estabelecidos em suas relações e, detectar o adensamento das concepções contidas no discurso dos sujeitos.

Segundo LÜDKE e ANDRÉ (1986), “... É preciso que a análise não se restrinja ao que está explícito no material, mas procure ir mais a fundo, desvelando mensagens implícitas, dimensões contraditórias e temas sistematicamente “silenciados”.”(p.48)

Desta forma, compete ao pesquisador ultrapassar a obviedade dos registros descritos, numa perspectiva de ir além; de extrair o substrato das proposições descritas, de modo que suplantem as informações, com a revelação de novos sentidos presentes subliminarmente. As sucessivas leituras e releituras analíticas do discurso, para estudo do material e apreensão de seu conteúdo, orientaram a classificação dos dados que foram agrupados numa composição congruente, formando um conjunto de temas a serem reexaminados numa etapa subseqüente.

Como parâmetro para a Análise dos Dados, procedeu-se à escolha das unidades de análise que podem caracterizar-se como: Unidades de Registro e Unidades de Contexto.

UNIDADES DE REGISTRO

Considerada por BARDIN (1977), como sendo “ a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando à categorização ou a contagem freqüencial”.(p.104)

No presente trabalho, como unidade de registro será considerado o conteúdo definidor acima. O discurso de cada um dos sujeitos foi analisado e organizado conforme suas transcrições e filtradas das categorias relacionadas, para as unidades de registro.

UNIDADES DE CONTEXTO

As unidades de contexto neste trabalho foram pautadas no referencial de cada sujeito, considerando a singularidade de suas relações, as experiências individuais, que perpassam o conteúdo de suas entrevistas ou de seus depoimentos.

As categorias foram criadas considerando as representações significativas, que emergiram no discurso dos sujeitos e, que constituem os propósitos do presente trabalho.

Foram portanto, levantadas várias categorias, das quais foram selecionadas para objeto de análise, aquelas que contém os substratos considerados fundamentais para a pesquisa. Assim sendo, foram definidas as categorias que estão diretamente articuladas ao universo de representações sociais, relacionadas à educação das pessoas surdas. As categorias referenciadas são as seguintes:

1. **A identidade** (características pessoais, integração familiar e concepção de si).

A identidade significa a personalidade através dos traços adquiridos e/ou apreendidos através da interação e, que são incorporados ao ideário psíquico.

As experiências do mundo exterior quando processadas e abstraídas passam

a fazer parte da imagem da memória, servindo também como objeto-estímulo para a existência da memória criada. Através dos processos subjetivos conscientes, o indivíduo vai construindo o processo de identificação que se desenvolve guiado pelo mecanismo de introjeção.

A identidade carrega a marca das relações que o indivíduo estabelece e, a evolução das circunstâncias das próprias experiências. Os atributos pessoais, portanto, formam a identidade e, cada pessoa é única, tem sua identidade irrepetível. Assim, o processo de formação da identidade está em constante evolução, como um reflexo do meio ambiente, envolvendo a auto-imagem e a auto-estima.

Nas relações interpessoais existe uma efetiva motivação, provocada por emoções diferenciadas e que ressignificam o comportamento afetivo, social e profissional, estabelecendo as redes essenciais que, organizam a vida humana em suas aptidões: afetivas, sociais e profissionais.

O relacionamento afetivo favorável amplia as aspirações pessoais tornando seguras as relações de trabalho e auto-confiança na atuação social. Portanto, investir no cultivo de bons relacionamentos constitui-se em importante fator de maximização do potencial individual, do poder de lidar adequadamente com relacionamentos interpessoais e, da capacidade de elevar o nível das construções intrapessoal.

2. A comunicação (a linguagem, o processo educativo como instrumento de socialização e habilidade intelectual).

A comunicação é a experiência que permite ao indivíduo sua inserção na sociedade. É a fonte das relações que se efetivam. Como todos os indivíduos, os surdos só se desenvolvem plenamente na interação, no contato, na ligação estabelecida com seus semelhantes.

Com a utilização da LS, a amplitude de seus contatos se fortalecem. Podendo comunicar-se com maior propriedade, o surdo poderá revitalizar suas

relações, descobrindo uma forma saudável e competente de superação dos conflitos pessoais.

A comunicação exerce uma ação vital, intencional e humana, que eleva as ações, as produções e amplia as possibilidades.

A educação só se faz, só se processa pela comunicação e, o homem só se constrói, só se identifica através da comunicabilidade. O contato do ouvinte com a apropriação da LS, coloca em evidência a essencial necessidade de interagir com a língua, por um período de tempo, para que evolua o seu uso, destacando a consciência dos próprios limites.

3. **A escolaridade** (o processo de escolarização, socialização e a interação professor ouvinte e aluno surdo, no desenvolvimento psico-sociocultural).

A escolaridade é significativo processo de evolução e formação do ser humano. Constitui-se como espaço de realização da condição humana.

A verdadeira educação deve estimular o educando a desenvolver suas capacidades e habilidades pessoais, bem como a compreender aquilo que lhe desperta maior interesse. Assim sendo, a educação representa a força libertadora, garantia de integratividade, que poderá impedir a desintegração cultural.

É preciso que haja respeito pelo desempenho do outro, pelas suas reivindicações, pelo seu conteúdo cultural. Todo estudo objetiva o acréscimo de algo à vida pessoal e insere novo sentido à vida social.

Os conteúdos escolares são significativos, precisam ser apropriados pelos surdos. É através do reequacionamento educacional que a pessoa surda poderá afirmar a própria identidade, direcionando sua vida para inovadoras dinâmicas existenciais.

4. **O trabalho** (expectativas e experiências frente ao labor, ao estudo, às amizades e

ao lazer, como fatores de construção da auto-estima e da afetividade, na educação emocional).

O trabalho torna-se importante fator de realização pessoal e significativo fenômeno como expressão da identidade. Trabalhar implica em algo muito mais profundo do que produzir. É intervir na realidade e colaborar com a transformação do universo, numa forma compensatória da expressão do ser que, dilui toda sua existência no exercício contínuo de reconstrução da própria experiência.

A troca de informações no grupo de trabalho é benéfica. Além de ampliar a visão do mundo, auxilia o surdo a se relacionar melhor com a vida e a conquistar maior habilidade operacional.

A escola precisa assumir o compromisso da capacitação profissional dos surdos, para que no desempenho das funções que exercerem apresentem melhores resultados.

5. **A autonomia** (sociocultural e econômica dos sujeitos surdos, como forma de fixação do espaço social).

O compromisso do homem com ele mesmo, exige que o mesmo assuma o domínio de suas ações, fundamentando seus desempenhos na autonomia de suas realizações. Para isso torna-se importante adquirir o domínio necessário para a passagem efetiva da heteronomia para a autonomia, tendo a compreensão dos conteúdos de maior relevância para a sua vida.

A apreensão das relações estabelecidas na sociedade permitirá ao surdo, a compreensão crítica da realidade, tornando-se cidadão consciente da própria atuação.

6. **A amizade** (fenômeno que complementa a realização pessoal, reafirma a identidade do indivíduo na reelaboração do convívio coletivo e no enfrentamento da

imprevisibilidade).

A amizade representa para os surdos, o fundamento necessário para dirimir as situações adversas, encontradas nos contatos do cotidiano. Ela torna-se o instrumento básico no exercício da cidadania, na administração das regras de boa convivência, que precisam ser conhecidas e respeitadas.

A liberdade de escolha das amizades obedece uma dinâmica particular de cada pessoa, cujas estratégias estão baseadas na preferência individual e na aceitação mútua. O importante é que haja correspondência entre os aspectos mantenedores da amizade, a fim de que a mesma seja revigorada com os contatos e as práticas de contínua interação entre os envolvidos.

CAPÍTULO IV

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DEPOIMENTOS

De acordo com os aportes da seqüência metodológica fundamentada por BARDIN (1977), têm-se a análise e interpretação dos dados, relacionados à avaliação do processo de escolaridade das pessoas surdas em suas interações no contexto social.

A finalidade do presente estudo consiste em avaliar a influência da escola, como instituição formadora de opinião e formadora de cidadãos.

A análise aprofundada do conteúdo discursivo, referenciado nas Unidades de Registro e que se convalidam na definição das categorias, conduziu o encaminhamento da interpretação dos sujeitos, com o estabelecimento de suas representações que se formalizam através da escola, como fato social.

A apreensão conjunta dos dados que caracterizam cada sujeito, de modo singular favoreceu a visualização da performance do processo de escolarização do grupo em estudo.

O interesse consiste em fundamentar a influência do processo de escolaridade na construção da identidade do sujeito surdo bem como, na transformação de seus projetos de vida. Para isso, torna-se imprescindível que sejam resgatados os significados embutidos nos discursos dos sujeitos, visando a análise de suas concepções, que confluíram nas categorias a seguir.

4.1. A identidade

A análise objetiva do conteúdo da pesquisa, que se refere inicialmente ao contexto onde estão inseridos os sujeitos, permite aprofundar o conhecimento de sua realidade, capacitando a efetuar as apreensões e significar os discursos, com maior fundamentação e relevância. O delineamento do perfil sociocultural e econômico auxilia no aprofundamento das relações que se estabelece. Também contribuem para melhor compreensão das experiências e idiosincrasias manifestas pelos partícipes, estabelecendo a conciliação destes fatores com o imaginário e perspectivas de cada sujeito em sua singularidade e, do grupo como um todo.

O discurso dos sujeitos abarca de modo contundente as relações interpessoais como marco significativo e encorajador à realização pessoal. As amizades representam importante contribuição às pessoas surdas, como fator de fundamental valia para a efetivação e compreensão do trabalho escolar. O colega de classe que senta próximo ao aluno surdo e propõe-se a auxiliá-lo, ameniza as tensões existentes de início, diluindo suas perguntas ao satisfazer sua curiosidade, informando-o sobre o que acontece na classe.

O termômetro para avaliar a fidelidade das amizades dos ouvintes, para o surdo, é o interesse pela LS bem como a sua apropriação e uso. Se o amigo ou colega ouvinte adquire a LS, favorece a comunicação entre ambos e, o mesmo logo passa a realizar a intermediação entre o educando surdo, os professores e demais colegas.

Contar com um amigo ouvinte que se comunique em sua própria língua, ajuda muito o surdo a enfrentar a rotina com maior segurança e aceitar com coragem os desafios da realidade. Para quem não ouve, a LS é primordial, superior a todas as demais expressões. É importante, que haja um tratamento mais racional, adequado às necessidades sociolingüísticas do surdo, para que todos possam interagir de modo mais humanizador.

Para o surdo, o amigo é aquele que dedica esforço contínuo no que se refere

a ajuda que tanto necessita. Alguém que está sempre pronto a informá-lo dos acontecimentos e, apto a responder prontamente as incompreensões lingüísticas. Os dilemas tornam-se mais intensos quando o estudante surdo não conta com um colega que intermedia suas relações com o professor, com a classe e a comunidade escolar.

A construção da identidade

Torna-se possível nesta categoria, verificar o quanto o nível de consciência que o sujeito apresenta sobre a própria identidade, está relacionado à família. Conforme pode ser observado, na pesquisa, a família está muito presente nos depoimentos dos sujeitos. A família exerce importante papel no desenvolvimento sociocultural do surdo; entretanto, é preciso tomar cuidado para que as relações entre o sujeito surdo e sua família não definham.

É importante conhecer o mundo do surdo para poder respeitar sua integridade, compreender sua cultura e, a família pode acrescentar muito, traduzindo ao surdo todo o contexto possível da vida e, participando à escola, o conteúdo de suas experiências do cotidiano.

“Família importante, ajuda surdo”. (Sa)

“A família é importante, precisa ajudar a compreender o surdo.”(Sb)

“Gosta fica casa junto mãe”.(Sg)

Como se observa, o surdo dá grande valor à família, pela importância que ela representa na construção de sua identidade.

“A família sabe como ajudar o surdo”.(Se)

“Família junto casa bom, mãe, pai, irmão, irmã e sobrinhos”.(Sj)

“Gosta muito amiga, compreende”. (Sa)

“Importante amizade, por que surdo precisa mais experiência”. (Sb)

“Amizade bom, conversa, sabe, alegre, passear”. (Sd)

“Eu tenho amigos muitos, surdos, ouvintes, bom conversar”. (Se)

“Gosto conversar com amigos e sair passear”. (Sc)

O contato social aprimora a compreensão do outro; a comunicação se intensifica e as preocupações, as decepções, os segredos e os projetos são compartilhados.

“Amigo entende melhor, ajuda. Amigo sabe compreende sinais”. (Sf)

“Bom conversa, amigo compreende, ajuda problema”.(Sg)

“Amigo, casa vou, conversa muito”.(Sh)

O nível de confiabilidade engrandece a relação de amizade, permitindo que ela cresça plenamente, tendo fortalecidos os vínculos de afetividade.

“Saudade, amigo junto passear”.(Sc)

“Nervosa, conversa amigo, tudo bom. Amigo ajuda”. (Sb)

“Gosto conversar muito amigos, bom encontro, saudade”. (Sh)

Outra característica associada à identidade é a questão da surdez relacionada à necessidade de comunicação e à compreensão da fala.

“Surdo fala, ouvinte não compreende, ouvinte precisa aprender sinais”.(Sb)

“Eu sabe ouve bom, fala bom, certo”.(Sd)

“Escola aprende pouco, difícil compreender fala professor”.(Sf)

“É difícil para os surdos quando não sabem falar”.(Si)

“Professor ouvinte fala muito rápido, surdo não compreende”.(Sb)

Os resultados da pesquisa denotam uma visão coerente do grupo, em relação às concepções cognitivas e lingüísticas que são manifestas em seus discursos. Visto ser a LS um atributo consoante à cultura surda e sendo a linguagem oral, importante instrumento de interatividade, vivência sociocultural e cidadania participativa, muito se beneficia o surdo que se utiliza do bilingüismo.

Na opinião dos sujeitos, torna-se necessária a apropriação de ambas: linguagem oral e LS. A LS é a marca forte da identidade surda que veicula com autenticidade seu discurso, ancorada numa linguagem peculiar do grupo. As informações referentes aos fatos sobre si mesmo e à própria existência, são limitadas e, quase sempre envolve a família, ou seja, o surdo têm-se construído pelo discurso do

outro.

“Os surdos são nervosos, não compreendem a fala”.(profª 3ª série)

“É difícil lidar com os surdos eles não entendem a gente”. (profª 2º Grau)

“Eu fiquei apavorada quando soube que tinha uma aluna surda na sala”.

(profª 4ª série)

“Quando ela chegava eu ia saindo pois eu não entendia nada daqueles resmungos”. (colega de classe, 3º grau)

“Ela é acomodada, não se esforça”. (profª 3º Grau)

“Ela quer que a gente entenda quando fala, mas me dá nervoso e eu não entendo nada”. (colega de classe, 3º grau)

Observa-se também entre os professores ouvintes despreparados, que estreiam sua relação com os educandos surdos, a ênfase no discurso da complacência.

“Coitada! Se para quem ouve já é difícil imagine para ela”.(prof. 3º Grau)

“Tenho dó mas não compreendo a sua fala”.(prof. 5ª série)

“Bem que se esforça o coitado mas não consegue acompanhar a turma”.

(prof. 5ª série)

“Inteligência ela tem, mas é difícil não poder falar”. (prof. 5ª série)

Assim, o surdo passa a ser culpabilizado pelo próprio fracasso, por não realizar o que normalmente se espera dos alunos em geral, quando quem fracassa é a escola, por não estar preparada para atendê-lo.

Porém, o discurso dos professores que de alguma forma estão engajados no processo, embora sejam poucos, assume retórica diferente, estruturada de forma dialógica.

“Eles são muito espertos, inteligentes e interessados”. (prof. CEEBJA)

“São muito atentos e querem saber tudo”. (prof. 2º Grau)

“Quando não entendem ficam nervosos”. (prof. 2ª Grau)

“São muito responsáveis, enquanto não terminam a tarefa não sossegam”.

(prof. CEEBJA)

“Está sempre questionando sobre o que não entende”. (prof. 3º Grau)

“Seu esforço é um exemplo para os demais”. (prof. 8ª série)

*“Eu não entendo muito bem sinais, mas me comunico bem e ela entende”.
(prof. 3º grau)*

Estas são algumas das contradições que norteiam a vida das pessoas surdas. Certamente terão influência na estruturação de sua personalidade que vai se construindo sob os pressupostos do outro. Numa sociedade onde os cidadãos são agrupados entre aqueles que detém o conhecimento e aqueles que não detém, torna-se emergente que as oportunidades educacionais sejam realmente democratizadas.

4.2. A Comunicação

As diretrizes da educação dos surdos quanto ao aspecto da modalidade lingüística, após a aprovação da Lei 12.095, de 11/03/98 que reconhece oficialmente a LIBRAS, a nível estadual no Paraná, passou a ser o bilingüismo, com a utilização da LS e da oralidade. Irati vive esta fase de transição e, são poucos os surdos que dominam a LS. A maioria usa gestos habilmente e, a oralidade de modo precário. Portanto, em Irati, nem mesmo a comunidade surda domina totalmente a LS em razão da exagerada exacerbação oralista que incutia a utilização da linguagem oral como status, repudiando o uso da LS, como fator que contribuía para denegrir a imagem e a dignidade do surdo como pessoa.

Durante séculos, a linguagem oral reinou soberana, absoluta. Também foi esta razão, que levou as famílias até agora a se mostrarem resistentes à aprendizagem da LS. Tais vestígios são nitidamente observados nas respostas dos pais, quando indagados sobre a forma de comunicação utilizada pelos filhos. Da totalidade dos pais, seis responderam que era a “fala em primeiro lugar, acompanhada dos gestos”, um “gesto e fala”, dois “apenas gestos” e um que usa “exclusivamente a fala”.

Entretanto, se os gestos e os sinais são considerados inoperantes pelos ouvintes, jamais foram desativados pelos surdos, que deles se utilizam para efetivar a comunicação. Isto pode ser melhor compreendido se considerarmos a questão ideológica da linguagem.

Conforme STAM (1992), Bakhtin vê a linguagem não apenas como um sistema abstrato, mas também como uma criação coletiva, parte de um diálogo cumulativo entre o “eu” e o outro, entre muitos “eus” e muitos outros. Cada língua é um conjunto de linguagens, e cada sujeito falante abre-se para uma multiplicidade de linguagens.

A linguagem como condição humana favorece a reflexão.

São os elementos de natureza política, histórica e antropológica, bem como, suas relações com os mecanismos sociais que instigam a reflexão sobre a linguagem e seu papel relacionado à cultura e às complexas implicações com a ideologia.

Portanto, não se pode contestar a relação intrínseca entre linguagem, ideologia e sociedade. Bem como, a relação da linguagem na construção pessoal da identidade e na formação da afetividade. Assim sendo, para aprender preciso de um ser humano com o qual eu me identifico. O que se busca na escola inclusiva é a inclusão com o aluno surdo e não apenas a inclusão do aluno surdo.

A importância da linguagem como fator de comunicação

Com base em suas capacidades lingüísticas, as pessoas surdas são explicitamente discriminadas, visto ser o conteúdo e o tipo de linguagem, formador de opinião.

Nesta categoria os depoimentos transitam entre a importância da LS e da linguagem oral, visto necessitarem de ambas para se comunicarem. Todos, porém consideram difícil a aquisição da linguagem oral, para os surdos.

“É preciso aprender LIBRAS e a fala, por que o surdo aprende melhor, com os dois juntos”.(Sb)

“Eu sei falar e compreendo sinais. Surdo precisa aprender sinais”.(Sc)

“Pequena eu antes, sabia falar pouco, ficava nervosa, braba”.(Sd)

“Bom os dois aprender fala e sinais, aprende melhor... Sinais mais rápido”.(Se)

“Eu fala sabe pouco, sinais, melhor”.(Sg)

Porém, existe grande preocupação com relação à aprendizagem da LS. Parece que o não domínio da LS os deixa apreensivos.

“Sinais bom, fácil, precisa aprende sinais”.(Sa)

“Surdo precisa aprender sinais”.(Se)

“Sinais fácil, sabe rápido aprende; surdo compreende bem”.(Sf)

“Sinais fácil, aprende melhor tudo”.(Sg)

“Eu surdo bom aprendo sinais, gosto”.(Sh)

“O surdo precisa dos sinais, é bom para os surdos aprender a LIBRAS”.(Si)

Ainda, é possível perceber através dos depoimentos, que há uma trilogia lingüística que permeia o grupo, que se utiliza da oralidade, gestos e LS. Fundamentado na comunicação oral, o modelo verbalizador do ensino parece ser o grande responsável pelo precoce abandono escolar, dos educandos surdos. A prática da oralidade se constitui num complicado enigma e em seus discursos, os sujeitos revelam que para o surdo é muito difícil compreender a fala e que, a sua aquisição sempre foi processada de modo muito doloroso.

“Fala não compreende ouvinte. Bom sinais”.(Sa)

“Ouvinte fala, fala, fala. Surdo não sabe. Difícil! Muito difícil! Precisa sinais”. (Se)

“Pouco fala. Sabe pouco. Difícil fala”. (Sg)

“Fala, ouvinte não entende. Sinais não aprende. Gestos pouco ouvinte sabe”.(Sa)

“Professor fala, não sabe sinais, gestos pouco sabe... Gestos sinais diferente. Libras diferente”.(Sd)

“Ouvinte não sabe sinais.É difícil compreender sinais do ouvinte... ouvinte faz muita confusão. Não espera para saber se o surdo compreendeu”. “... ouvinte faz sinal errado, troca sinais, o surdo não sabe o que ele conversa”.(Se)

Apesar da ambigüidade provocada pelas circunstâncias do momento que interfere na concepção lingüística dos surdos, os sujeitos enfatizam e defendem a necessidade da LS como prioridade para a aprendizagem. Expressam seu poder transformador na operacionalização das mensagens e, sua força em significar a comunicação. Como em todo o universo surdo, também em Irati, a preferência pessoal da comunidade surda é prazerosamente pela LS, como se pode constatar.

“...sinais bom, falar difícil, não sabe como, precisa palavra certa.”(Sf)

“ LS fácil, bom, surdo compreende”.(Se)

“Muito difícil fala, sinais melhor”. (Sa)

“Sinais mais fácil, surdo compreende rápido”. (Sb)

“Sinais fácil, aprende melhor tudo”. (Sg)

“Eu melhor sinais, bom, rápido”.(Sh)

“Bom para surdos aprende Libras”. (Si)

“LS fácil, surdo aprende melhor”.(Sj)

4.3. A Escolaridade

A referência da escola para os surdos, é a sala de aula do ensino fundamental. A classe especial de surdos funciona como organismo vincular de suas relações. É de onde flui a performance do alunado surdo que centraliza suas interpretações de escola e de vida, a partir da postura persistente e determinada do professor. Como companheiro e orientador, desenvolve importante envolvimento afetivo-emocional e psicológico, fatores de fundamental valor para a construção do conhecimento.

A escola como fonte de conhecimento

O discurso torna-se sério quando se trata da escola do ensino regular. Ela é referenciada como uma necessidade porém, é citada como o lócus de muitos conflitos, contradições e dissabores onde, o professor posiciona-se como autoridade máxima, com direito a represálias e contestações.

Os sujeitos no decorrer de seus discursos avaliam o tempo que passaram nas salas-de-aula especial. Neste balanço indicam a aquisição de saberes, informações, hábitos e atitudes, valores. Apropriações que reconhecem como indispensáveis para a construção de suas relações na sociedade e para a compreensão da realidade. Porém, reconhecem que na escola do ensino regular ainda falta muito para poder oferecer um bom atendimento ao surdo.

As apropriações cognitivas encontram na linguagem, o principal obstáculo.

“A aula difícil aprender”.(Sa)

“É importante surdo estuda, compreende melhor a vida, vê exemplo”.(Sb)

“A escola ensina, pouco sabe surdo”.(Sg)

“Surdo não sabe, não conhece escreve certo difícil”.(Sc)

Como se pode constatar, o que os surdos denunciam em seus discursos é o esvaziamento de conteúdo sociocultural e afetivo, pela não presença intencional do professor em sua orientação e pela inoperância da escola regular no correto atendimento aos educandos que não ouvem.

“A escola difícil... estuda difícil escola sabe pouco”.(Sa)

“A escola é importante mas surdo nervoso não compreende. Não gosta professor fala, fala, fala”.(Sb)

“Professor explica pouco, não fala surdo. Surdo não aprende, não sabe, professor não entende, não ajuda surdo”.(Se)

“Professor bravo, não ajuda surdo. Não sabe fala surdo, surdo nervoso”.(Sd)

“Escola aprende pouco, difícil compreende pouco professor fala, fala

rápido. Estuda difícil, não aprende, não sabe fala”.(Sj)

Parece ser consenso entre os surdos, a necessidade da escola formar indivíduos que atuem criticamente na sociedade, que raciocinem com objetividade e criatividade. Compreendem que os indivíduos capazes de interpretar e entender as relações que se estabelecem na sociedade é que têm maiores possibilidade de realização pessoal.

“Professor sabe, estuda muito, dinheiro muito ganha”.(Sd)

“Estuda, pode sabe, trabalha bem”.(Sh)

“Importante estudar, fazer vestibular. Difícil para surdos e ouvintes mas precisa para ficar melhor”.(Sb)

Diante da análise crítica da realidade, os sujeitos apontam para situações que evidenciam as causas e as conseqüências das condições de vida das pessoas, de suas relações. Percebem que a escolaridade representa a condição necessária à competitividade e pode garantir a manutenção do trabalho.

“Papai gosta trabalha muito dinheiro tem”.(Sd)

“Estuda bastante, trabalha dinheiro muito ganha”.(Sg)

A escola como disseminadora de valores

Outra grande contribuição da escola que aparece no discurso dos surdos, relaciona-se ao trabalho desenvolvido na aquisição de hábitos, habilidades e atitudes benéficas à inter-relação e convivência social, habilitando-os a agir com independência, segurança e determinação. Identificam o professor como um sujeito de transformação, capaz de interferir na aquisição de valores humanos e éticos como o respeito, a cooperação, a solidariedade, o relacionamento harmonioso entre pais e filhos, colegas, amigos. Como se sabe, os valores referem-se à troca afetiva que o sujeito realiza com os objetos ou pessoas, resultante dos julgamentos de valor, nestas relações.

“Professor fala eu vai trabalha bom”.(Sf)

“Não pode briga amigo todos bom”. (Sc)

“Professora amiga conversa, ajuda amigo”.(Se)

Verifica-se também que os depoimentos centralizam suas observações, considerações no fato de a escola ter praticamente ignorado as especificidades do alunado surdo.

“Professor não sabe sinais... fala muito”.(Sa)

“Surdo sofre, professor ouvinte fala, fala, fala. Fala muito rápido, não explica, não tem paciência com surdo”.(Sb)

“Professor fala rápido e nervoso, bravo,...não olha, não dá compreende”.(Sc)

“Escola bagunça, amigo briga, bate barulho, surdo nervoso”.(Sd)

“Estuda difícil não gosta professor bravo, aprende pouco, não sabe fala.(Se)

“...Professor não compreende, não gosta explica surdo”.(Sf)

Como se pode constatar, este é um período de transição da modalidade lingüística, em que a comunidade surda se insere na aquisição da LIBRAS e, percebe o significado de seu valor para a elevação sociocultural do grupo, bem como compreende a importância do engajamento do grupo com outras comunidades surdas. A linguagem oral encontra resistência por parte dos surdos, por não ter significado ou oferecer sentido representativo ao grupo. Ela está desvinculada da cadeia de relações interindividuais e provoca fragmentação entre o pensar e o agir, dos surdos. Mas mesmo assim, defendem a necessidade de sua aquisição como fator favorável à evolução sociocultural.

Quanto aos informes referentes às interações entre o contexto escolar e o comportamento sociocultural, parecem identificar com dificuldade maior, o fato de a escola regular não se preocupar com as necessidades educacionais do aluno surdo, sem preocupar-se em conhecer melhor a cultura surda, para assim poder oferecer o atendimento diferenciado de que necessitam.

BEHARES (1993) refere-se à “pessoa surda como sendo aquela que por ter um déficit de audição apresenta uma diferença em relação ao padrão esperado e, portanto, deve construir uma identidade em termos dessa diferença para integrar-se na sociedade na qual nasceu”.(p.20)

Segundo análise dos depoimentos, parece que a escola tem desenvolvido seu papel centrada apenas na constatação da diferença, atuando de forma empírica, descompromissada. Parece estar aguardando que haja uma superação da inaudibilidade, quando deveria instrumentalizar-se, para estar pronta a oferecer o atendimento adequado aos educandos surdos.

Os resultados convergem para a confirmação das concepções teóricas no que diz respeito a atitudes que tendem a favorecer a discriminação de aspectos relevantes para a identidade surda, como a LS.

VYGOTSKY (1999) coloca como objetivo da educação de surdos, a poliglossia ou seja o uso de diferentes linguagens. O poder da linguagem é também uma questão política de valorização da identidade.

O desempenho escolar dos surdos é considerado assimétrico pelos professores que afirmam a possibilidade dos mesmos se saírem muitíssimo bem em determinadas atividades e, apresentarem grande insucesso em outras. Entretanto, predomina a opinião de que eles têm condições de interagir sócio-afetivamente, identificando-se com o contexto no qual estejam inseridos, com a determinação necessária para superar os obstáculos que surgem.

Pelos discursos dos sujeitos comprova-se o premente papel da educação escolar, que assume cada vez mais, maior importância diante da perspectiva de atender às crescentes exigências de uma sociedade em processo de transformação e reconstrução dos saberes. Esta busca incessante de renovação do conhecimento exige uma luta indiscriminada, na qual todas as pessoas possam ter acesso às condições necessárias à formação e ao exercício de sua plena cidadania.

Ao ser inserido no contexto da sala de aula, o surdo precisa ter espaço para

constituir-se no processo de interação, como autêntico sujeito da dinâmica do cotidiano escolar. Assim cada um dos atores da prática pedagógica deverá assumir com encorajamento os compromissos inerentes à adversidade da surdez instrumentalizando-se para os novos desafios que se apresentarem, no delineamento de seus papéis. Torna-se necessário que novos direcionamentos sejam dados à questão da educação das pessoas surdas.

Portanto, o conjunto de dilemas e controvérsias que historicamente foram se acumulando, precisam ser equacionados com a criação de novos modelos ou paradigmas curriculares. Estes deverão ser capazes de dirimir com maior intensidade as temáticas que implícita ou explicitamente fundamentam a cultura da surdez. Com o enriquecimento sócio-lingüístico e a interação afetiva e cultural, os surdos poderão atingir com plenitude a grandeza do desenvolvimento do pensar autônomo, que simboliza a democracia.

Acreditamos ser necessário desencadear uma ação pedagógica que possibilitasse redimensionar a visão tanto dos docentes quanto dos discentes, em relação ao valor de uma educação de qualidade e mais proveitosa, direcionada aos surdos.

As diferenças observadas quanto à capacidade cognitiva, são atribuídas a outros fatores que possam estar associados à surdez, como a privação cultural por exemplo. Coerentemente todos os surdos reconhecem também que são vítimas de um sistema educacional não correspondente às suas necessidades, que não está preparado para atendê-los naquilo que é básico afim de que se torne possível o fenômeno educativo, ou seja, a comunicação, o diálogo.

Em geral os surdos caracterizam-se como sujeitos críticos, ativos, independentes e determinados. Sabem valorizar sua liberdade e individualidade e defender as próprias convicções. As dificuldades quanto à realização pessoal advém da limitante qualidade de interações que o meio estabelece. Entretanto é grande o empenho de cada sujeito no processo de sua independência que, como se sabe não se

produz automaticamente, ao contrário, é construído.

4.4. O Trabalho

O emprego e o trabalho remunerado, como principal fator de sobrevivência, representam a maior preocupação dos sujeitos. As expectativas manifestas em seus discursos, traduzem os conflitos da busca do emprego como valorização pessoal e, da inserção no mercado de trabalho como a afirmação da capacidade pessoal. O trabalho situa a homem no universo e reestrutura seus espaços.

A partir da adolescência, assim como os demais jovens, o surdo já começa a preocupar-se em procurar um lugar para trabalhar. Alguns a exemplo de gerações anteriores, mesmo sem garantia de emprego, migram entre cidades ou deslocam-se por conta própria para a capital, na tentativa de uma colocação no mercado do trabalho.

A busca do emprego nem sempre é bem sucedida, pelas razões que são comuns num período de desemprego, com o acréscimo de que em geral os surdos não são precocemente preparados à empregabilidade. O máximo que conseguem é o ingresso no trabalho temporário informal, por algum tempo. Depois com o pouco dinheiro obtido, compram as passagens de volta ou ainda na pior das hipóteses, pedem ajuda à família para poder retornar.

“Difícil surdo trabalha pouco ganha”.(Sj)

“Cansada muito, trabalha bastante”. (Sc)

“Ajuda mãe, trabalha junto. Trabalhar sozinha difícil, surda”.(Sa)

“Quero trabalhar, fazer concurso professora. Posso ensinar, ajudar crianças surdas pequenas”. (Sb)

A participante manifesta em seu discurso, grande preocupação com a problemática da educação das pessoas surdas, cujo desenvolvimento segundo a mesma, está muito defasado.

“Gosto trabalhar, ganhar dinheiro e guardar na poupança”.(Sd)

Parece que este sujeito procura dar seqüência a uma prática comum na família, que é a da poupança. Realiza trabalhos gerais e afirma que gasta só o essencial.

“Vou estudar faculdade, aprender, trabalhar e viver sozinha”.(Se)

“Estudar faculdade, ter emprego bom, ganhar muito dinheiro e viver folgado”.(Sf)

“Eu gosto trabalha muito, estudar não...”(Sg)

“Eu gosto do meu trabalho, estou realizado e quero ir para frente. Confio na minha capacidade”. (Si)

“Gosto trabalho, agora acabou, eu doente”.(Sj)

Os discursos, do (Si) revelam o grande espírito de luta, consciência e determinação dos sujeitos que buscam conquistar melhores espaços. Acreditam na própria aptidão para vencer. Compreendem a interferência da competitividade que dificulta o acesso ao emprego de melhor qualidade. Como fator impeditivo, identificam o despreparo de que são vítimas no sistema educacional. Talvez este seja o fator responsável, por se conseguir ou não, ter acesso aos bens e serviços disponíveis na sociedade. O sentimento de menosvalia decorrente de preconceitos e da discriminação que experimentam, está presente na análise dos discursos, de modo recorrente.

“Concurso difícil, surdo não sabe, não passa”.(Sf)

“Difícil emprego bom para surdo. Eu quero doméstica”.(Se)

A forma como são tratados revela uma certa tendência da sociedade em relação ao preconceito. A discriminação, fenômeno que se tenta ocultar mas que mesmo quando existe de forma velada é percebido pelos surdos, favorece a baixa estima.

“Surdo não pode trabalhar. Eu doente, ganho benefício”.(Sf)

“Para vencer temos que lutar.”(Si)

O emprego proporciona a chance de interagir com novos grupos. A vivência no grupo desencadeia novas atitudes, pode ampliar a visão de mundo, com a

oportunidade de relações mais intensas e o encontro de novas amizades. Os surdos devem ser considerados cidadãos equilibrados e com posições sadias a respeito da vida e do trabalho.

Como os demais jovens, os surdos atribuem importante sentido ao grupo, significando a própria existência nas relações que aí se estabelecem. Buscam a formação de novos vínculos de afetividade, novas perspectivas e caminhos que correspondam a aspectos existenciais mais desejáveis. Na opinião dos empresários que já tiveram alguma experiência com o trabalhador que não ouve, os surdos são pessoas que trabalham muito motivadas, produzem bem e estabelecem uma relação de trabalho muito interessante. O trabalho se apresenta para o surdo como fator básico para a busca da independência e da autonomia. Parece haver consenso quanto à interpretação da questão do trabalho constituir-se na plenitude da inserção social. O emprego remunerado é referenciado pelos mesmos como uma necessidade de sobrevivência, uma espécie de status social a ser atingido. É a condição indispensável para adquirir o poder de consumo, obter conforto, satisfação pessoal e principalmente a autonomia e a independência. Portanto, o emprego é a maior necessidade e o anseio de todos os surdos.

De acordo com as experiências histórico-sociocultural de cada sujeito, resgatadas através de seus discursos, o surdo vive uma relação com o mundo e com os outros, de modo extremamente desafiador. Assim, pode-se constatar que o espaço das relações pessoais não se esgota nas interações estritamente verbais. É na multiplicidade de linguagens e saberes que o indivíduo se constrói e plenifica sua existência.

Segundo VERONON (1974), *“A história pessoal de cada homem pode ser aquilo que se denomina de experiência e que serve de base para a percepção”*. (p.92)

Assim, o indivíduo reage às circunstâncias motivacionais movido pela inteligência e liberdade.

4.5. A Autonomia

A aprendizagem é uma ação ativa, cooperativa que concorre para a liberação de idéias, criatividade e conquista da independência.

Como importante fator contributivo para o pleno exercício da cidadania, no desenvolvimento das competências humanizadoras, o surdo expressa a prática da liberdade, com o desejo de tornar-se independente, manifesto em seu discurso.

“Precisa ajudar o surdo se desenvolver para ter bom futuro”.(Sb)

“Quero estudar, aprender, trabalhar e viver por minha conta”. (Sc)

“... procurar aprender, saber viver sozinha”. (Sd)

“Ganhar dinheiro e ter uma casa para morar”.(Se)

“É preciso ajudar o surdo para que se desenvolva e saiba enfrentar a vida”. (Si)

A luta dos surdos pela própria independência está fortemente vinculada às possibilidades que as circunstâncias favorecem. E, como seus contatos em geral são limitados, o aspecto afetivo e emocional também acabam sendo afetados.

Observou-se que não ocorrem discursos relativos à espécie de amizades fortes ou o registro de preferências específicas entre surdos do sexo oposto. Também não se constatou interesse relacionado ao casamento, entre as pessoas da comunidade surda. A ausência de discursos relacionados a tais aspectos, talvez se justifique pela razão da maioria declarar que pretende se casar com ouvintes e não com surdos.

Dos surdos pertencentes à comunidade surda de Irati somente quatro são casados e três dos cônjuges são ouvintes. Apenas um rapaz surdo é casado com uma moça surda. Caso que representa exceção. A moça surda não é de Irati, veio de fora e casou-se com um surdo da cidade. É preciso considerar entretanto que esta pode ser uma característica própria do grupo investigado, em virtude da percepção que tem a respeito da discriminação em relação às pessoas surdas.

Fato interessante que também merece atenção diz respeito ao casamento que

aparece no discurso dos sujeitos pesquisados como uma condição não essencial, ou seja, o grupo não manifesta interesse pelo consórcio.

4.6. A Amizade

A educação não pode ser discutida à margem das relações e como se sabe a amizade tem o poder de facultar a assimilação e/ou o redimensionamento das regras de convívio social, estabelecidas. Para os surdos, bem como para as demais pessoas, a amizade assume um sentido de aceitação. É na amizade que o indivíduo descobre o sentido de “pertença”, que lhe permite fazer parte de um grupo, tendo a possibilidade de contar com alguém em quem pode confiar ou se apoiar.

“Importante conversar amigo, visita, passear junto”.(Sb)

“Amigo entende, eu gosto, amigo bom”. (Sc)

“Amigos muito tenho, ouvinte e surdo”. (Sd)

“Gosta amigo conversar, sair, passear”. (Se)

“Amigo contente fica visita, sinais bom”. (Sf)

O discurso dos sujeitos permite perceber que através das sólidas amizades poderão ser intensificadas as interações sociais, com a oportunidade de serem ampliadas as teias de suas relações. O movimento que se estabelece nesta dinâmica relacional, garante a revitalização do constructo inerente às características dos que nela estão envolvidos e que, certamente terão assim fortalecidos seus laços afetivos.

São muito particulares e específicas as razões que justificam as amizades e, em cada indivíduo são diversificados os motivos da efetividade dos vínculos amistosos que se constroem ao longo da existência. São também variadas a natureza e a profundidade dos relacionamentos entre os surdos e seus amigos, surdos ou não. Vão de transitórias ou relâmpagas, a complexas e imorredouras.

Em síntese, de acordo com as categorias analisadas a grande mudança

necessária, para transformar a realidade existencial da pessoa surda, é sair da época do paradigma da obriedade e entrar na teia do paradigma da ousadia, das relações e da concreticidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos na pesquisa nos remetem a uma discussão referente à exigüidade de comunicação ou à limitação dos momentos conversacionais que possibilitam a interação entre surdos e ouvintes e vice-versa. Assim sendo, a língua e/ou a linguagem acaba sendo considerada a causa limitante do desenvolvimento das pessoas surdas.

Thomas e Gilhome Herbst, (In: Ballantyne, 1995), verificaram que a principal conseqüência social da perda auditiva adquirida foi uma redução nos contatos pessoais devido a dificuldades na comunicação, “em pessoas com idade de trabalho, isso levou à solidão”. (p.230)

O fato se comprova através da análise das categorias de comunicação e linguagem, onde a atividade dialógica se estabelece com maior freqüência entre os sujeitos da pesquisa e seus companheiros surdos. Ainda, há o registro em seus discursos, da falta de paciência e compreensão dos ouvintes. Por não entender o interlocutor ouvinte, o surdo precisa de alguém que assuma o papel de mediador, ou seja, de intérprete da comunicação, em razão da dificuldade de compreensão entre ambos. Normalmente este papel é desempenhado por alguém da família (pai, mãe, irmãos), alguém da comunidade surda com melhor domínio lingüístico, ou pessoas amigas do seu ambiente com quem se relaciona com maior freqüência.

Quanto maior e mais diversificado for o universo das relações, maiores serão as chances do indivíduo ampliar sua rede de comunicação, podendo assim, aprofundar e intensificar seus contatos. Por esta razão propomos como sugestão que se possibilite aos surdos, o uso da INTERNET. A oportunidade de entrar no chat, salas virtuais, de bate-papo, poderá redimensionar o conteúdo sociocultural do surdo visto a

conversação mediada pelo computador permitir uma comunicação de grande alcance social. A participação em discussões de assuntos da atualidade poderá provocar importantes reflexões. A internet como mediadora de relacionamentos representa uma oportunidade para compartilhar de saberes e culturas de universos diversificados. A cibernética, portanto, favorece novas maneiras de encontro e partilha, dando expansão à afetividade e ao crescimento tanto individual como comunitário e universal.

BAKHTIN (1988), considera a linguagem como elemento essencial na constituição da consciência do sujeito. Ela é o instrumento organizador da vida mental, enfatizando a função do discurso interior, a partir da relação com o outro

Segundo o autor, *“A consciência adquire formas e existência nos signos criados por um grupo organizado no curso de suas relações sociais”*. (p.3)

Segundo os surdos, só há coerência e entendimento lingüístico entre ouvinte e surdo e vice-versa, quando ambos encontram-se engajados em uma situação comunicativa, na qual há interação profunda nas relações de diálogo. Por esta razão encontram grande dificuldade na escola, onde não são compreendidos pelo professor ouvinte, que além de não dominar a LIBRAS, não dá atenção ao surdo, que lá permanece, sendo tolhido em sua comunicabilidade. Ou seja, se o surdo continuar sendo ignorado pelo professor, as dificuldades não serão superadas. É preciso não esquecer que quem se identifica como educador tem que ter grandeza humana.

A escola é percebida pelos surdos como necessária e benéfica, porém, com falhas a serem corrigidas para cumprir sua finalidade. Na opinião dos sujeitos, o verbalismo excessivo representa uma barreira à aprendizagem, causando grande desgaste psico-emocional aos surdos. Como vítimas da indiferença docente, acabam também sendo desconsiderados no discurso do professor, que prefere não encará-los de frente.

Como instrumento de formação sociocultural, a escola poderá constituir-se no eixo norteador do resgate da identidade e da cultura surda.

Na leitura da história universal, a educação dos surdos apresenta-se de forma

contundente e corrosiva. É possível perceber que há sempre um viés preconceituoso no trato das questões relacionadas ao educando surdo. Assim sendo, a questão da inoperância da linguagem oral é apontada sempre como o fator catalizador dos problemas educacionais do surdo, que continuam desconhecidos pela escola e pelos professores.

A maior queixa apontada com referência à escola, está relacionada ao fato de o professor não compreender o que o surdo comunica, seja através da LS ou da fala. E, pior que isto, reclamam pelo professor não se esforçar para tentar estabelecer uma comunicação eficiente com seus alunos surdos, optando pela omissão de contato, ignorando sua presença em classe. Também criticam o professor por fazer de conta que entende o que o surdo expressa e dar respostas evasivas às suas interlocuções. Segundo os sujeitos, isto significa mentir, o que prejudica muito, pois acaba criando um clima de falsas relações, no qual o ouvinte torna-se desacreditado pelos surdos, que se frustram com a situação.

Como é possível analisar, os surdos expressam claras posições de alta repercussão moral no grupo. Por isso, as estruturas e as relações internas da Escola passam a ser analisadas pelos membros da comunidade surda sob os parâmetros da questão cultural do grupo, que não mais se submete ao modelo monolítico e centralizado de educação, que lhe fora predestinado.

As reivindicações dos sujeitos assumem papel fundamental na organização de uma sociedade humana e descentralizada, na qual se torna possível questionar:

- a validade da aquisição da linguagem oral para os surdos;
- a necessidade de escola especial para surdos.

Os dados levantados poderão constituir novas bases para pesquisas subsequentes, com a proposição de intervenção multidisciplinar, da comunidade acadêmica, com metas determinadas, visando implicações práticas. É preciso compartilhar experiências e conjugar esforços entre os educadores surdos e os ouvintes, com a finalidade de superar tantas contradições.

O fortalecimento da prática pedagógica para os surdos poderá ser alavancada com maior ênfase no bilingüismo. As diretrizes educacionais deverão ser inseridas na proposta pedagógica da escola, como fundamento à inclusão escolar dos surdos que uma vez inseridos no contexto da instituição, merecem receber atendimento adequado às suas especificidades.

Os pais apresentam muita incerteza quanto às possíveis conquistas de seus filhos em relação ao futuro e, principalmente pela competitividade a ser enfrentada na disputa pelo emprego. Estas preocupações tornam-se causa de grande ansiedade, em razão de os pais desconhecerem qual é a melhor forma de lidar com desafios que a surdez impõe, frente ao ineditismo da sociedade moderna.

Pela significativa importância que a família representa para o desenvolvimento exitoso das pessoas surdas, acredita-se na necessidade de se formar grupos de pais, com a finalidade de ampliar seus conhecimentos, criando condições para que possam interferir do melhor modo possível, na educação de seus filhos. A participação direta dos pais, reafirma os vínculos afetivos tão necessários para estabelecer a cumplicidade no processo de formação. Razão pela qual é preciso insistir na importância da aquisição da LS pelos pais e outros familiares.

É aplaudida a idéia de se criar um espaço, onde seja possível também aos pais reunir-se para compartilhar suas experiências e, que pudesse constituir a base para auxiliar no processo da inclusão social de seus filhos. Isolados, tanto os filhos como os pais encontram-se fragilizados para enfrentar os desafios advindos do preconceito e da discriminação. O grupo, porém, torna-se fortalecedor uma vez que promove a organização, suscita o apoio mútuo e a solidariedade entre seus membros. Além disso, promove o encorajamento para a luta em busca de novas soluções. Ao participar do grupo, o surdo começa a perceber que se isolado, torna-se fragmentado, corre o risco de anular-se nas massas humanas. Porém se agrupado, conquista espaço, torna-se referência, ganha identidade e, constrói-se gradativamente como pessoa singular, enquanto significa o mundo, busca envolver-se com ele, construir-se e crescer com ele.

Os pais precisam acreditar nos filhos, investir numa cultura de sucesso e auxiliar na construção de uma nova fase histórica para os surdos. Daí, a importância da aquisição da LS também pelos pais ouvintes, como fator de identidade e valorização pessoal de seus filhos.

As famílias reunidas constituem uma força especial na conquista para a criação de oportunidades que estimulem uma maior aproximação e convivência entre surdos e ouvintes. É interagindo no contexto sociocultural que o surdo poderá emergir para o enfrentamento da realidade, superando as próprias adversidades.

No decorrer da pesquisa observou-se que há da parte dos surdos, séria reflexão sobre os problemas relacionados à própria educação. Eles se perguntam sobre o tipo de escola que melhor corresponderá às necessidades do grupo, pelo seu caráter híbrido. O discurso dos sujeitos da presente pesquisa apresenta como favorável, a escola especial, por seu caráter integrador de socialização. Todos os surdos podem conviver e interagir com os membros da comunidade surda, tendo respeitada a própria singularidade.

Entretanto, a escolha da linha ideológica tem sido problematizadora, pela dimensão cultural da linguagem oral. Acreditam que pela tendência das novas diretrizes educacionais será necessário que o professor ouvinte, adquira pleno domínio da LS, para poder trabalhar com os surdos e assim compreender sua realidade.

O despreparo da Escola para atender adequadamente os educandos surdos inseridos no sistema regular de ensino, é apontado com insistência pelos sujeitos, que se sentem prejudicados com tal negligência. O problema torna-se mais complicado a partir da 2ª etapa do Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries), quando esbarram com a diversificação e maior número de disciplinas e de professores.

Assim, pelo que demonstram as informações da pesquisa, o surdo ressentese pela falta de conteúdos significativos que possam contribuir para o seu engajamento sociocultural, necessário ao exercício de uma cidadania auto-realizadora. A falta de experiências que o habilitem a conjugar os conhecimentos adquiridos e a

prática social, tem-se revelado uma desastrosa lacuna em sua formação.

O que o surdo contesta em seu discurso, é o modo alienador como vão sendo passivamente agregados os componentes curriculares da escola, sob o arquivamento de “noções” fragmentadas, dissociadas da realidade, sem a capacidade e/ou orientação de como interagir no contexto, para que possam ocupar seu lugar na sociedade e, contribuir com o desenvolvimento da sociedade.

A escola mantém-se indiferente às questões metodológicas específicas da surdez, que desafiam a prática educativa vigente. As pessoas surdas não recebendo uma educação produzida reflexivamente, com base na própria necessidade, têm sido responsabilizada pelo próprio insucesso.

Confundida com o sistema lingüístico, a metodologia da educação dos surdos vem sendo renegada aprioristicamente. Mudar esta realidade numa sociedade excludente, torna-se uma luta sem trégua, objetivando a organização consciente de uma nova visão, onde a concepção de surdez como marca de anomalia seja superada pelo direito de ser diferente.

Como agência cultural vital, a escola torna-se ao mesmo tempo agregadora, produtora e dissimuladora do saber socialmente gerado, no contexto das inter-relações. Portanto, ela precisa dialogar com seu alunado, para que possa estar melhor preparada para atendê-lo.

Sendo o locus específico da formação do cidadão, ela se constitui no pilar que fundamenta a transformação social, tornando-se o campo de fertilização de idéias e ideais. A questão deverá centrar-se na melhoria da prática educacional, com o empenho no desenvolvimento de estratégias e organização dos recursos disponíveis, priorizando a capacitação do profissional que irá atuar na educação das pessoas surdas.

A melhoria da qualidade de educação coincide também com a atuação do profissional que direta ou indiretamente relaciona-se com o educando. Portanto, os educadores precisam compreender que educar não consiste apenas em oferecer material de reflexão mas orientar para a apropriação de valores, ideais e compromisso

de vida pois como é sabido, a história cultural do aluno surdo tem sido subjugada às abordagens deterministas que até então caracterizaram o fazer pedagógico. A integração das áreas do currículo escolar com a valorização das próprias experiências do educando para acessar ao novo conhecimento merecem ser objeto de estudo. A liberdade de ação impulsionando a criatividade deve ser concebida como ferramenta básica para o desenvolvimento das habilidades favorecedoras da formação individual e da atuação na sociedade.

Numa sociedade em que as ações são continuamente reinventadas, reaprendidas, o educando precisa estar preparado para agir com autonomia, com auto-organização, com capacidade de renovação e criticidade.

Segundo DAYRREAL, (1996) a nova ordem científica identifica a pessoa como “ator e sujeito do conhecimento”. (p.137) Assim sendo, a atual conjuntura da escola não vem correspondendo às reais necessidades das pessoas surdas, em razão de suas práticas inócuas e improdutivas. O núcleo da reflexão certamente estará fundamentado na articulação entre teoria e prática, no sentido de se convalidar o discurso das pessoas surdas, referendado à necessidade da coerência entre aquilo que se ensina, e o que se vive.

É necessário que a educação dos surdos se desenvolva sob novo enfoque, considerando os atributos da cultura e da identidade surda, com ênfase no desempenho individual. A educação deve ser pensada a partir do educando e para o educando, centrada sob o parâmetro da individualidade, orientada para a dimensão da autonomia e auto-realização do educando surdo, enquanto ser diferenciado e capaz de libertar-se dos pseudo-problemas advindos da inaudibilidade.

Concebendo a construção do saber, como decorrente do ato reflexivo, a mobilização dos fatores intrapessoais torna-se o imperativo para a educabilidade competente, possibilitando o resgate da autonomia do indivíduo surdo. É situado e engajado na produção histórica da própria identidade que ele se constrói. Portanto é através da apropriação do conhecimento e do saber, incorporados ao processo de

interação social, que o indivíduo se humaniza. O exercício de novas construções mentais implica em relevantes estímulos à estrutura cognitiva que se emancipa mediatizada pelo processo de comunicação interindividual.

O convívio das pessoas surdas numa instituição que sobrepõe a dignidade da pessoa humana, às diferenças, aberta às alternativas que a diversidade exige, buscando espaço, diálogo e ação, torna-se salutar à realização pessoal, com elevação da identidade, auto-estima e imagem da individualidade, enquanto membro de um grupo.

O respeito à cultura surda é fundamental para a evolução das compreensões relacionada à existência de seus integrantes. Para que cada surdo possa particularmente elaborar um projeto de vida, tendo a capacidade de discutir suas perspectivas de ação, apropriando-se dos saberes e linguagens dominados pelo grupo, necessita do apoio e da experiência em comum, que deve beneficiar a todos. Daí, a importância de se favorecer o convívio entre surdos adultos, jovens, crianças e os bebês surdos.

O verdadeiro papel da educação precisa ser potencializado no seu compromisso de conscientizar o aluno do significado e valor do conhecimento e do saber. Ressignificar a relação da escola com o sucesso ou insucesso dos seus egressos, não consiste em elaborar padronização ou homogeneização de resultados. Não se pode esquecer que cada aluno tem sua individualidade, seus princípios, sua história de vida, identidade e valores. As percepções sociais influem na conduta, dos jovens surdos, para condicionar sua vida à imagem que se configura no vértice das relações.

A inserção profissional das pessoas surdas no mercado formal de trabalho encontra posturas ainda resistentes. A surdez ainda é, erroneamente, concebida a priori como uma barreira impeditiva que obstaculiza o desempenho laboral.

A pesquisa instigou o debate de algumas questões com a escola, família e comunidade, que não se esgotam tão facilmente e exigem um diálogo permanente. Mas certamente a integração destas forças: família, escola e comunidade, distingue-se de forma mais efetiva na construção da solidariedade conjunta e abnegada para aprimorar os padrões de convivência social e o nível sociocultural das pessoas e comunidade

surda. Assim como cada escola exerce uma função na comunidade, cada família tem suas próprias características, cada cidadão tem suas próprias experiências.

A família transcende a existência individual e, conseqüentemente corresponde a um sustentáculo para as demais instituições. As idéias educacionais se fortalecem no contexto da sociedade inclusiva, com uma maior conscientização dos pais e de toda comunidade. A sociedade precisa aprender a conviver com todos, para elevar a qualidade das relações humanas.

Para que a inclusão se efetive, depende da interferência familiar. É preciso criar atendimentos envolvendo os pais, os irmãos e demais membros da família, a fim de favorecer o ajustamento e intensificar as relações. A escola necessita interagir cooperativamente com o grupo familiar e vice-versa. Fortalecidos os vínculos da afetividade entre os seus membros, haverá maior segurança para que se produza uma atitude positiva entre os educadores, a escola e a comunidade.

Os pais também necessitam receber a atenção, a informação e a ajuda a que têm direito. Devem receber consistente formação e orientação sobre a realidade de seus filhos, tendo contato com material e recursos que possam auxiliá-los. É importante que os pais não possam somente contar com espaços de debates mas tenham garantidas oportunidades de manifestação, para que, engajados coletivamente no processo, sintam-se também responsáveis e integrados à causa da educação de seus filhos. Assim, situados na família, auxiliados por seus membros, os surdos poderão adquirir maior equilíbrio e segurança para complementar com integridade, sua formação.

A escola, a família e a comunidade podem mudar a realidade sociocultural, a partir da união e integração de seus objetivos. Dentre as causas reveladas pelos surdos como responsáveis pela não realização pessoal dos sujeitos da pesquisa, a baixa expectativa dos pais, familiares e educadores conjugada às dificuldades de relacionamentos, são as de maior incidência. A inclusão só se produzirá com a racionalização dos encaminhamentos, superando idéias preconceituosas e discriminatórias, sendo as pessoas avaliadas pelos seus talentos e habilidades, numa

comunidade apta e aberta à relação. O mundo pós-moderno se caracteriza pelas relações de construção e não de dominação, efetivando a queda de domínio e controle sobre a realidade. Sob este novo paradigma, a humanidade tenta dar conta de uma nova dimensão, centrada na grandeza do equilíbrio entre as forças vitais do: amor, solidariedade, cooperação, altruísmo, benevolência, alteridade e, sobre tudo, o respeito ao outro.

Conforme HANSEN (In: Rosadas, 1989):

“É hora das pessoas pararem de ver incapacidade e começarem a perceber capacidade”.(p.1) A inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais, não se constitui num ato isolado do professor ou da escola; ela deflagra um movimento em cadeia que se traduz no coletivo, no social, visando a elevação das relações que se desenvolvem eticamente numa competência cidadã. Ela não exige igualdade para todas as pessoas, ao contrário, valoriza a diferença. Não se constrói a inclusão unicamente através de leis e decretos. Só se consegue a inclusão, através da tomada consciente de valores, promovendo uma coerente participação social. Concebida como a aptidão inteligente de convívio social, a educação inclusiva implica numa revisão de valores éticos. É a incorporação de uma postura coletiva de respeito às pessoas, cujo desafio é o de prover uma melhor condição de vida para todos, pois o compromisso é com a humanidade toda.

Como nova condição existencial, a sociedade inclusiva impõe a necessidade de que o ser humano, individual e coletivamente, acompanhe as mudanças agindo com bom senso, sem perder de vista a importância de se conviver com a diversidade, estabelecendo sólidas e firmes relações. A inclusão escolar, depende da cooperação, atitude positiva e segura de toda comunidade escolar e, principalmente do esforço dos professores para interagir com a diversidade.

Torna-se imprescindível que o professor da classe do ensino fundamental, busque orientação e preparo para o atendimento do aluno surdo. A colocação do aluno em sua classe deve ser precedida de estudo e informações referentes à pessoa surda. O

diálogo com os pais e a família em muito favorecerá seu processo de escolarização. A proximidade mantida pelo professor, bem como o contato através da comunicação direta com o aluno contribuirá para o estabelecimento da confiança e segurança dos surdos.

A apropriação da LS pelo professor constitui-se no fator básico para que o mesmo possa superar seu despreparo. Além disto, poderá estabelecer parceria com o professor responsável pelo atendimento especializado, para que receba dele o necessário suporte em suas intervenções. A troca de experiência e informações implica em enriquecimento prático para todos os envolvidos: aluno, pais, professores, comunidade. A partilha do conhecimento abstrai um movimento dinamizador no curso das relações.

Não se deve manter uma atitude dogmática em relação à inclusão mas, crer na sua efetivação como algo realisticamente viável. Um dos maiores desafios da inclusão é construir um mundo inclusivo e não um lugar onde uns se beneficiem do outro, pois a exclusão é uma ameaça à paz social e à sincronia existente entre educação e sociedade. Ela pode promover e incorporar as forças do desenvolvimento social ou paralisar e impedir a evolução do processo sociocultural.

Segundo LE BOULCH (1987):

Educar um homem como um ser social é ir além de apenas adaptá-lo a esta sociedade, é torná-lo apto a superar as mudanças sociais que decorrerão necessariamente da evolução das relações dos homens entre si. Essa plasticidade de adaptação e essa possibilidade de nova discussão das normas admitidas por este ou aquele tipo de organização social e de cultura implica que a socialização seja um processo ativo do indivíduo consciente da necessidade do engajamento social, e não uma simples conformidade ou uma simples habituação a essa sociedade.

Portanto, segundo o autor, a educação deve atuar na significação da vida, na origem do ser, com ações interventivas que contribuam com a sua plena realização. A educação deve ajudar a pessoa a desenvolver-se humanamente, reduzindo as tendências e/ou impulsos que possam provocar ruptura no elo de solidariedade social,

com a convicção de que o homem deve ser preservado em sua essência.

Compreende-se pela presente pesquisa, a necessidade de se oferecer aos educandos surdos, o ambiente e as oportunidades necessárias para que possam transitar em meio ao contexto cultural de forma constante e crescentemente.

A escola como servidora da humanidade e formadora de personalidades é considerada uma instituição soberana em relação ao saber e à educação especificamente. Abre a possibilidade de as pessoas reencontrarem a consciência da cidadania. A ela compete contribuir para subsídios que permitam mudar a concepção referencial do surdo, junto à comunidade ouvinte. O surdo precisa ser reconhecido como pessoa íntegra, com ideal, sonhos; projetos com os quais cada cidadão possa identificar-se, podendo também colaborar. A elevação do nível educativo representa fundamental condição para o surdo conseguir superar-se, em confronto com as questões polêmicas com as quais vem se debatendo, para expressar sua competência. Muitas dificuldades de aprendizagem, experimentadas pelos educandos surdos, decorrem da ineficiência nas relações estabelecidas e no encaminhamento inadequado do ensino.

A exigüidade do relacionamento professor/aluno, é sempre marcada pelo desafio da comunicação, fenômeno responsável pelas mudanças transformadoras nas interações. É preciso acreditar num futuro realizador, com perspectivas de uma existência plena e participativa, tornando significativa a relação psicossocial e física com os surdos. A iniciativa do professor ao articular maior aproximação com os escolares surdos, só encontrará eco se estiver fundamentada na apropriação da LS, que pode ser considerada a principal marca cultural dos surdos.

A utilização da linguagem sinalizada pelo professor - LIBRAS, desperta o sentimento de reconhecimento, identidade e amizade entre professor e aluno, produzindo avanço nos conteúdos, sendo favorável à mudança de comportamento no ambiente escolar. Com a popularização da LS na sala de aula, o educando surdo tem ampliadas suas possibilidades de interagir significativamente. É no diálogo com o

mundo que o homem mergulha na teia das relações sociais. À medida em que o professor otimizar o empenho de esforço para a apropriação e o aperfeiçoamento das aquisições lingüísticas da Língua de Sinais, os educandos surdos mostram-se mais auto-confiantes, passando a ver no professor um amigo. Esta seria a linha de ação ideal para o educador engajado no movimento inclusivista, que manifesta ser profissional consciente da responsabilidade social e, do papel reservado ao educador.

A amizade é muito significativa para os surdos, que a enaltecem no decorrer de seus discursos. Representa sempre uma experiência válida e vital. Para os sujeitos da pesquisa, trata-se de um relacionamento espontâneo que requer compatibilidade entre os envolvidos. Preliminarmente, de modo específico, a amizade é fruto de uma avaliação sociocultural, pontuada por nexos que aproximam identidades. O início da amizade é sem muita clareza porém sua perseverança é permeada de sutilezas.

Convivendo e compartilhando do movimento da cultura surda, observou-se que fazer amizade com as pessoas surdas implica numa habilidade especial e, conservá-la, constitui-se num mistério. Construir e manter sólidas amizades exige sério carisma, o que não é fácil ou simples para ninguém. É preciso trabalhar essas idéias. O genuíno encorajamento para as novas interações deve ser algo natural, espontâneo, baseado na simpatia, empatia, interesses e objetivos similares. É sob uma admiração recíproca conjugada a conspirações emergentes, que a amizade transcende a realidade e evolui intrinsecamente. Fazer amizades é sempre uma experiência interessante para cada pessoa. Todas as pessoas carecem ter um vínculo comum pois todos precisam uns dos outros. Quando este aspecto é negligenciado poderão surgir transtornos tanto de relacionamento como no desenvolvimento das competências social, emocional e comunicativa.

Em geral, é no convívio com os amigos que os surdos ampliam suas idéias, buscam informações, dissipam os conflitos e/ou procuram solução para os próprios problemas. A interatividade capacita e abre novas possibilidades para que as crianças, jovens e adultos surdos exercitem-se para o imprevisível. Assim: sorrisos, olhares,

toques, afagos, carinhos, acenos constituem os contatos preliminares para uma amizade acontecer. Através do exame destes comportamentos que antecedem as novas interações, é que o surdo se permite avaliar os aspectos promissores para aprofundamento das relações ou, decidir por não dar continuidade às aproximações.

Na instituição escolar, o educando interage com seus pares provocando situações e contatos de simpatia/antipatia, aceitação e/ou rejeição. Enfim agindo reflexivamente ele é movido por seu ideário interpretativo que impulsiona a intermediação com o outro. Para as pessoas surdas, a escola pode tornar-se o espaço propício para o encontro de novos amigos, com oportunidade de aprofundar o amadurecimento afetivo como pode também representar um espaço provocativo e, de opressão. O convívio cotidiano que a escola inclusiva oportuniza, fundamenta a experiência partilhada na construção da auto-estima, auto-imagem, consolidando a identidade, que se fortalece nas relações intrapessoal e interpessoais. Trata-se de um importante processo de significação intrapessoal, que evolui e se constrói de modo ativo, interativo, mediado pelos signos lingüísticos e pelo contexto. Desta maneira, a formação da consciência como atividade mental, decorre das complexas inter-relações de pensamento e linguagem, numa comprovação de que as pessoas são interdependentes e necessitam do outro para construir sua identidade.

Segundo PALANGANA (1995):

“Quando no convívio diário, as pessoas apontam, discriminam, oferecem explicações, ressaltam aspectos, comportam-se, estabelecem relações, junto com a criança estão, mesmo sem se dar conta, participando ativamente na (con) formação do seu pensamento, de sua consciência”. (p.23)

Assim sendo, as imagens das relações que se estabelecem, emergem da complexidade da fala interior, construída a partir das funções psicológicas acionadas, numa composição da imagem do outro.

A expectativa em relação à amizades dos educandos surdos, em geral afeta mais os pais, que aspiram que seus filhos envolvam-se em relacionamentos duradouros

com colegas ouvintes e/ou surdos, de ambos os sexos. Manifestam tal desejo, através de incentivos que buscam oportunizar e apoiar novas amizades. A esperança de amizades profundas e leais no espaço escolar, parece representar para os pais, importante fator de segurança e aceitação para o filho que encontrará com quem conjugar seus novos encontros e desencontros, principalmente em se tratando de colegas de classe. O amigo torna-se significativo escudo que emite o encorajamento necessário na luta do dia-a-dia.

As amizades que se consolidam por intermediário da escola, de praxe, inspiram confiança e têm o apoio dos pais. Porém, como se pode observar, os pais não podem impor apenas as amizades que desejam aos filhos. Muitas amizades se formam ao acaso, baseadas em novos encontros, apresentação de amigos, oportunidades de estudo, trabalho, grupos sociais, associações, clubes, pastorais, entre outros. Enfim estas são algumas estratégias de relações interativas onde podem germinar as amizades.

Apesar de beneficiar-se com as amizades entre os educandos, professores e funcionários em geral, a escola tem feito muito pouco ou quase nada, para favorecer contatos e relações amistosas em seu recinto. Ao contrário, interfere com precisão para cortar relacionamentos. Trata logo de mudar os alunos de lugar na classe, para que não conversem e, conforme as circunstâncias, também troca-se o aluno de sala e, até sugere-se a mudança de escola. Na realidade, a escola deveria investir na promoção da amizade, como um dos objetivos educacionais fortalecedores da atuação comunitária.

Através do exercício de convivência, o surdo tem oportunidade de aprender e de praticar a valorização da diversidade, com o envolvimento genuíno da amizade, na explicitação da cidadania.

Em geral, os vínculos dos relacionamentos e amizades são estabelecidos entre as pessoas próximas como parentes, vizinhos, o que permite a possibilidade de interagir entre si com maior frequência. Com elas, é que os surdos incorporam elos de ligação, fortalecidos pela identidade de gostos, preferência, entre outros motivos. As escolhas geralmente se efetivam de modo idiossincrático e, à medida em que o

conhecimento mútuo vai se aprofundando, a amizade poderá tornar-se duradoura ou extinguir-se. É com o desvelamento dos dons, talentos, fraquezas e/ou dificuldades, que as relações se estabelecem, fortalecendo-se ou extinguindo-se.

O círculo de amigos significa uma rede de apoio para a família e, as amizades podem ser consideradas como necessidades individuais importantíssimas a qualquer pessoa, em qualquer idade. Tanto para aprender como para viver a amizade é benéfica. Sem as amizades, as pessoas surdas tornam-se solitárias, isoladas, amarguradas e até depressivas. A amizade introduz energia, proteção, segurança e apoio. As pessoas necessitam conviver, compartilhar, expressar-se, para amadurecer suas emoções e sentimentos.

A literatura especializada discute a importância e o valor da amizade para as crianças e o modo como a mesma pode influenciar nas decisões a serem tomadas. A amizade tanto significa como convalida o processo de formação das pessoas, contribuindo para a constituição de novos alicerces, na relação entre o homem e o mundo.

Grenot Scheyer (1994) apud Stainback (p. 184), enfatiza o verdadeiro papel da amizade na multiplicação das habilidades comunicativas, cognitivas e sociais, com ênfase nos aspectos psicológicos de proteção, apoio e a sensação de bem-estar, que proporciona o deleite interior e a satisfação de conviver.

As amizades que se estabelecem na infância fundamentam os relacionamentos na vida adulta. Elas tornam-se importantes, pois podem contribuir de maneira positiva para a formação dos membros ativos e participativos da comunidade.

Com a educação inclusiva, há maior probabilidade de serem ampliadas as amizades entre pessoas surdas e ouvintes, visto que a proximidade física se constitui num dos fatores que podem facilitar o desenvolvimento de novos relacionamentos e/ou fortalecimento de antigas relações. As circunstâncias favorecem tal desfecho, em razão de surdos e ouvintes compartilharem os mesmos espaços e serviços, com a suposição de comungarem das mesmas oportunidades de interações na instituição.

Entretanto, a realidade evidencia que nem sempre estes contatos extrapolam as dependências da escola, principalmente quando a escola que a pessoa surda frequenta está localizada fora de seu bairro residencial. Quando localizada no próprio bairro, a escola intermedia o contato entre as famílias e, o envolvimento entre as crianças torna-se natural pelos laços de vizinhança. Além disso, em muitos casos, favorece que o educando surdo estude junto com seus irmãos, outros parentes e vizinhos ou conhecidos do bairro. É válido ressaltar que a proximidade física representa uma condição favorável porém, não a única para que a amizade se solidifique.

A credibilidade na superioridade do ser humano em sua essência, orienta para um verdadeiro e promissor destino que é o de participar das lutas universais que objetivam a conquista da compreensão do outro e almejam a paz.

A Filosofia da inclusão representa uma nova ordem a ser proposta à escola e à sociedade. É a tendência que se encaminha para concretizar idéias que correspondam às necessidades de uma escola aberta, regida por paradigmas da sociedade pós-moderna, que desestabiliza a ordem imposta dogmaticamente. Consoante ao processo de mediação exarado no contexto da teia de relações mantidas pelos educandos, o que subjaz a esta concepção é que a escola deve deixar de executar um trabalho isolado, fragmentado e dissociado, para ceder espaço ao trabalho em equipe, integrado e conjugado ao problemas reais. As ações educativas quando solidárias e integradas, vão abrindo novas oportunidades, para que as idéias se proliferem. Em sua relevância e imprescindibilidade, a escola se concretiza na articulação do trabalho elaborado na multidisciplinaridade.

Finalmente, o que se tem a refletir é que como membro do grupo social, todos os educandos são formados para conviver na comunidade e, o que adquirirem na escola, repercutirá de maneira direta na própria sociedade. Portanto, as ações pedagógicas devem desencadear respostas que reflitam as preocupações sociais do cotidiano. À verdadeira educação se efetiva a partir de um contexto que torna possível

a empregabilidade dos conhecimentos escolares, favorecendo uma ação integradora do aluno à coletividade. É pelo adensamento do tecido social, que são fortalecidas as teias culturais. Elas atuam na constituição dos sujeitos sociais, em suas construções sócio-históricas que desafiam seus ideais, numa compreensão ampla da etnoculturalidade.

A Lei 9394/96 contempla vários aspectos que beneficiam o educando com necessidades educacionais especiais, em sentido amplo, mas que precisam ser respaldados numa prática competente de acesso e permanência escolar. O educando surdo tem o direito de usufruir do ensino qualificado que realmente auxilie o seu desenvolvimento. A possibilidade de acesso, permanência e terminalidade, como prevê a nova LDB vai bem além da garantia em lei.

BIBLIOGRAFIA

ABPP - Associação Brasileira de Psicopedagogia - seção Curitiba. Boletim Informativo - Ano VI out, nov, dez de 2001.

ABERASTURY, Arminda e KNOBEL, Maurício. *Adolescência normal*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1981.

ALENCAR, Eunice M. L. Soriano de (org.). *Tendências e desafios da educação especial*. Brasília: SEESP, 1994.

ALISEDO, Graciela. *Linguística e bilingüismo* (mímio).1990.

ANASTASI, A. *Psicologia Diferencial*. 4. ed. São Paulo: E.P.U., 1965.

AQUINO, Julio Groppa. *Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1998.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *Filosofia da Educação*. 2. ed. São Paulo: Moderna,1996.

ARAÚJO, Ulisses F. *Conto de escola: a vergonha como um regulador moral*. São Paulo: Moderna, 1999.

ANTUNES, Celso. *A inteligência emocional na construção do novo eu*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

BAKHTIN, Michail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1990.

BALLANTYNE, John. MARTIN, M. C. MARTIN, A. Tradução de Sandra Costa. *Surdez*. Porto Alegre: Médicas, 1995.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Portugal. Edições 70, (1977).

BERNARDINO, Elidéia Lúcia. *Absurdo ou lógica?: a produção linguística do surdo*. Belo Horizonte: Editora Profetizando Vida, 2000.

BEYER, Hugo Otto. *O fazer psico-pedagógico: a abordagem de Reuven Feuerstein a partir de Vygotsky e Piaget*. Porto Alegre: Mediação, 1996.

BOTELHO, Paula. *Segredos e silêncios na educação dos surdos*. Vol. 2. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

BOUVET, Danielle. *The path to language: bilingual education for deaf children*. Cleveland: Multilingual Matters, 1990.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *Repensando a pesquisa participante*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRITO, Lucinda Ferreira. *Integração social & educação de surdos*. Rio de Janeiro: Babel, 1993.

_____. *Por uma Gramática de Língua de Sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro - UFRJ, Departamento de Linguística e Filologia, 1995.

BUENO, J. G. S. *Educação especial brasileira: a integração/segregação do aluno diferente*. São Paulo: Educ, 1993.

CANZIANI, Maria de Lourdes e PICHORIN, Suzana. *A educação especial no Estado do Paraná*, janeiro de 1983.

CAPOVILLA, F. C. e RAPHAEL, W. D. *Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe*, Vol. I e II, São Paulo: EDUSP, 2001.

CORDE. *Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília, 1994.

_____. *Os direitos das pessoas portadoras de deficiência: Lei 7853/89 e Decreto nº 914/93*. Brasília, 1994.

COSTA, Maria da Piedade. *O deficiente auditivo*. São Carlos: EDUFSCar, 1994.

CRUZ, Maria Christina da. *Linguagem e desenvolvimento na infância: algumas reflexões sobre a alfabetização em crianças deficientes auditivas*. Em: *XI Congresso Brasileiro de Neurologia e Psiquiatria Infantil e IX Congresso Latino de Neurologia Infantil*, Blumenau/SC, 1991.

DAYRREAL, Juarez (org.). *Múltiplos olhares sobre a educação e cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

DELORS, Jacques. UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural).

Relatório da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI.

DEMO, Pedro. *Educar pela pesquisa*. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

FACHIN, Zulmar Antonio. Jornal Folha de Londrina/Folha do Paraná de 07 de dezembro de 1998 p. 4.

FARIA, Maria Alice. *Parâmetros curriculares e literatura*. São Paulo: Contexto, 1999.

FERNANDES, S. M. *A educação do deficiente auditivo: um espaço dialógico de produção de conhecimento*. Dissertação de mestrado, Universidade do Rio de Janeiro, 1993.

FERNANDES, E. *Problemas lingüísticos e cognitivos do surdo*. Rio de Janeiro: Agir, 1990.

FERREIRO, Emília, TEBEROSKY, Ana. *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

FONSECA, Vitor da. *Educação Especial: programa de estimulação precoce, uma introdução às idéias de Feuerstein*. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FOUCAMBERT, Jean. *A leitura em questão*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FURQUIM, Maria Lucia. *História da educação especial no Paraná: modalidade de atendimento UFPR, 1990*. Curitiba - Paraná.

GADOTTI, Moacir. *Revisão crítica do papel do pedagogo na atual sociedade brasileira*. In: Educação e Sociedade. Vol 1. São Paulo: Cortez e Moraes, 1978.

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

GOFFMAN, Irving. *Estima: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Trad. de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

GOLDFELD, Márcia. *A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista*. São Paulo: Plexus, 1997.

GOULART, Iris Barbosa (org.). *A educação na perspectiva construtivista; reflexões de uma equipe intredisciplinar*. 2. ed. Petrópolis: Senac, 1998.

JOBIM E SOUZA, Solange. *Infância e Linguagem: Bakhtin, Vygotsky e Benjamin*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1994.

JOHNSON, E. e LIDDEL. *Unlocking the curriculum: principles for achieving access in deaf education*. Gallaudet Research Institute Working Paper 89 – 3, Washington DC, 1989.

KERLINGER, Fred Nichols. *Metodologia da pesquisa em ciências sociais: um tratamento conceitual*. Tradução de Helena Mendes Rotundo. São Paulo: EPU, 1910.

KIRK, S. A. & GALLAGHER, J. J. *Educação da criança excepcional*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

KOZULIN, Alex. *Instrumentos psicológicos: la educación desde una perspectiva sociocultural*. Barcelona: Pardos, 2000.

LUCKESI, Cipriano Carlos. *Filosofia da educação*. São Paulo: Cortez, 1993.

LÜDKE, Menga, ANDRÉ, Marli E. D. A.. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

LUNA, Sérgio Vasconcelos. *Planejamento de pesquisa: uma introdução*. São Paulo: EDUC, 1996.

LURIA, A.. R. *Pensamento e Linguagem: as últimas conferências de Lúria*. Trad. Diana Myriam Lichtenstein (e) Mario Corso; supervisão de tradução Sergio Spritzer. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

MACEDO, L. (org). *Cinco estudos de Educação Moral*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

MANTOAN, Maria T. Eglér. *Caminhos pedagógicos da inclusão*. (mimeo) II Congresso Brasileiro de Educação Especial - 04 a 07 de abril/98. Curitiba - Paraná.

MARCHESI, Álvaro. *El desarrollo cognitivo y linguístico de los niños sordos: perspectivas educativas*. Madrid: Alianza Editorial, 1987.

MOSQUERA, Juan José Mouriño. *Psicologia social do ensino*. Porto Alegre: Sulina, 1973.

MOURA, Maria Cecília. *Língua de sinais e educação do surdo*. São Paulo: Tec Art,

1993.

MYKLEBUST, H. *The psychology of deafness*. New York: Grune & Stratton.

NERUDA, Pablo. *Confesso que vivi: memória*. Círculo do Livro S.A C. São Paulo, s/d.

NOGUEIRA, João Carlos. *O inconsciente e a linguagem na compreensão do homem*. São Paulo: Cortez e Moraes, 1978.

PALANGANA, Izilda Campner. *Desenvolvimento e Aprendizagem em Piaget e Vygotsky: a relevância do social*. 3ª ed. São Paulo: Summus, 2001.

PARANÁ. *Fundamentos Metodológicos para Educação Especial*. SEED/DEE, Curitiba, 1994.

_____. Procuradoria Geral de Justiça. Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência. *Coletânea da Legislação Referente aos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência*. Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência. Curitiba, Agosto de 1997.

PERRENOUD, Philippe. *A pedagogia na escola das diferenças*. 2ª ed. Trad. Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed. Editora 2001.

PIAGET, Jean. *Fazer e compreender*. São Paulo: Melhoramentos/Edusp, 1978.

_____. *Psicologia e pedagogia*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

PIAGET, Jean et al. Organizador: Lino Macedo. *Cinco estudos de educação moral*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

PRETTO, Siloé Pereira Neves. *Educação humanista: características de professores e seus afeitos sobre os alunos*. São Paulo: Cortez e Moraes, 1978.

ROMAGNA, Arminda. *A importância das estimulações do meio ambiente sobre o desenvolvimento da criança surda*. SEED - Curitiba/Pr, 1985.

RATNER, Carl. *A psicologia sócio-histórica de Vygotsky: aplicações contemporâneas*. Trad. L. L. OLIVEIRA. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

RONCA, A. C. Caruso e SCOBAR, Virgínia F. *Técnicas Pedagógicas: domesticação ou desafio à participação*. 5. ed. R. J. Petrópolis: Vozes, 1986.

SACKS, O. *Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos*. Trad. Laura Teixeira

Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SANCHEZ, Carlos. *La educacion de los sordos en un modelo bilíngue*. Venezuela: Iakoma, 1991.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: W V A, 1997.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - SEEC - Paraná. Departamento de Educação Especial no Estado do Paraná, janeiro de 1983.

SEESP, Secretaria de Educação Especial Deficiência Auditiva, vol. 1, Brasília, 1997.

SIGNORINI, I. (org). *Língua (gem) e identidade*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

SKLIAR, Carlos (org.), Ricardo Burg Ceccim, Sérgio Andrés Luklim, Hugo Otto Beyer e Maura Corcim Lopes. *Educação e exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial*. Porto Alegre: Mediação, 1997.

SOUZA, R. M. *Que palavra que te falta? Lingüística, educação e surdez*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

STAINBACK, Susan e William. *Inclusão um guia para educadores*. Trad. Magda França Lopes. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

STAM, Robert. *Bakhtin: da teoria literária à cultura de massa*. Trad. Heloísa Jahn. São Paulo: Ática, 1992.

STRNADOVÁ, Vera. *Como é ser surdo*. Trad. Daniela Richter Teixeira. Araras - Petrópolis/RJ: Ed. Babel, 1999.

TELFORD, Charles Witt e SAWREY, James M. *O indivíduo excepcional*. 8^a ed. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1988.

TOURAINÉ, Alain. *Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes*; trad. Jaime Clasen e Ephraim F. Alves. Petrópolis: Vozes, 1998.

VEIGA, Ilma Passos da. *Escola: Espaço do projeto político pedagógico*. 2^a ed. Campinas: Papirus, 2000.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1988 e 1991.

_____. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

_____. *Fundamentos de Defectologia*. Obras completas, tomo 5. Habana: Pueblo Y Educación, 1989.

_____. *A Formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. Trad. José Cipolla Neto. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

_____. In Revista Criança nº 32 p. 38 junho/1999.

VYGOTSKY, LÚRIA & LEONTIEV. *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem*. 5ª ed. São Paulo: Ícone, 1988.

ZEICHNER, M. *A formação reflexiva de professores idéias e práticas*. Tradução de A. J. Carmona Teixeira, M. J. Carvalho e M. Nóvoa. Lisboa: Educa, 1993.

WERNECK, Cláudia. *Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.